



Levamos o amanhã mais longe.

Relatório de Sustentabilidade
e Contas 2024

03**Um ano de transição****04****Sobre este relatório****06****Descubra o nosso mundo****10****Entregamos o Futuro**

Liderança no transporte e na distribuição

Soluções logísticas completas

Cadeia de valor complexa

22**Definimos Prioridades**

Atentos ao impacto

Comprometidos com o futuro

33**Gerimos Impactos**

Desempenho Ambiental

Desempenho Social

Desempenho Governance

75**Fecho do relatório**

Um ano de transição

Mensagem do Presidente

O ano 2024 foi rico em desafios, dos quais destaco a transição entre a reavaliação dos temas materiais para LS, o ciclo da Visão Estratégica que termina, para iniciar um novo ciclo em 2025, pleno de projetos e desafios. Um dos desafios foi a preparação para responder à CSRD. A nossa forma de servir é aportar valor, e entendemos que a implementação da CSRD na Luís Simões não pode ser de forma diferente. Queremos um caminho de verdade para construir um futuro com sustentação que nos permita aportar valor à sociedade. Começámos este caminho com a certeza de que - passo a passo - tornaremos a Luís Simões numa organização forte e sustentada não apenas nos valores e nas pessoas que a constroem, mas numa forma de operar mais equitativa e menos poluente. Mantemos o foco na eficiência, e desta forma a implementação de veículos Euromodulares, agora apostando gradualmente na sua transição para HVO (combustível menos poluente), dando os passos que se impõem para construirmos soluções mais alinhadas com a necessária descarbonização do setor. A implementação dos temas identificados na análise da dupla materialidade é um caminho que percorreremos nos próximos anos, tornando cada vez mais robusto este edifício que é a Luís Simões.

Mas em 2024, como em todos os anos, os desafios foram muitos e os projetos muito desafiantes. Estamos a trabalhar a mudança de softwares de gestão do negócio, e a construir uma cultura digital, de modo a preparar a organização e as Pessoas para uma realidade que já chegou, e que é transformadora.

**QUEREMOS UM CAMINHO
DE VERDADE PARA
CONSTRUIR UM FUTURO
COM SUSTENTAÇÃO QUE
NOS PERMITA APORTAR
VALOR À SOCIEDADE**

É na relação com os nossos Clientes, na procura de soluções de eficiência e de valor, que os desafios se multiplicam, sejam na digitalização ou na necessidade de soluções com menos carbono (que todos precisamos, mas cujos custos continuam a ser um fator desmotivador), que temos de investir mais. Temos claro que o caminho tem de ser de baixo carbono, mas só é possível construir em conjunto. É uma dinâmica que tem de ser gerada em cooperação, e aí ainda há muito caminho a percorrer...

O domínio do conhecimento do produto armazenado, os requisitos a garantir em termos de segurança, de saúde, na qualidade e na segurança alimentar vão aumentando e, desta forma, a implementação de sistemas de gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança Alimentar, oferecem uma base de processo que permite uma gestão mais integrada. É no cumprimento dos compromissos que assumimos que nos diferenciamos, na transparência de dar testemunho do caminho que temos a percorrer, desde as metas de redução de emissões de base científica (SBTi), ao envolvimento com a comunidade local e profissional, ou à transparência em reportar o nosso desempenho por normas cada vez mais desafiantes. Temos claro que a confiança dos vários *stakeholders* são e serão o fator decisivo para a construção do futuro que almejamos. Em 2024 realizou-se nova auscultação de clima laboral, dando voz aos Colaboradores, e permitindo identificar melhorias a implementar para dar corpo à Cultura LS.

Aos nossos *stakeholders*, queremos agradecer a confiança nesta jornada de 75 anos que culminou com 3 eventos onde, com muita alegria, partilhamos a Cultura LS, homenageámos Colaboradores pela sua dedicação à organização, e tivémos também a oportunidade de entregar o Diploma de Honra da IRU a 16 condutores que foram reconhecidos em 2023 e 2024. Pelo caminho que nos trouxe até aqui, mas principalmente por todos os desafios que vamos ultrapassar juntos, quero desde já agradecer. Disfrutem do nosso relatório. Enquanto houver estrada para andar, haverá sempre a Luís Simões.



José Luís Simões
Presidente do Conselho de Administração

Sobre este Relatório

BP-1

O Grupo Luís Simões, doravante designado por Grupo, Grupo LS ou LS, apresenta o seu Relatório de Sustentabilidade e Contas do ano 2024 (1 janeiro a 31 dezembro), no qual são reportados indicadores e práticas em matéria de sustentabilidade na Península Ibérica, das áreas de negócio transporte, logística, manutenção e comercialização de veículos pesados de tração e semirreboques e rent-a-cargo.

O relatório integra as várias empresas detidas pelo Grupo que integram o perímetro de consolidação financeira:

- LS - Luís Simões, SGPS, S.A.
- Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Portugal) | Logística e Transportes (LSLI PT)
- Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Espanha) | Logística e Transportes (LSLI ES)
- LS Frota, Lda. | Transportes (LS Frota)
- Espaçotrans - Gestão Entrepósitos Aduaneiros, Lda. | Gestão Entrepósitos Aduaneiros (Espaçotrans)
- Diagonal - Corretores de Seguros, S.A. (Diagonal)
- Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A. | Aluguer, venda e manutenção de viaturas (Reta)
- LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A. (LSG)
- Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A. | Imobiliária (Patrimundus)
- Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, S.A. | Imobiliária (Solmoninhos)

Sobre o perfil técnico

Consciente das novas exigências regulatórias com a entrada em vigor em 2024 da *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), o Grupo iniciou a sua preparação para a adoção dos *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS), substituindo os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI). Para tal, apresenta uma nova estrutura de relatório, que tem em consideração as orientações presentes na referida Diretiva e as normas que lhe estão associadas.

A implementação dos ESRS no Grupo representa um marco significativo para um reporte de sustentabilidade estruturado de acordo com os novos requisitos da CSRD. Foi criada uma equipa de projeto para desenvolver a análise dos requisitos no contexto do Grupo, e definir um plano de ação para a sua implementação, com definição de projetos e calendário, considerando a informação conhecida à data. O presente relatório corresponde ao primeiro exercício de um processo de transformação que terá lugar nos próximos anos, alinhado com os objetivos estratégicos do Grupo e as suas prioridades. O Grupo continuará a acompanhar o contexto regulamentar que venha a ser publicado e aprovado nesta matéria.

A análise de materialidade e a estratégia de sustentabilidade do Grupo estão focados no *core business* "Transporte e



Logística", sendo que o elo mais impactante na cadeia de valor de ambas as atividades é a subcontratação de transporte. Assim, neste relatório são consideradas principalmente as atividades diretas da organização. As atividades relacionadas com a cadeia de valor é um projeto a desenvolver pela LS em 2025-2026.

Para o perfil da organização e para a composição dos recursos humanos foram consideradas todas as empresas, exceto Patrimundos e Solmoninhos por não terem colaboradores diretos.

No âmbito da contabilização de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), são consideradas as emissões diretas (âmbito 1), as emissões de aquisição de energia (âmbito 2), bem como as emissões associadas à cadeia de valor a montante e jusante (âmbito 3).

Relativamente a métricas e impactos na cadeia de valor, encontra-se prevista uma avaliação mais detalhada para contemplar os riscos e impactos decorrentes da nova materialidade.

Este relatório inclui o conteúdo do Relatório & Contas consolidado de 2024 da empresa Luís Simões SGPS, S.A. O presente relatório é emitido com uma periodicidade anual, no decorrer do mês de maio, através da página web do Grupo, e é verificado externamente.

De acordo com a legislação vigente, em Espanha, as empresas pertencentes a um Grupo que consolide as contas estão dispensadas de reportar individualmente ao abrigo da Ley 11/2018 – Estado de Informação Não Financeira (EINF). No caso da empresa Luís Simões Logística Integrada S.A. (Espanha), a informação exigida é incluída no Relatório de Sustentabilidade do Grupo, não sendo necessário um reporte separado. Em Portugal, o requisito de interesse público não se aplica a nenhuma das empresas, ficando isenta da obrigação legal.

Este relatório responde ainda a requisitos da *Sustainable Finance Disclosure Regulation* (SFDR).

Sobre a estrutura do documento

Este relatório está organizado de acordo com a seguinte estrutura:

• Descubra o nosso mundo

Apresentam-se os indicadores-chave do Grupo e os destaques de 2024.

• Entregamos o Futuro

Descreve-se o papel e a presença da Luís Simões na Península Ibérica enquanto líder no transporte e distribuição de mercadorias, e os principais desafios deste setor. Explica-se a oferta por tipologia de serviços e destaca-se a integração da inovação no modelo de negócio como fator criador de valor para os clientes.

• Definimos Prioridades

Expõe-se o processo de análise de materialidade e respetiva análise dos impactos, riscos e oportunidades, bem como o envolvimento das partes interessadas. É apresentada a estratégia de sustentabilidade e a sua governance.

• Gerimos impacto

É analisado o desempenho a nível ambiental, social e de governance da empresa.

• Anexos

Inclui a tabela de correspondência aos ESRS e as informações da Ley 11/2018 – EINF.





Descubra o nosso mundo

Descubra o Nosso Mundo

Destaques em números

LOGÍSTICA

25 Centros Operações Logísticas (COL)

403 371 m²

35 Plataformas de CrossDocking

14 541 expedições/dia

6 760 guias e-commerce/dia

9 038 771 unidades picking/mês

TRANSPORTE

1 148 Veículos de frota homologados

87 365 917 km percorridos

8 Centros de Operações de Transporte (COT)

TRANSPORTE + LOGÍSTICA

103 milhões de km percorridos/ano

7 milhões de t transportadas/ano

Média de **1 791** viagens + rotas de distribuição/dia

LOGÍSTICA PROMOCIONAL

13 centros de Copacking

4 799 933 unidades/mês

RETA

2 Centros de Assistência Técnica (CAT)

2 Estações de lavagem de pesados

PESSOAS LUÍS SIMÕES

2 529 colaboradores

32 484 horas de formação

Portugal:
1 482 colaboradores

Espanha:
1 047 colaboradores

EMISSIONES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

26 048 tCO₂e/ano (âmbitos 1 e 2)

VOLUME DE NEGÓCIOS

298,7 Milhões € (Grupo LS consolidado)



Descubra o Nosso Mundo

Tipos de serviço



Principais setores de atividade



Breves 2024

Prémio Excelência Logística Personalidade

José Luís Simões, Presidente do Grupo, foi distinguido com o Prémio Excelência Logística (PEL) **Personalidade 2024**, atribuído pela APLOG, em reconhecimento e homenagem ao seu percurso profissional.

Estatuto Inovadora e Inovadora Evolution 2024 COTEC

Distinção da **Luís Simões Logística Integrada** e da **Reta** com o Estatuto de Inovadora e Inovadora Evolution 2024 COTEC, atribuídos pela solidez financeira, iniciativas de capital em inovação, cumprimento de elevados padrões e sólida cultura de gestão. A Luís Simões Logística Integrada recebeu o Estatuto de Inovadora COTEC pela 3.ª vez e a Reta estreou-se neste Estatuto.

3.º lugar no ranking setorial na categoria Transporte de Mercadorias e Logística

Em 2024, o Grupo conquista o 3.º lugar no ranking setorial de empresas na categoria de Transporte de Mercadorias e Logística evidenciando a sua reputação corporativa na 5.ª edição da MERCO Portugal (Monitor Empresarial de Reputação Corporativa).





Entregamos o futuro

Liderança no transporte
e na distribuição

Soluções logísticas
completas

Cadeia de valor
complexa

Entregamos o futuro

Liderança no transporte e na distribuição

SBM-1

Com mais de 75 anos de experiência a liderar o transporte e a distribuição de mercadorias, o Grupo Luís Simões tem marcado o seu caminho no setor logístico na Península Ibérica. Dotado de um modelo de gestão baseado na eficiência operacional, inovação tecnológica e compromisso com a sustentabilidade, posiciona-se como um parceiro estratégico para os seus clientes, em múltiplos setores industriais.



Mais de 75 anos de experiência

A história do Grupo é o testemunho de um percurso que se distingue pela capacidade de superar desafios, em décadas de profundas alterações políticas, sociais, económicas, tecnológicas e ambientais, e tal só foi possível com a dedicação e o conhecimento da equipa, e com a colaboração de parceiros de negócio. O contexto da Sustentabilidade motiva uma procura incessante de soluções inovadoras, integradas no modelo de negócio da empresa, de onde resultam novas oportunidades de negócio, maior eficiência operacional, e uma gestão responsável do impacto ambiental da sua atividade.

A visão que nos move

Ser a referência ibérica em termos de qualidade de serviço do setor dos transportes e da logística.

A missão que nos compromete

Garantir soluções eficientes e competitivas de transportes, logística e serviços auxiliares, promovendo a satisfação de clientes e sociedade em geral, sob os pontos de vista económico, social e ambiental.

Os valores que nos inspiram

- / **Sustentabilidade**
- / **Ambiente**
- / **Confiança**
- / **Inovação**
- / **Lealdade**
- / **Orientação para cliente**
- / **Património**
- / **Preocupação pela segurança**
- / **Respeito pelas pessoas**



A operar em Portugal e Espanha, o Grupo trabalha há mais de uma década as temáticas da sustentabilidade, num movimento de integração contínua no seu modelo de negócio dos riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governança.

A empresa, que investe continuamente na modernização da sua infraestrutura, dispõe de armazéns equipados com sistemas automatizados de gestão de stock, permitindo a rastreabilidade total dos produtos e uma cadeia de abastecimento altamente eficiente.

Mais de 70% dos serviços de transporte e logística realizados estão associados a produtos de consumo alimentar ou higiene pessoal e cuidados de saúde. Nestas operações existem controlos inerentes aos requisitos legais específicos e uma análise de risco para detetar e gerir os pontos críticos e assim evitar um possível risco de impacto na saúde do consumidor.

As nossas certificações

Neste contexto, o Grupo tem certificações reconhecidas internacionalmente, incluindo ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Ambiental), nos principais centros de operações. As certificações de IFS Logistics e BRC (Segurança Alimentar) nos centros Carregado, Azambuja, Castanheira, Guadalajara e Leixões, GDP (Pharma) em Cabanillas e ISO 27001 para o grupo LS (Segurança da Informação – ainda em implementação), visando uma operação sustentável e segura. Adicionalmente, em 2024 o Grupo recebeu a **medalha de Bronze do Ecovadis** com uma avaliação 60, que é uma plataforma dedicada à implementação de práticas de sustentabilidade nas organizações.



Adicionalmente, de forma a garantir o cumprimento dos requisitos específicos dos serviços de transporte e logística de produtos alimentares e cuidados de saúde, alguns dos centros LS apresentam certificações específicas.

Cuidados de saúde:

- O Centro de Operações Logísticas de Cabanillas del Campo tem certificação de Boas Práticas (GDP) na Distribuição de Medicamentos desde 2020.

Produtos alimentares:

- O Centro de Operações Logísticas de Guadalajara tem a certificação de Armazém de Produtos Ecológicos desde 2021, que permite a receção de toda a importação de produtos ecológicos de fora da União Europeia.
- Para os clientes que têm produtos com certificação biológica, a Luís Simões obteve ainda o atestado de Transporte e armazenamento de matérias-primas e produtos alimentares pré-embalados, em conformidade com a certificação Biológica nos Centros de Operações Logísticas: Azambuja, Gaia 1, Carregado e Castanheira.



Num setor altamente competitivo e dinâmico como o transporte e a logística, a qualidade do serviço e a satisfação dos clientes são fatores determinantes para o negócio. Neste contexto, o **Índice de Satisfação dos Clientes (ISC)** é uma ferramenta importante para a avaliação do serviço prestado. Realizada duas vezes por ano, consiste numa consulta ao TOP 100 clientes de cada negócio (Logística e Transportes), de modo a avaliar o seu nível de satisfação. A seleção dos clientes a consultar tem como critério as vendas em acumulado dos três meses anteriores ao lançamento do inquérito.

Em 2024, o ISC do **negócio de Transportes registou** uma taxa de participação média de 90% com uma **satisfação de 4,3** em 5, das 157 respostas obtidas, apenas um caso de satisfação inferior a 3 foi registado. De igual modo, o **negócio de Logística** teve uma taxa média de participação de 89% com uma **satisfação de 4,1** em 5, das 171 respostas obtidas em, apenas dois casos foram registados com uma satisfação inferior a 3.

Além dos resultados, o feedback dos clientes incorpora grande valor e fornece uma visão clara das áreas de força e um guia valioso para oportunidades de melhoria.

Os resultados do ISC não apenas refletem o compromisso da Luís Simões com a qualidade e a excelência, mas também destacam a importância de ouvir e valorizar o feedback dos clientes.

Desafios do setor dos transportes e logística

Este setor desempenha um papel central na economia global, assegurando a conectividade entre mercados e impulsionando cadeias de abastecimento eficientes.

No entanto, enfrenta desafios significativos relacionados com a descarbonização, a digitalização, a eficiência operacional e a integração de critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*) na sua cadeia de valor. A crescente regulamentação europeia, com medidas como o pacote legislativo Fit for 55, a Regulamentação da Taxonomia Europeia e a CSRD (*Corporate Sustainability Reporting Directive*), exige que as empresas do setor adotem práticas mais transparentes e sustentáveis, acelerando a transição para modelos de negócio com menor pegada ecológica.

Tendências do setor

De acordo com a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – “apesar de alguma tendência para a deslocalização, espera-se que o comércio mundial continue a crescer, apoiando a procura de transporte de mercadorias tanto a médio como a longo prazo. Em especial, a recuperação económica da Europa deverá apoiar uma maior procura a curto prazo. Deste modo, o setor de transportes e logística deverá beneficiar do aumento da produção industrial global e da procura dos consumidores, com a previsão de um crescimento de 4% em 2025”.



1. Unidades logísticas: diferentes infraestruturas e pontos estratégicos que garantem a movimentação eficiente dos bens ao longo da cadeia de abastecimento. Estas unidades desempenham um papel essencial na receção, armazenamento, consolidação, distribuição e expedição de mercadorias, permitindo a otimização dos fluxos logísticos e a redução de custos operacionais.

2. Centros logísticos multimodais: infraestruturas logísticas especializadas que integram diferentes modos de transporte para otimizar o fluxo de mercadorias ao longo da cadeia de abastecimento.

Presença na península ibérica

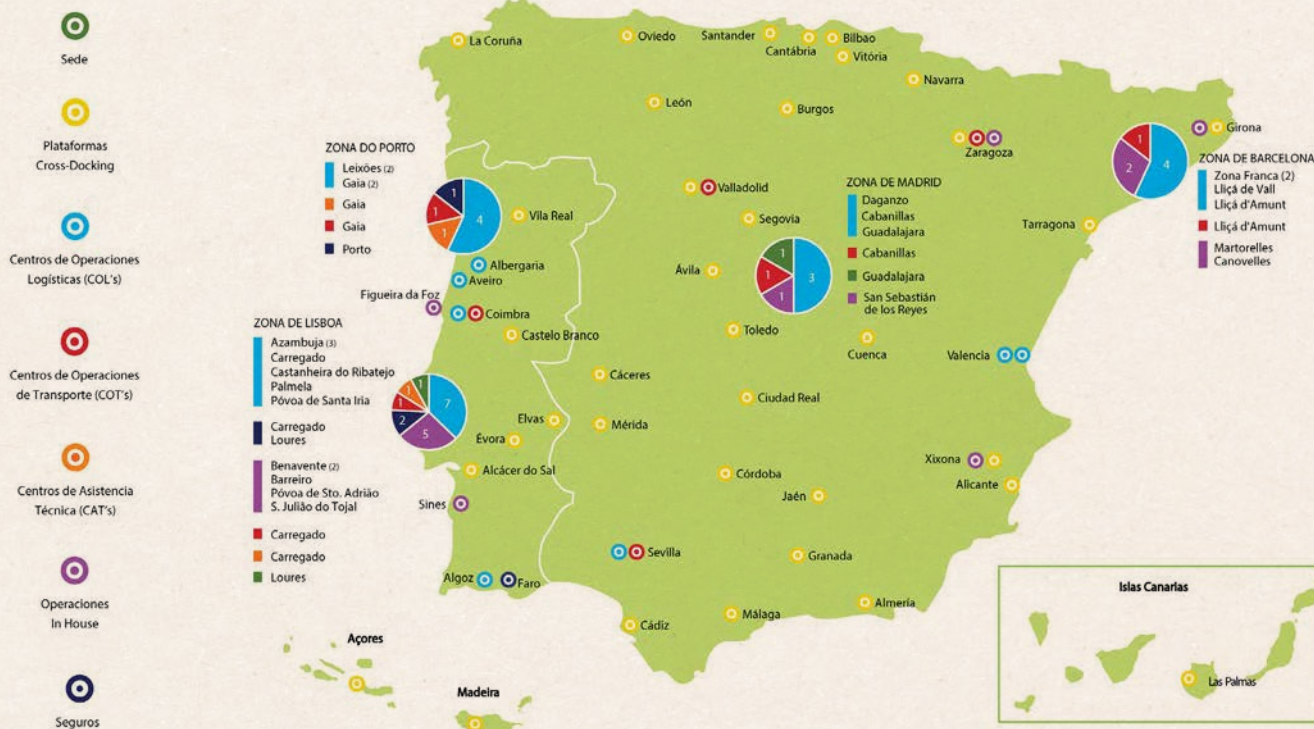
O Grupo está estrategicamente posicionado para garantir uma resposta eficiente e ágil às necessidades logísticas dos seus clientes na Península Ibérica. Com mais de 2500 colaboradores e uma presença consolidada em **Portugal e Espanha**, a empresa opera **25 Centros de Operações Logísticas unidades logísticas¹**, cobrindo as principais rotas comerciais e industriais da região. A sua rede inclui ainda **35 Plataformas logísticas²**, que se encontram distribuídas de modo a maximizar a eficiência do transporte e minimizar tempos de trânsito.

Atualmente, a empresa gere uma área de armazenagem superior a **403 000 m²**, permitindo a movimentação anual de mais de **798 milhões de toneladas de mercadorias**. A frota gerida pela LS conta com **1148** veículos homologados, próprios e subcontratados. A frota própria da LS tem uma idade média de 4,7 anos, dos quais uma parte significativa corresponde a veículos Euro VI³ e veículos Euro-Modulares⁴, o que demonstra a aposta na eficiência do transporte.

O Grupo tem uma presença logística em centros urbanos chave, incluindo:

/ Portugal: Grande Lisboa (Carregado, Loures), Porto, Coimbra e Algarve.

/ Espanha: Madrid, Barcelona, Valência e Sevilha, assegurando ligações eficientes ao resto da Europa.



	GRUPO (Consolidado)	ESPAÑA (Não consolidado)	PORTUGAL (Não consolidado)
Logística	170 321 287 €	95 998 728 €	77 035 865 €
Transportes	109 800 763 €	51 889 154 €	83 431 065 €
Combustíveis	1 188 100 €	-	1 813 054 €
Outros	17 432 062 €	-	28 829 981 €
Total	298 742 212 €	147 887 882 €	191 109 965 €
		338 997 847 €	

Características da Frota

Em 2024, a frota própria da LS possui **97,6%** de veículos Euro VI e **23** de veículos Euro-Modulares.

A frota de veículos atribuídos a colaboradores é composta por **28%** de veículos elétricos e **11%** de veículos híbridos.

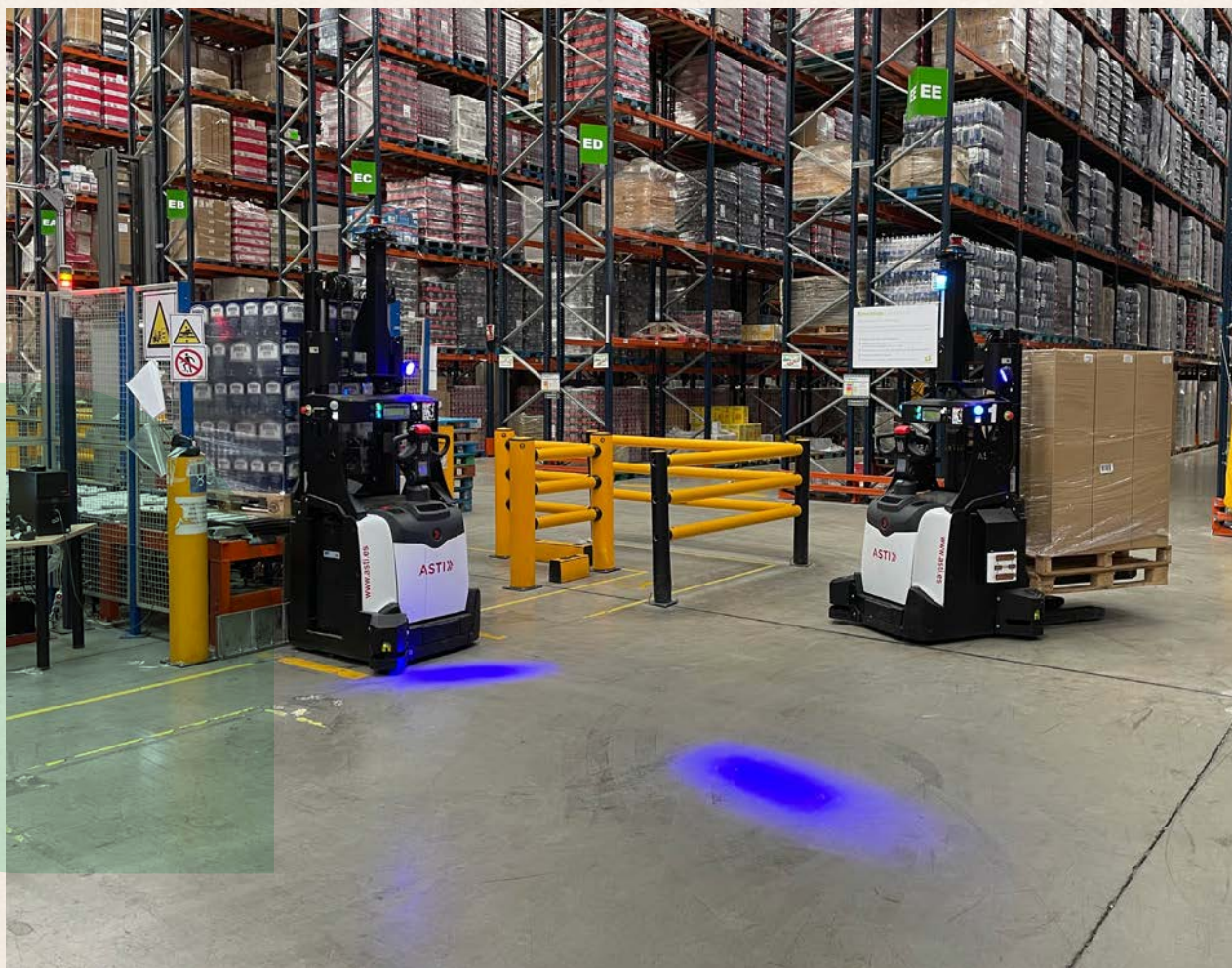
3. Veículos Euro VI: Os veículos Euro VI cumprem a norma europeia de emissões Euro VI, um conjunto de regulamentações ambientais introduzidas pela União Europeia para limitar as emissões de poluentes dos motores a combustão interna.

4. Veículos Euro-Modulares: são combinações de veículos de transporte de mercadorias concebidas para aumentar a capacidade de carga e melhorar a eficiência logística, reduzindo o número de viagens e o impacto ambiental.

Visão de futuro

Para garantir um serviço de alto desempenho, o Grupo aposta fortemente na digitalização e monitorização das suas operações. Através da implementação de tecnologias, tais como, **IoT** (*Internet of Things*), **big data** e **inteligência artificial**, a empresa é capaz de otimizar as rotas em tempo real, reduzindo assim os tempos de espera e aumentando a eficiência no transporte. Por outro lado, os seus armazéns são equipados com **sistemas automatizados de gestão de stocks**, assegurando uma rastreabilidade total dos produtos e uma gestão eficiente da cadeia de abastecimento.

Não obstante o crescimento sustentável do seu negócio, a Luís Simões enfrenta um conjunto diversificado de desafios, nomeadamente: a necessidade de modernização contínua da frota, o investimento em infraestrutura digital, e a redução dos tempos de espera no transporte urbano. Para superar essas dificuldades, a empresa planeia explorar o uso de alternativas ao transporte rodoviário e ao combustível proveniente de fontes fósseis, bem como intensificar o uso de inteligência artificial na otimização logística.



Soluções logísticas completas

SBM-1

Ao longo dos anos, a Luís Simões tem trabalhado no sentido de alargar a sua oferta de soluções logísticas, de modo a integrar transporte, armazenagem e distribuição.

A integração de soluções potencia a redução de custos e a otimização de processos, nomeadamente com a adoção mais recente de tecnologias avançadas para acompanhar o serviço e dar uma maior visibilidade ao cliente sobre o mesmo. Todo o trabalho de otimização tem consequências na redução do impacto ambiental, do qual será dada nota neste documento.

Atualmente, o Grupo oferece soluções logísticas completas que acompanham toda a cadeia de abastecimento. Os principais serviços incluem:

- **Transporte Rodoviário Nacional e Internacional**

mais de **15 000 rotas ativas** ligando centros produtivos aos mercados de destino.

- **Armazenagem e Gestão Logística**

centros logísticos equipados com **tecnologia avançada de gestão de stocks**.

- **Serviços de Valor Acrescentado**

soluções como **embalagem personalizada, etiquetagem e cross-docking**,⁵ melhorando a eficiência do processo logístico.

- **Distribuição Urbana e Last Mile⁶**

soluções de distribuição em grandes centros urbanos, contribuindo para a redução da pegada de carbono.

- **Serviços de Aluguer e Venda**

de pesados novos e usados, oficinas multisserviços e loja de peças.

- **Soluções de Seguros**

para particulares e empresas.



O Grupo mantém um compromisso forte com a digitalização e a inovação, investindo em tecnologias como IoT, *big data* e inteligência artificial para monitorização e otimização das operações. Uma das iniciativas mais recentes foi a implementação de armazéns inteligentes com gestão digital de *stocks*, permitindo uma redução no espaço ocupado e a otimização da eficiência operacional. Adicionalmente, através de um sistema digital de rastreamento de frota, a Luís Simões otimiza as suas rotas.

⁵. Estratégia de distribuição, na qual os produtos recebidos no centro de operações logísticas são descarregados de um veículo de transporte de entrada e transferidos para outro veículo de saída.

⁶. Refere-se à fase final da cadeia logística, ou seja, a entrega do produto no centro de operações logísticas até o destino final, que pode ser o consumidor, uma empresa ou um ponto de recolha. LS valida/completa

Movidos pela inovação

A Inovação é um pilar central na estratégia da Luís Simões, indispensável para a adaptação às exigências do mercado e para assegurar continuamente um modelo de negócio eficiente e criador de valor para os clientes. A procura de soluções inovadoras, o estabelecimento de parcerias e a promoção do conhecimento são exemplos da forma como o Grupo integra a Inovação no seu modelo de negócio.

Implementação de soluções digitais inovadoras

Foi implementado um processo de controlo e gestão do consumo de energia em Cabanillas (EFICIA). Em Cabanillas foram atingidos resultados de 11% a 14% de redução de consumo em KW.



Soluções inovadoras

Participação em consórcio

A Luís Simões participa no consórcio do Projeto Produtech R3, constituído por parceiros de diversas áreas e setores da indústria nacional. Foi criado com o objetivo de desenvolver soluções inteligentes e resilientes para a logística e que permitam, de forma holística, acompanhar todas as fases do produto. O Grupo participa em três projetos como demonstrador: inventário permanente no picking, que visa ganhar entre 8 a 12 segundos na operação de preparação de uma linha de pedido em picking, através de tecnologia de visão, evitando a contagem física do stock; algoritmo otimizado de construção de paletes heterogêneas, para encontrar a solução que proponha aos operadores de picking o melhor circuito de preparação e a melhor colocação do produto na paleta de suporte à preparação; e a utilização de AMR (*autonomous mobile robots*) para transporte nas operações de modo a libertar tempo útil na preparação de pedidos, em cerca de 60 minutos por operador.

Eficiência e Eficácia como vantagem competitiva

O Projeto Gold, está em curso e tem como objetivo melhorar a eficiência e eficácia dos processos como vantagem competitiva para oferecer o melhor nível de serviços aos Clientes. Prevê a substituição dos sistemas WMS (*Warehouse Management System*) e TMS (*Transportation Management System*) do negócio da Logística Integrada. Será adotado o sistema Reflex para o WMS, e em 2024 já foi implementado no primeiro Centro Logístico (CDR). Prevê-se ainda a instalação em mais três Centros em 2025. O TMS está em fase de implementação no primeiro centro no Carregado. Prevê-se a implementação real do módulo de Mobilidade, de onde resultará a redução de trabalho manual da equipa de distribuição de suporte ao seguimento das rotas e entregas.



Concentração em atividades de valor acrescentado

O Grupo tem investido em atividades diferenciadoras para os seus clientes, ampliando a frota de Gigaliners⁷ e Duotrailers⁸, o que permitirá otimizar os fluxos logísticos e aumentar a sua eficiência.

Frota Gigaliners em Portugal em 2024

- 5 unidades para transporte entre armazéns (logística integrada)
- 9 unidades para transporte entre a fábrica e o porto marítimo

Frota Duotrailers em Espanha em 2024

- 4 Duotrailers a operar em fluxos nacionais.
- Em 2025, está prevista a expansão da frota com mais 6 unidades Gigaliners em Portugal e mais 11 unidades Duotrailers em Espanha.

7. Veículos Gigaliners - Veículos Euro-Modulares, dois veículos têm uma capacidade de carga equivalente a três camiões convencionais, o que contribui para a redução do consumo de combustível e das emissões de GEE.

8. Veículos Duotrailers - Veículos combinados que permitem o transporte simultâneo de dois reboques, reduzindo significativamente as viagens necessárias para o transporte de um volume equivalente.

Parcerias estratégicas

Parcerias para novos produtos

Na Diagonal em parceria com a Europ Assistance, foi lançado, no início de 2024, um produto de Assistência em Viagem para veículos pesados de mercadorias, com coberturas mais completas, caso do Capital de Assistência em Viagem e repatriamento das viaturas, em comparação com as soluções convencionais do mercado. A parceria gera novas oportunidades de negócio em diferentes ramos como Automóvel-Frota, Acidentes de Trabalho e Mercadorias. Com esta solução é fortalecido o empenho do Grupo com a qualidade, segurança e competitividade no setor dos transportes.

Parcerias para mais soluções

Com o propósito de obter mais apoio para o Grupo na gestão dos seguros em Espanha, e poder alargar a presença ibérica e oferecer aos clientes mais soluções e melhor qualidade de serviço, foi criada em 2024 uma parceria entre a Diagonal e a corretora espanhola Peris. Pretende-se com esta parceria um apoio ao Grupo em Espanha, garantindo uma gestão mais eficiente dos seguros e um serviço de maior qualidade, bem como uma expansão cruzada da base de clientes, na qual a Diagonal passa a fornecer seguros para clientes da Peris em Portugal, enquanto a Peris apoia os clientes da Diagonal no mercado espanhol. Esta colaboração reforça a posição do Grupo como parceira estratégica de referência no setor dos seguros para transportes e logística, com um serviço mais completo e adaptada às necessidades dos clientes nas diferentes geografias.

Presença e participação pelo conhecimento

Prémio Excelência e Logística

O Grupo patrocinou o **Prémio Excelência e Logística (PEL) Academia 2024 da APLOG**, que já apoia desde 2022. Este prémio pretende destacar os projetos na área da logística que, pela sua importância e excelência, tenham contribuído para promover o conhecimento e a eficiência das empresas. Em 2024 este prémio foi atribuído ao Mestrado em Engenharia e Gestão da Cadeia de Abastecimento (MEGCA) do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP). O MEGCA é pioneiro em Portugal e acompanha a tendência das principais escolas de engenharia internacionais. O curso assenta no perfil do Engenheiro na 4.^a Revolução Industrial (Industry 4.0) e nos paradigmas de aprendizagem centrados no estudante (CDIO - Conceber, Desenvolver, Implementar e Operar).



Prémio PEL Academia 2024



PEL Academia 2024 Menção Honrosa

Cadeia de valor complexa



SBM-1, G1-2

A empresa trabalha em estreita colaboração com clientes, fornecedores e parceiros em todas as etapas da sua cadeia logística.

O ecossistema dos transportes

No serviço de Transportes, e para além da importância dos recursos humanos, destacam-se as viaturas pesadas de transporte de mercadorias, combustíveis, e os recursos tecnológicos, que são cada vez mais essenciais a esta atividade. O portefólio de serviços abrangidos nesta atividade integra principalmente o transporte de carga completa, grupagem, e gestão de fluxos para clientes da grande distribuição. São utilizados recursos próprios, mas existe igualmente a subcontratação de serviços de outros transportadores.

O ecossistema da logística

No serviço de Logística destacam-se também os recursos humanos, as instalações logísticas e correspondente estanteria, automatismos de armazém, os consumíveis essenciais à operação logística, tais como paletes e filmes de embalagem, a iluminação, empilhadores, e recursos tecnológicos fundamentais para esta atividade. No âmbito desta atividade, o portefólio de serviços inclui serviços de armazenagem, preparação de pedidos, logística promocional, e distribuição aos pontos de venda. Nesta atividade, o Grupo presta os seus serviços em instalações próprias, alugadas e nas instalações de clientes.

O circuito

O Grupo atua enquanto operador logístico, prestando serviços de transporte rodoviário de mercadorias e serviços de logística que permitem que as empresas produtoras façam chegar os seus produtos aos diversos pontos de venda, de acordo com o ritmo de venda desses mesmos produtos.



1

Transporte dos produtos desde as fábricas dos clientes (produtores) até aos armazéns / centros logísticos (que podem ser ou não do Grupo)



2

Nos centros logísticos do Grupo, armazenagem dos produtos.



3

Preparação dos pedidos para entrega nos pontos de venda, principalmente locais de consumo como hipermercados, supermercados e outros canais de venda.

Os clientes

Como operador logístico integrado, com serviços de transporte rodoviário de mercadorias e logística, e outros serviços complementares, o Grupo LS atua sobretudo nos segmentos de produtos de grande consumo e industriais. De entre os seus principais grupos de clientes encontram-se algumas das mais importantes empresas do setor da alimentação, bebidas, higiene pessoal e outros produtos de grande consumo, bem como empresas industriais a operar no sector de embalagem de cartão, vidro e outros produtos industriais.

Os fornecedores

A gestão responsável da cadeia de abastecimento passa por garantir que as relações com os fornecedores são pautadas por transparência, ética e compromisso com critérios ambientais, sociais e de governança (ESG), procurando estabelecer parcerias de longo prazo baseadas na confiança mútua e na partilha de valores. Neste contexto, a seleção e monitorização dos fornecedores desempenham um papel estratégico na mitigação de riscos operacionais e reputacionais. Um caminho iniciado, com tanto por percorrer.

A seleção de fornecedores para as categorias de compra com mais impacto está suportada numa avaliação que inclui critérios ESG. As minutas de contratos do Grupo, preferenciais na formalização das relações comerciais, também estabelecem as obrigações dos fornecedores em matéria de sustentabilidade. Adicionalmente, todas as contratações de valor superior a cem mil euros são precedidas de um processo formal de consulta ao mercado, no qual são especificados requisitos de sustentabilidade, e do qual consta ainda uma matriz de decisão com critérios de valorização ESG.



Política de Compras e Critérios ESG

A Política de Compras do Grupo criada em 2023 estabelece que o processo de compra deve iniciar-se com um Pedido de Cotação ou Caderno de Encargos, com o qual os fornecedores se vinculam com um conjunto de requisitos obrigatórios, incluindo:

- Código de Ética e Conduta do Grupo
- Proteção de Dados
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Direitos Humanos
- Higiene e Segurança no Trabalho
- Segurança Alimentar

Monitorização e Homologação de fornecedores

O Grupo realiza um acompanhamento contínuo do nível de serviço prestado por fornecedores com “alto impacto nos negócios”, categorização que resulta de uma matriz de risco definida pelo tipo de serviço prestado ou bem fornecido e do seu impacto nos negócios. Todos os fornecedores passam por um processo de homologação que garante o cumprimento de aspetos legais e sociais, nomeadamente não existência de dívidas para com as Finanças ou a Segurança Social. A conformidade dos

fornecedores é acompanhada através de uma plataforma de gestão documental (WiDoit) para os fornecedores gerais em Espanha e fornecedores de Transporte na Península Ibérica. No âmbito da subcontratação de transportes e distribuição, o Grupo providencia a divulgação do “Manual de Transportador Subcontratado” o qual inclui a Carta de Compromisso onde são detalhados os princípios éticos e as normas das distintas matérias.

82 reuniões realizadas com fornecedores para análise do seu desempenho e das ações ESG concretizadas.



126 reuniões de acompanhamento realizadas para identificação de oportunidades de melhoria.



Acompanhamento e avaliação contínua

O Grupo implementa um processo de monitorização para ter a certeza de que os compromissos assumidos pelos fornecedores de maior impacto no negócio são concretizados. O acompanhamento dos fornecedores é realizado através de reuniões onde são apresentados os Indicadores Chave de Desempenho (*Key Performance Indicators* - KPI) definidos contratualmente e identificadas oportunidades de melhoria. As reuniões envolvem a gestão operacional, o departamento de compras e o fornecedor.



La innovación
es lo que
distingue al
líder de sus
seguidores

Conduce maquinaria
sólo si tienes la
aptitud formativa
válida

Creemos
en la
gente
feliz

“LOS VALORES SON COMO
EL VIENTO, NO SE VEN
PERO SE SIENTEN.”
JOSÉ LUÍS SIMÕES
PRESIDENTE DE LUIS SIMÕES

Definimos prioridades

Atentos ao
impacto

Comprometidos
com o futuro

Definimos prioridades

Atentos ao impacto

SBM-1, SBM-2, SBM-3, IRO-1

Durante o ano de 2024 foi desenvolvida uma reflexão sobre as prioridades estratégicas em matéria ambiental, social e de *governance*, que se desenrolou de acordo com um processo com quatro fases, tal como a seguir se apresenta.

Diagnóstico

A fase de Diagnóstico consistiu na análise de tendências e *benchmark* para compreender as práticas do setor e na consulta aos *stakeholders* internos e externos.

Envolver das partes interessadas

Foram envolvidos seis *stakeholders* internos (gestão de topo e áreas-chave) e nove *stakeholders* externos (quatro clientes, quatro fornecedores/parceiros e uma associação do setor), cujos contributos sobre as principais questões de sustentabilidade se apresentam de seguida:

- Emissões de GEE e segurança rodoviária como principal impacto ambiental e social, respetivamente.
- Transição energética, subcontratação e escassez de mão de obra como sendo os três principais riscos para a empresa.
- Digitalização e cibersegurança como dois dos principais desafios.
- Descarbonização como uma prioridade, estando dependente da disponibilidade de tecnologia e/ou combustíveis.
- Consequências do elevado nível de subcontratação no transporte, que reduz a capacidade de influência sobre as boas práticas e dificulta o acesso do Grupo à informação.

Uma vez realizada a consulta aos *stakeholders*, esta fase concluiu-se com a identificação das questões de sustentabilidade, que se encontram referidas a seguir.



SERVIÇO

- Eficiência operacional
- Segurança rodoviária
- Inovação e tecnologia



AMBIENTE

- Alterações climáticas
- Transição do transporte rodoviário
- Consumo de energia
- Economia circular dos materiais e redução da produção de resíduos
- Poluição do ar (exceto GEE), água e solo



COLABORADORES

- Saúde e segurança
- Formação e desenvolvimento
- Bem-estar e condições laborais
- Diversidade, equidade e inclusão
- Escassez de mão de obra
- Atratividade da empresa



CONDUTA EMPRESARIAL

- Ética, transparência e anticorrupção
- Cibersegurança



CADEIA DE ABASTECIMENTO

- Compras responsáveis
- Gestão e rastreabilidade na subcontratação da frota



Análise de materialidade

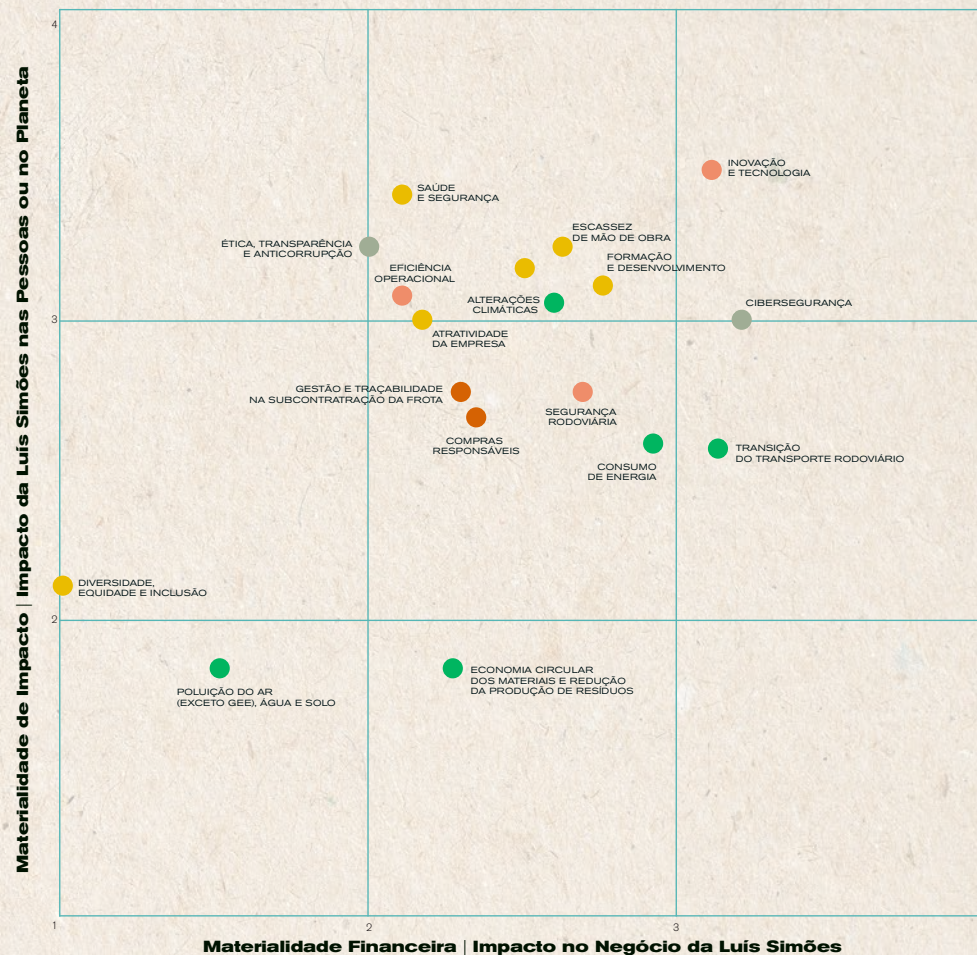
Uma vez identificadas as questões de sustentabilidade, foi feita a identificação dos impactos nas pessoas e/ou no ambiente – Materialidade de Impacto – e dos riscos e oportunidades na sustentabilidade da empresa – Materialidade Financeira. Cada Impacto, Risco e Oportunidade foi avaliado de acordo com os critérios da *Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)*⁹. Esta avaliação permitiu posicionar as questões e refletir sobre o seu impacto no que respeita ao *reporting* da empresa e à sua estratégia de sustentabilidade.

Todas as questões de sustentabilidade avaliadas acima de 2 (moderado) são consideradas materiais para efeitos de reporte. Para o desenvolvimento da estratégia são consideradas a partir de 3 (significativo). Como podemos observar, apenas a questão “poluição do ar (exceto GEE), água e solo” não é considerada material para reporte.

Das 17 questões de sustentabilidade consideradas materiais, foram identificados 52 impactos, 47 riscos e 21 oportunidades.



Matriz de materialidade Luís Simões



9. Os impactos, riscos e oportunidades foram avaliados de acordo com a escala: 1–Negligenciável; 2–Moderado; 3–Significativo; 4–Crítico, e com os critérios que a seguir se apresentam. Na avaliação dos impactos considerou-se: escala (intensidade/severidade do impacto); âmbito (abrangência/alcance ao longo da cadeia de valor); caráter irremediável; e probabilidade (no caso dos impactos potenciais, positivos e negativos). Na avaliação dos riscos e oportunidades (efeitos financeiros) considerou-se: magnitude (criticidade do risco ou oportunidade para a empresa, influência em fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital, qualidade, preços e relações comerciais); e probabilidade (frequência de ocorrência ou probabilidade de ocorrência).

Impactos, riscos e oportunidades

Questão de sustentabilidade: Alterações Climáticas

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Emissões de GEE diretas - Consumo de energia por fontes não renováveis - Consumo de energia de fontes renováveis	- Investimento para adaptação às alterações climáticas para manter a operação e diferenciação da concorrência (ex. infraestruturas, rotas...) - Alterações regulamentares com impacto na necessidade de investimento	Acesso a capital e investimento

Questão de sustentabilidade: Transição do Transporte Rodoviário

Impactos	Riscos	Oportunidades
Eletrificação da frota com impacto na redução das emissões	- Investimento para investigação e implementação - Falta de preço de referência do HVO¹⁰ pela DGEG dificulta a aceitação pelos clientes do diferencial de preço de combustível face ao diesel.	Vantagem competitiva no mercado (diferenciação da concorrência), pela valorização pelos clientes, de alternativas para a transição

Questão de sustentabilidade: Consumo de Energia

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Redução de consumo de energia e de GEE através de veículos com motores Euro V e VI (90%) e de Euro-Modulares (Gigaliners) e Duotrailers - Redução de consumo de energia através da instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo - Eficiência energética dos armazéns (certificações LEED, BREAM, classificação energética B - ADENE) resultando num menor consumo de energia - Consumo de energia por fontes não renováveis	- Custos associados à modernização da frota subcontratada - Aumento dos custos de energia devido à volatilidade dos preços no mercado energético - Influência do CELE no preço do combustível	Investimento em energias renováveis

Questão de sustentabilidade: Economia circular dos materiais e redução da produção de resíduos

Impactos	Riscos	Oportunidades
	Investimento em tecnologias de aproveitamento ou sistemas de gestão de resíduos	

10. Óleo Vegetal Hidrotratado — solução de combustível renovável que se baseia em matérias-primas sustentáveis.

Impactos, riscos e oportunidades

Questão de sustentabilidade: Saúde e Segurança

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Prevenção de lesões e aumento do conforto dos colaboradores no local de trabalho. Em Espanha é garantido através da medicina do trabalho e do Serviço de Prevenção próprio, com internalização da segurança, ergonomia e psicossociologia e em Portugal através do Serviço de Prevenção externo. - Acidentes e doenças relacionadas com o trabalho	- Investimento para manutenção das viaturas, condições de ergonomia e bem-estar no local de trabalho - Investimento em manutenção de infraestruturas de segurança das instalações	Redução de sinistros e custos associados, pela formação e monitorização de desempenho dos motoristas

Questão de sustentabilidade: Formação e desenvolvimento

Impactos	Riscos	Oportunidades
Desenvolvimento de competências, progressão de carreira e reconhecimento do desempenho		Maximização do desempenho organizacional devido ao alinhamento das competências dos colaboradores com os objetivos estratégicos

Questão de sustentabilidade: Bem-estar e condições laborais

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Melhoria da qualidade de vida dos colaboradores (benefícios médicos, equilíbrio vida pessoal vs profissional por ex., através da política de teletrabalho em modelo híbrido) - Satisfação dos colaboradores	- Disrupções nas operações, por situações de absentismo, falta de produtividade ou mesmo capacidade de resposta - Impacto na confiança dos clientes e consequente perda de negócio	

Questão de sustentabilidade: Diversidade, Equidade e Inclusão

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Coesão social e igualdade de oportunidades - Oportunidades de trabalho para grupos vulneráveis (ex. minorias étnicas, pessoas com incapacidade/deficiência, mulheres motoristas)		

Questão de sustentabilidade: Escassez de mão-de-obra

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Segurança laboral e satisfação dos colaboradores - Promoção da empregabilidade	- Dificuldade de gerir a operação e responder às necessidades dos clientes, devido à escassez de mão de obra - Condições salariais e benefícios associados para se posicionar como empresa competitiva no mercado laboral - Aumento da remuneração dos motoristas de pesados por escassez de motoristas - Diminuição da performance média dos colaboradores em face de contratação menos qualificada	

Impactos, riscos e oportunidades

Questão de sustentabilidade: Atratividade da empresa

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Formação e conhecimento no setor (ex. parceria com associações profissionais, visitas aos centros LS), contribuindo para o conhecimento sobre o setor na sociedade - Donativos e ações (ex. campanhas de doação de sangue, colaboração com o Banco Alimentar, colaboração com a Fundación Madrina) com impacto na sociedade	Dificuldade de contratação para a LS (vários tipos de funções)	

Questão de sustentabilidade: Eficiência Operacional

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Entrega do serviço/produto em condições de eficiência e sem rutura da cadeia de abastecimento - Otimização de rotas, com redução do impacto ambiental - Impacto na saúde pública, no caso de falhas de qualidade e segurança alimentar		- Investimento em infraestrutura, processos e tecnologia para melhorar eficiência - Ganhos de margem provenientes de eficiência operacional (ex.: otimização de rotas, fiabilidade na entrega) - Aumento de eficiência, pela disponibilidade de dados periódicos e fiáveis

Questão de sustentabilidade: Segurança Rodoviária

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Redução de acidentes de trabalho (motoristas) e segurança dos passageiros (utilizadores da via ou peões) e outros condutores - Redução de acidentes de trabalho e segurança dos utilizadores da rodovia e outros condutores	- Regime de subcontratação no transporte torna mais difícil o controlo sobre o veículo - Cumprimento dos requisitos regulamentares	Manutenção de uma taxa reduzida de acidentes de trabalho (rodovia) e consequente redução das disrupções na cadeia de valor, como oportunidade de atração e retenção de motoristas e de redução de custos

Questão de sustentabilidade: Inovação e Tecnologia

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Redução de consumos (combustíveis, energia, papel, embalagens, etc.) - Integração de novas soluções tecnológicas no mercado, com impacto na satisfação do cliente (ex. Parceria SOL Mobility) - Integração de soluções tecnológicas para redução do esforço dos colaboradores ou melhoria da sua produtividade - Integração de soluções tecnológicas para aumento da segurança dos colaboradores ou melhoria da sua produtividade (exemplo de medidas ativas de segurança nos veículos -camiões)	Diminuição dos ciclos de investimento gera maiores necessidades de financiamento	- Aumento da competitividade e rentabilidade através de novos produtos ou processos - Acesso a subsídios e financiamento para projetos de inovação - Parcerias de inovação com academia, centros de investigação e clientes, como geradores de receita e facilitadores da inovação - Aumento da eficiência operacional e da rentabilidade dos produtos e serviços através da adaptação tecnológica

Impactos, riscos e oportunidades

Questão de sustentabilidade: Ética, transparência e anticorrupção

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Fomento de boas práticas de governança no ambiente empresarial, fortalecendo a confiança nos intervenientes do ecossistema da Luís Simões - Maior confiança em que a empresa atua perante situações de potencial fraude, discriminação ou assédio	Riscos reputacionais e eventual perda de clientes, por questões relacionadas com ética	Facilitação do acesso a capital e investimento através da otimização do perfil ESG

Questão de sustentabilidade: Cibersegurança

Impactos	Riscos	Oportunidades
Proteção da privacidade dos dados de clientes, colaboradores e fornecedores	- Ciberataques, perda de dados e consequentes perdas financeiras e reputacionais/confiança - Consequências legais e coimas/sanções resultantes da perda de dados - Interrupções operacionais - Aumento de custos de funcionamento pela necessidade de implementação de maiores estruturas de proteção	Produtividade dos colaboradores da empresa pela diminuição de probabilidade de extravio ou outro dano na informação

Questão de sustentabilidade: Compras responsáveis

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Desenvolvimento da economia com a preferência de fornecedores locais - Contribuição para o ambiente e para a sociedade através de critérios sociais e ambientais na contratação de fornecedores	- Aumento dos custos de contratação devido à integração de critérios ESG - Custos associados à avaliação de risco dos fornecedores (implementação e gestão)	

Questão de sustentabilidade: Gestão e traçabilidade na subcontratação da frota

Impactos	Riscos	Oportunidades
- Integração de requisitos sociais e ambientais de contratação nos fornecedores do serviço de transporte - Crítérios para a seleção de transportadores com veículos menos poluentes (Euro V ou VI) - Incapacidade de investimento dos transportadores para a transição energética	- Dificuldade de traçabilidade da cadeia de fornecedores, com impacto na influência e no controlo da operação - Não conformidade com os regulamentos de segurança e equipamentos - Dificuldade da subcontratação não acompanhar a transição - Incapacidade de investimento dos transportadores para a transição energética, limitando a transição energética da LS	Redução de custos (mais confiança dos clientes, menos custos com inconformidades, menos acidentes), com o investimento na traçabilidade com impacto no controlo da operação

Envolvimento das partes interessadas

O envolvimento de *stakeholders* internos e externos é fundamental para garantir a qualidade e a relevância dos serviços prestados e para fortalecer a integração e o alinhamento da cadeia de valor. O envolvimento com a comunidade interna e externa, permite ajustar o posicionamento perante a forma de servir os *stakeholders* e as comunidades.

Consciente desta importância, a Luís Simões realizou o mapeamento de partes interessadas identificando a sua forma de relacionamento com as mesmas. É dada particular importância à comunicação e à transparência como forma de envolvimento, contribuindo para o fortalecimento de relações e da marca LS.

Além da auscultação regular a clientes (através do Inquérito de Satisfação a Clientes) e colaboradores, é de particular importância a auscultação dos *stakeholders* na reavaliação da materialidade, onde a influência dos *stakeholders* e a sua contribuição pode ser particularmente relevante, nomeadamente, para a identificação de questões de sustentabilidade. Para além destes mecanismos de auscultação, a avaliação que possa ocorrer, via auditorias, reuniões ou plataformas, é igualmente considerada como base de informação a considerar para futuro reporte de sustentabilidade.

Os principais *Stakeholders* da organização estão categorizados da seguinte forma:

- **Clientes**
- **Colaboradores**
- **Fornecedores**
 - Subcontratados permanentes (transporte),
 - Subcontratados eventuais (transporte),
 - Outros fornecedores
- **Banca**
- **Sindicatos**
- **Associações Profissionais**
- **Academia (Universidades, Escolas Profissionais e Secundárias)**



De um modo geral a forma de envolvimento de *stakeholders* ocorre de diversas formas pois está adequado às especificidades destes. No caso dos clientes é efetuada uma avaliação de satisfação em inquérito trianual, para identificação e implementação de melhorias.

No quadro seguinte, encontram-se mapeadas os principais meios para envolvimento dos *stakeholders*:

Colaboradores

O envolvimento dos colaboradores é dinamizado pelo Gabinete de Comunicação, relativamente a iniciativas de cidadania, e pelas áreas de Recursos Humanos e de Segurança e Saúde no Trabalho, que se lideram os temas condições de trabalho, formação e bem-estar.

- Revista Somos LS
- Auscultação dos colaboradores em SST e Clima
- Intranet
- Newsletter LS Express
- Ações de formação
- Cartazes
- Eventos
- Portal LSTools
- Portal Pessoas LS
- Website LS
- Relatório de Sustentabilidade e Contas
- Redes Sociais
- APP SOMOS LS
- Linha de ética LS
- Submissão de candidaturas ao Diploma de Honra da IRU
- Homenagens por antiguidade
- Aniversário da Revista Somos LS
- Equipa de futebol LS
- Newsletter LS Digital

Comunidade Local /Autoridades Nacionais/Regionais e Locais

- Comunicação standard
- website LS
- Relatório de Sustentabilidade e Contas
- Redes Sociais
- Linha de ética LS
- Plataformas das autoridades
- Newsletter LS

Academia (Universidades, Escolas Profissionais e Secundárias)

A relação com Academia, de escolas secundárias, profissionais ou ensino superior, é assegurada por várias áreas da organização, dependendo do tipo de interação, sejam visitas, estágios, trabalhos ou participação de colaboradores em aulas.

- Visitas aos Centros de Operações
- Parcerias
- Comunicação standard
- Website LS
- Relatório de Sustentabilidade e Contas
- Redes Sociais
- Patrocínio do PEL Academia (APLOG)
- Newsletter LS
- Linha de ética LS

Sindicatos

A relação com Sindicatos é gerida pelas áreas de Recursos Humanos e Segurança e Saúde no trabalho.

- Negociações de convenções de trabalho
- Reuniões
- Website LS
- Relatório de Sustentabilidade e Contas
- Redes Sociais
- Newsletter LS
- Linha de ética LS

Investidores / Banca

A relação com os Investidores / Banca é dinamizada pela área Financeira.

- Reuniões periódicas
- Visitas aos principais Centros
- Relatório de Sustentabilidade e Contas
- Website LS
- Linha de ética LS

Clientes

O envolvimento com clientes é operacionalizado no dia a dia pela área de Serviço de Atendimento a Clientes (SAC), e equipa diretiva para os clientes atuais, e com destaque para as áreas de Business Development em novos clientes.

- Inquérito de satisfação do cliente
- Portal LSTools
- Newsletter LS Apresentações
- Reuniões
- Website LS
- Relatório de Sustentabilidade e Contas
- Redes Sociais
- Plataformas de Sustentabilidade: Ecovadis; Sedex;
- CDP
- Auditorias
- Linha de ética LS

Associações Profissionais / Empresariais

O Grupo participa ainda em várias associações empresariais ou profissionais, focadas no setor onde atua, ou na região onde está inserido, através da participação em grupos de trabalho.

- Desenvolvimento de protocolos
- Participação em associações
- Eventos
- Website LS
- Relatório de Sustentabilidade e Contas
- Redes Sociais
- Participação em grupos de trabalho
- Patrocínio do PEL Academia (APLOG)
- Newsletter LS
- Linha de ética LS

Subcontratados permanentes e eventuais e outros fornecedores

Relativamente aos fornecedores, o envolvimento varia de acordo com a tipologia de serviço prestado.

- Website LS
 - Relatório de Sustentabilidade e Contas
 - Redes Sociais
 - Plataforma Widoit
 - Portal TMS
 - Linha de ética LS
 - Ações de formação
- (específico de subcontratados permanentes)
- Bolsa de Cargas TMS
- (específico de subcontratados eventuais)
- Cartazes e Newsletter LS
- (específico de outros fornecedores)

Comunicação Social

- Comunicação standard
- Presença comercial e institucional
- Website LS
- Newsletter LS
- Relatório de Sustentabilidade e Contas
- Redes Sociais
- Linha de ética LS

ONG

- Desenvolvimento de protocolos
- Eventos
- Website LS
- Relatório de Sustentabilidade e Contas
- Redes Sociais
- Linha de ética LS
- Newsletter LS
- Patrocínio Festival FESCIGU (Asociación Cultural Cinefilia)

No âmbito da revisão da estratégia de sustentabilidade integrada no novo ciclo estratégico do Grupo, entende-se que existe a necessidade de visitar o(s) meio(s) utilizados para o diálogo com as partes interessadas, de modo a ir ao encontro dos objetivos da organização a cinco anos.

Canais Comunicação com as partes interessadas

Todos os Stakeholders

- Newsletter Luis Simões (Bisemanal)
- Redes Sociais (Comunicação diária)
- **Linha de ética LS** (Acesso permanente)
- **Relatório de Sustentabilidade e Contas** (Anual)
- Website LS (Acesso permanente)

Clientes

- Apresentações (Pontual)
- Auditorias (Pontual)
- Reuniões (Pontual)
- Inquérito de satisfação do cliente (Bianual)
- Plataformas de Sustentabilidade: Ecovadis; Sedex; CDP (Anual)
- Portal LSTools (Acesso permanente)

Colaboradores

- APP SOMOS LS (Comunicação diária)
- Auscultação dos colaboradores em SST e Clima (Anual - SST)
- Cartazes (Não definido)
- Intranet (Comunicação diária)
- Newsletter LS Digital (Bimensal)
- Newsletter LS Express (Bisemanal)
- Portal LSTools (Acesso permanente)
- Portal Pessoas LS (Acesso permanente)
- Revista Somos LS (Quadrimestral)

Fornecedores

- Bolsa de Cargas TMS (Não definido - subcontratados transporte)
- Cartazes (Não definido)
- Plataforma Widoit (Acesso permanente)
- Portal TMS (Acesso permanente - subcontratados transporte)



Comprometidos com o futuro

SBM-1

Com base na análise de materialidade, foi desenvolvido um trabalho de reflexão para a definição das prioridades e dos compromissos de sustentabilidade.

8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO



12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS



3 SAÚDE DE QUALIDADE



13 AÇÃO CLIMÁTICA



É de sublinhar o contexto do conjunto de ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) que a empresa se propõe atingir, nomeadamente: o crescimento económico sustentável e o emprego, o combate às alterações climáticas, padrões de produção e consumo sustentáveis e a promoção da saúde e do bem-estar para todas as gerações.

Serviços de Transporte e Logística descarbonizados e eficientes

Prestar serviços eficientes de transporte e logística, integrando tecnologias orientadas para a transição energética e a descarbonização

Equipa de excelência

Garantir que os colaboradores prosperem no seu trabalho, com condições de segurança, que promovam o bem-estar e a motivação

LEVAMOS O AMANHÃ MAIS LONGE

A estratégia de sustentabilidade da Luís Simões encontra-se enquadrada pelos princípios que norteiam a sua conduta empresarial, de onde se destacam: a ética empresarial, a inovação, a segurança rodoviária e a cibersegurança.

Neste pano de fundo, a estratégia de sustentabilidade visa concretizar, no médio e longo prazo, a missão de fornecer soluções eficientes e competitivas em transporte e logística, de forma responsável, e está assente em três grandes pilares:

- Garantia de que os colaboradores prosperam no seu trabalho, por meio da capacitação e do desenvolvimento e promoção de bem-estar e da preparação da equipa para o futuro.
- Construção de uma cadeia de abastecimento social, ambiental e financeiramente sustentável.
- Consolidação de uma equipa de referência, capaz de garantir práticas éticas e de alto desempenho.

Fundamentos da conduta empresarial responsável

- Ética, transparência e anticorrupção
- Segurança rodoviária
- Inovação e tecnologia
- Cibersegurança

Cadeia de valor responsável

Assegurar uma cadeia de abastecimento social e ambientalmente responsável



Gerimos impactos

Desempenho
Ambiental

Desempenho
Social

Desempenho
Governance

Desempenho Ambiental

Destaques 2024

Metas alinhadas com a Ciência

A iniciativa Science Based Targets (SBTi) validou as metas de redução de emissões de gases com efeito de estufa da Luís Simões.



Transformação digital

Efetuiu-se a implementação do e-CMR (ou guia de remessa digital) em colaboração com alguns clientes, eliminando a utilização de papel e aumentando a rastreabilidade e o controlo das mercadorias.



Consumo e eficiência

No âmbito do consumo e da eficiência energética, encontra-se em desenvolvimento a Política do Uso de Energia.

Parceria viaturas HVO

No âmbito da parceria com a Lactogal foi incorporada em 2024 uma viatura *gigaliner* movida a combustível HVO, o que permitirá reduzir 35% do número de viaturas em circulação e 25% das emissões de CO₂ por tonelada transportada.



Descarbonização

Início do desenvolvimento do Plano de Descarbonização e da criação do Comité de Descarbonização.



Adesão à iniciativa Lean & Green

O Grupo Luís Simões aderiu à iniciativa Lean & Green¹¹ em Portugal e Espanha e assim compromete-se a reduzir as suas emissões de CO₂ em mais de 20% antes de 2030.

11. A Lean & Green é uma plataforma de colaboração europeia criada para reduzir as emissões associadas à cadeia de abastecimento e atingir emissões neutras em carbono em 2050, em linha com os objetivos definidos no Cimeira do Clima em Paris (COP 21).

Alterações climáticas

E1-1, E1.SBM-3, E1.IRO-1, E1.MDR-P, E1.MDR-A, E1-3, E1.MDR-T, E1-4, E1-5, E1-6

As alterações climáticas são um tema central para o Grupo LS, que tem estado comprometido com a redução de emissões de GEE, alinhando-se com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13, que visa a adoção de medidas para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

Pegada de carbono

Em 2021, o Grupo fez o seu primeiro exercício de inventário relativo às emissões dos âmbitos 1, 2 e 3 cobrindo todas as empresas e atividades. Este exercício tem sido atualizado anualmente, considerando os mesmos critérios de análise e sem incluir emissões potenciais ou reais futuras, uma vez que não há, no momento, visibilidade novas tecnologias com impactos significativos no perfil emissor da empresa.

Em 2024 as emissões de âmbito 1 do Grupo, relacionadas com emissões diretas, representaram um total de emissões não biogénicas de **23 596 tCO₂e**, e emissões biogénicas 1642 tCO₂e. As emissões de âmbito 2 do Grupo, que representam as emissões de aquisição de energia, tiveram um total de **2452 tCO₂e**, pela

abordagem de mercado, e 1967 tCO₂e pela abordagem de localização. As emissões consideradas para o cálculo de âmbito 2 são não biogénicas. O cálculo das emissões de âmbito 1 e 2 foram realizados para cada empresa do Grupo.¹² As emissões referentes ao ano 2024 são equiparadas aos anos anteriores.

Âmbito 1

		Emissões não biogénicas (tCO ₂ e)		Emissões biogénicas (tCO ₂ e)	
País	Empresa	2021 (ano base)	2024	2021 (ano base)	2024
ES	LSLI ES	4 431	5 089	232	516
	Total ES	4 431	5 089	232	516
PT	LSLI PT	16 131	15 090	827	935
	Espaçotrans	2	1	0	-
	RETA	178	268	5	1
	Diagonal	0	0		-
	LS Frota	2 753	3 142	144	191
	LSG	4	5	0	0
	Total PT	19 068	18 506	975	1 127
Total Grupo		23 498	23 596	1 207	1 643

Para os âmbitos 1, 2 e 3 é apresentado um resumo das emissões não biogénicas (as mais representativas). Para mais detalhes consulte o documento “[Relatório sobre Alterações Climáticas 2024](#)” disponível no site da LS.

12. Para o cálculo das emissões GEE de âmbito 1 foi utilizado o standard “The GHG Protocol: Corporate Accounting and Reporting Standard” com as metodologias “Fuel-based method” e “Hybrid method” e com fatores de emissão IPCC. Para o cálculo de âmbito 2 foi utilizado o standard “The Greenhouse Gas Protocol: Scope 2 Guidance” com a metodologia “Asset-specific” e com fatores de emissão diretos dos fornecedores e de dados públicos de cada país.



Âmbito 2
(não biogénicas)

País	Empresa	Metodologia de Mercado (tCO ₂ e)		Metodologia de Localização (tCO ₂ e)	
		2021 (ano base)	2024	2021 (ano base)	2024
ES	LSLI ES	1 563	1 059	977	875
	Total ES	1 563	1 059	977	875
PT	LSLI PT	1 432	1 259	1 358	987
	Espaçotrans	66	70	62	55
	RETA	99	47	121	36
	Diagonal	3	4	4	3
	LSG	18	12	17	9
	Solmoninhos	-	1	-	1
	Total PT	1 619	1 393	1 564	1 091
Total Grupo		3 182	2 452	2 541	1 967

Âmbito 3

Categoria ¹³	Emissões não biogénicas (tCO ₂ e)		Emissões biogénicas (tCO ₂ e)	
	2021 (ano base)	2023	2021 (ano base)	2023
Categoria 1: Bens e serviços adquiridos	13 124	9 101	-	-
Categoria 2: Bens de capital	25 881	4 697	-	-
Categoria 3: Atividades relacionadas com combustível e energia	7 950	5 853	186	184
Categoria 4: Transporte e distribuição a montante	144 822	141 267	5 502	5 390
Categoria 5: Resíduos	778	1 158	5	7
Categoria 6: Viagens de negócios	3 830	613	30	49
Categoria 7: Deslocações de colaboradores	3 849	3 266	203	194
Categoria 8: Bens arrendados a montante	26	164	-	-
Categoria 11: Uso de produtos	5 015	7 271	-	-
Categoria 12: Fim de vida de produtos vendidos	5	7	-	-
Categoria 13: Bens arrendados a jusante	3	1	-	-
Total¹⁴	205 283	173 392	5 926	5 824

À data de elaboração deste relatório ainda não foram concluídos os cálculos de emissões de âmbito 3 para o ano 2024.

13. Para o cálculo das emissões GEE de âmbito 3 foi utilizado o standard "The GHG Protocol: Corporate Value Chain (Scope 3) Standard" com as metodologias "Spend-based", "Average-data method", "Distance-based method", "Hybrid method", "Waste-type specific method", "Fuel-based method", "Supplier-specific method", "Asset-specific" e "Products that directly consume energy (fuels or electricity) during use" e com fatores de emissão EPA (NAICS), DEFRA, Bilans-ges, ICCT, IPCC, IEA, EcoTransIT, IDAE, Ecoinvent e dados públicos de cada país e de fornecedores.

14. As emissões incluem todas as empresas do Grupo Luís Simões.

Para o ano 2024, serão consideradas as mesmas categorias para o cálculo do âmbito 3, uma vez que as restantes não são aplicáveis à atividade do Grupo [categoria 9 (*Transporte e distribuição downstream*), categoria 10 (*Uso de produtos vendidos*), categoria 14 (*Franquias*) e 15 (*Investimentos*)].

Para o cálculo de emissões GEE será revisto o inventário, trabalhando na sua melhoria, tanto a montante como a jusante da cadeia

de valor. Mais informações do relatório sobre Alterações Climáticas no [link](#).

A intensidade das emissões por receitas líquidas (tCO₂e / M€), tanto para a abordagem de localização como para a abordagem de mercado, ainda não foi calculada para o ano de 2024, uma vez que à data deste relatório não foi concluído o cálculo de emissões de âmbito 3. Mais informações do relatório sobre Alterações Climáticas no [link](#).



Abordagem de localização	2021 (ano base)	2024
Emissões A1 (tCO ₂ e)	23 498	23 956
Emissões A2 (tCO ₂ e)	2 541	1 967
Emissões A3 (tCO ₂ e)	205 283	ND
Total Emissões A1+A2+A3		
Abordagem de localização (tCO ₂ e)	231 322	ND
Total de Vendas Líquidas em € (Grupo Luís Simões)	241 826 146	298 742 212
Intensidade A1+A2+A3 (tCO ₂ e / M €)	957	ND

Abordagem de mercado	2021 (ano base)	2024
Emissões A1 (tCO ₂ e)	23 498	23 596
Emissões A2 (tCO ₂ e)	3 182	2 452
Emissões A3 (tCO ₂ e)	205 283	ND
Total Emissões A1+A2+A3		
Abordagem de mercado (tCO ₂ e)	231 963	ND
Total de Vendas Líquidas em € (Grupo Luís Simões)	241 826 146	298 742 212
Intensidade A1+A2+A3 (tCO ₂ e / M €)	959	ND



Metas e redução de emissões

Estas metas de curto prazo asseguram o alinhamento com o acordo de Paris, através de metas de redução de emissões alinhadas com o cenário de 1,5°C no caso das emissões de âmbito 1 e 2, e com o cenário de menos de 2°C nas emissões de âmbito 3, e foram validadas pela *Science Based Targets initiative* (SBTi) em 2024.

Em 2023, o Grupo assumiu o compromisso de reduzir as suas emissões absolutas de GEE até 2032:

- Âmbito 1 e 2 em **50,4%** até 2032, a partir do ano de referência de 2021;
- Âmbito 3, Categoria 4 em **9%**, a partir do ano de referência de 2021, que corresponde a reduzir as emissões de atividades relacionadas com combustível e energia e do transporte e distribuição a montante em **35,6%** por tonelada-quilómetro.



SCIENCE
BASED
TARGETS

DRIVING AMBITIOUS CORPORATE CLIMATE ACTION



Meta SBTi	Ano base	Ano objetivo	Redução objetivo absoluta	Redução objetivo de intensidade	Ambição da meta	Cobertura da meta	Método utilizado
Âmbitos 1+2	2021	2032	50,40%	NA	Alinhada com os 1,5°C	100%	Absolute contraction (âmbito 2 considerado com método baseado no mercado)
Âmbito 3 (Categoria 4)	2021	2032	9%	35,60%	Alinhada com menos de 2°C	70,55% (âmbito 3), 100% (âmbito 3 categoria 4)	SDA transport (freight - total heavy freight road (MFT & HFT))

	2021 Ano Base (tCO ₂ e)	2032 Ano Objetivo (tCO ₂ e)	Redução (tCO ₂ e)
Âmbito 1	23 498	11 655	11 843
Âmbito 2 (Abordagem de mercado)	3182	1578	1 604
Âmbito 1+2 ¹⁵	26 680	12 233	14 447
Âmbito 3	114 822	131 781	13 041
Total	171 502	144 014	11 843

De acordo com as metas validadas pela SBTi, para efeitos de redução de emissões de âmbito 3, apenas é considerada a categoria 4, que abrange as atividades relacionadas com combustível e energia e ao transporte e distribuição a montante. O transporte de mercadorias é a principal atividade da LS e a que gera maior impacto ambiental. Mais informações do relatório sobre Alterações Climáticas no [link](#).



15. Foi efetuada a distinção das emissões do âmbito 1+2 em emissões do âmbito 1 e em emissões do âmbito 2 apenas para efeitos visuais das reduções por âmbito.



Seguimento das metas de redução de emissões (SBTi):

As emissões de âmbitos 1 e 2 são consideradas num valor único conjunto para efeitos de redução. Deste modo, o valor base para a redução das emissões de GEE de âmbito 1+2 é de 26.680 tCO₂e, referente ao ano 2021, e de acordo com as metas estabelecidas, em 2032 o valor de emissões de GEE de âmbito 1+2 deverá ser de 13.233 tCO₂e. De notar que para efeitos das metas aprovadas pela SBTi, é considerado o cálculo de âmbito 2 pela abordagem de mercado.

	2021	2022	2023	2024
Real A1+A2 (tCO ₂ e)	26 680	27 079	25 355	26 048
Meta SBTi A1+A2 (tCO ₂ e)	NA	25 458	24 235	23 013
Real A3 (tCO ₂ e)	144 822	135 230	141 267	-
Meta SBTi A3 (tCO ₂ e)	NA	143 636	142 450	-
Real A3 Intensidade (gCO ₂ e/t.km)	102 66	102 16	99,48	-
Meta SBTi A3 Intensidade (gCO ₂ e/t.km)	NA	99,34	96,02	-

As emissões de GEE de âmbito 3 categoria 4 têm como base o valor de 144.822 tCO₂e, referente ao ano 2021. A meta SBTi para o âmbito 3 categoria 4 é de atingir uma redução de 35,6% por tonelada-quilómetro (t.km), o que equivale a 9% em termos absolutos. Assim, o valor de emissões que se pretende atingir com esta meta em 2032 é de 131.781 tCO₂e. Esta redução corresponde a um valor de intensidade de 102,66 gCO₂e/t.km (em 2021) para um valor de 66,12 gCO₂e/t.km (em 2032).

No âmbito da submissão e aprovação das metas SBTi, a LS elaborou um plano com o objetivo de reduzir as emissões centrado na contabilização das emissões globais do Grupo e das emissões associadas à atividade dos clientes, e ainda na estruturação de um conjunto de indicadores de suporte a essas iniciativas de redução das emissões.



O plano para alcançar a meta divide-se por iniciativas nos três âmbitos:

• Âmbito 1

Introdução de biocombustíveis (HVO), com menores emissões associadas, e da substituição da frota atual por Gigaliners e Duotrailers;

• Âmbito 2

Investimento na produção de energia renovável e compra de certificados de energia verde através dos fornecedores de energia;

• Âmbito 3 (categoria 4)

Elaboração de uma política de compra responsável com seleção de fornecedores, utilização de biocombustíveis (HVO) nos serviços de transporte subcontratado, melhoria no planeamento de rotas, seleção de serviços de transporte subcontratado que têm os últimos padrões de classe EURO de emissões (classe EURO V ou superior), e melhoria de eficiência no transporte, substituindo serviços de transporte subcontratado com Euro-Modulares, através do aumento da capacidade de carga da frota própria.



As iniciativas de âmbito 3 são focadas na categoria 4 por representar o maior volume de emissões, fazendo parte do core business do Grupo.

Plano de descarbonização

O Grupo Luís Simões iniciou, em 2024, o seu processo de descarbonização, alinhado com os compromissos globais de mitigação das alterações climáticas. A LS definiu um conjunto de iniciativas estratégicas, monitorizadas e acompanhadas de perto pelas áreas de negócio. Estas iniciativas têm como objetivo reduzir as emissões de GEE e estão alinhadas com os compromissos e especificidades do Grupo. Para garantir um acompanhamento eficaz, foi estabelecido um Comité de Descarbonização, liderado pela área de Sustentabilidade da Direção de Processos e Compliance. Este Comité tem a função de acompanhar o progresso das iniciativas e as diversas áreas do grupo com impacto direto no processo, para desta forma dar passos firmes no caminho da descarbonização.

A supervisão da execução deste Plano de Descarbonização ocorre através da realização de três reuniões anuais que envolvem as diversas áreas da empresa com responsabilidades nesta matéria, reportando-se semestralmente ao Conselho de Administração a informação sobre a eficácia das iniciativas e o cumprimento anual das metas assumidas

perante a SBTi. Adicionalmente, o Grupo incluiu a redução de emissões como meta estratégica na Visão Estratégica 2025/29, aprovada em 2024.

Em 2024, foi implementado um processo de acompanhamento trimestral de indicadores para a descarbonização, com o objetivo de identificar e monitorizar as iniciativas que contribuem para a redução das emissões. Este processo permite garantir e acompanhar o cumprimento das metas internas e externas (SBTi). No decorrer do ano, foram acompanhadas as seguintes iniciativas:

- Efeito Modernização de frota
- Inclusão de Euro-Modulares
- Inclusão de viaturas elétricas
- Redução do consumo da frota
- Redução de quilómetros em vazio
- Inclusão de veículos eletrificados na atribuição a colaboradores
- Instalação de Painéis Solares Fotovoltaicos nos COL's
- Utilização de biocombustível HVO

Em 2025, para além das iniciativas em curso, estão previstas as seguintes ações adicionais:

- Instalação de Painéis Solares Fotovoltaicos nos centros de Espanha
- Promoção de Logística Colaborativa com Clientes
- Introdução de viaturas elétricas de transporte de mercadorias
- Renovação de frota própria para uma mais eficiente
- Redução do consumo da frota própria existente, através da implementação de medidas de eficiência





Considerando que, em 2024, as iniciativas indicadas foram estruturadas perante uma perspetiva qualitativa e com contabilizações indiretas de impacto na descarbonização, não é possível indicar de forma clara e direta o seu impacto nas emissões do Grupo. No entanto, é importante destacar a evolução positiva ao longo de 2024, refletindo o esforço das diversas áreas na temática da descarbonização. Em 2024, não existiram recursos financeiros específicos alocados a estas iniciativas. Todos os investimentos são analisados caso a caso, por meio de investimento direto da LS ou através da colaboração com clientes e parceiros. No futuro, a LS pretende aprofundar a análise da alocação de recursos financeiros específicos a esta matéria.

Durante o ano de 2025, prevê-se a quantificação do impacto das medidas de descarbonização de forma a analisar se as ações previstas serão suficientes ou se será necessário adotar medidas adicionais para alcançar as metas definidas. O processo irá incluir uma avaliação detalhada dos custos associados às medidas e os investimentos necessários para a sua implementação. Adicionalmente, em 2025, a LS pretende automatizar o processo de cálculo das emissões de GEE, o que permitirá uma reação mais rápida nas ações implementadas.

A LS reconhece a necessidade de envolver os fornecedores e, em particular, os fornecedores subcontratados de transporte para reduzir as emissões de âmbito 3. Por isso, está prevista uma estreita colaboração com os fornecedores com o objetivo de alinhar práticas e processos que contribuem para a redução das emissões no setor.

O Grupo entende que a descarbonização requer um forte compromisso de todos os níveis da Empresa, especialmente do Conselho de Administração e das áreas de negócio com maior responsabilidade na implementação das ações. Neste sentido, a partir de 2025, o sistema de prémios de desempenho será revisto para propor a integração de algumas variáveis que medem o dinamismo das iniciativas previstas.



Riscos climáticos

O Grupo ainda não deu início à avaliação de cenários de risco decorrentes das alterações climáticas e do seu impacto potencial nos seus armazéns, instalações ou atividades comerciais. Não obstante, foi possível desde já classificar os principais riscos associados às alterações climáticas, de acordo com riscos físicos e de transição. Mais informações do relatório sobre Alterações Climáticas no [link](#).

Risco Físico Agudo

#Eventos climáticos extremos

Risco de Transição

Regulamentação Atual

Aumento da taxa de carbono

Regulamentação Emergente

Aumento dos preços dos combustíveis

Tecnológicos

Elevado custo de soluções de baixas emissões

Risco Físico Crónico

#Alterações de temperatura

Regulamentações Atuais ou Emergentes

Cumprimento legal

Mercado

Exigências do cliente

Reputacional

Mudança nas preferências do cliente

Eficiência Operacional e Energética

E1.IRO-1

A transição do setor de transporte e logística para um modelo mais eficiente e sustentável não só responde às exigências regulatórias e às expectativas dos consumidores, mas também pode gerar benefícios económicos, operacionais e ambientais. Neste contexto, são de salientar a modernização da frota própria e subcontratada, a implementação de Euro-Modulares (Gigaliners), Duotrailers, formação em ecodriving, implementação de iluminação LED e de painéis solares fotovoltaicos para auto-consumo.

Eficiência operacional

Em 2024, o Grupo LS dispunha de 18 veículos Euro-Modulares, em circulação em Portugal e Espanha, 14 gigaliners em Portugal e 4 duotrailers em Espanha. Possuía ainda, em colaboração com um cliente, duas viaturas a combustível HVO. Deste modo, através do aumento da capacidade de carga e da utilização de combustível alternativo, o Grupo aumenta a sua eficiência operacional e reduz as suas emissões.

Consumo de energia e eficiência energética

A eficiência energética faz parte da estratégia ambiental da empresa, e os impactos ambientais aplicáveis são medidos dentro do Sistema de Gestão Ambiental, sendo os mais significativos os consumos de combustível e eletricidade, para os quais são estabelecidos controlos operacionais e ações de monitorização nos Centros. A monitorização do consumo energético e a identificação das fontes é fundamental para a potenciar o desempenho energético do Grupo. Em 2024, o Grupo Luís Simões consumiu 109 773 MWh de energia renovável e não renovável:

Na constante procura da eficiência do processo, decorre desde 2023 um projeto com a Daimler (Mercedes) para acompanhamento de motoristas, de modo a contribuir para a exploração da performance das viaturas, para uma condução mais eficiente com impacto na redução de consumo de combustível.

Ecodriving

Em 2024 foram organizadas 7 ações de formação as quais envolveram **121 condutores**.

Consumo de energia (MWh)

Tipo de energia	País	Empresa	2021	2024
Renovável	Espanha	LSLI ES	928	1 370
		LSLI PT	5	782
	Portugal	RETA	3	259
		LSG	-	34
		Solmoninhos	-	2
	Grupo LS		Total	936
Não renovável	Espanha	LSLI ES	25 097	27 643
		LSLI PT	71 330	66 602
	Portugal	Espaçotrans	340	326
		RETA	883	296
		Diagonal	18	18
		LS Frota	11 051	12 363
		LSG	108	75
		Solmoninhos	-	4
Grupo LS		Total	108 826	107 327
Consumo de energia		Total	109 763	109 773

O Grupo LS está abrangido em Portugal pela legislação de consumo intensivo de energia no setor do transporte e como consumidor intensivo de energia no COL do Carregado. Em Espanha o Grupo está abrangido pela legislação de consumo de energia, que engloba todas as atividades desenvolvidas. Em conformidade com a referida legislação, existem dois Planos de Eficiência Energética da frota em Portugal, e um Acordo de Racionalização de Consumo de Energia para o COL do Carregado. Em Espanha, existe um Plano de Racionalização de Consumo de Energia que engloba a frota e os Centros Logísticos de maior dimensão.

A importância da certificação de edifícios e operações está diretamente ligada à eficiência dos mesmos e à redução no consumo de recursos. O Grupo possui certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*) em Cabanillas e Guadalajara, BREAM (*Building Research Establishment Environmental Assessment Method*) em Liça d'Amunt e certificação Energética B atribuída pela ADENE (Agência para a Energia) em Gaia 1. O Centro de Operações Logísticas do Carregado 1 e 2 estão abrangidos por um Plano de Racionalização a 8 anos com seguimento bienal, para implementação das medidas de redução de consumo de energia e seu seguimento.



A otimização do espaço, é um dos fatores que contribuem para a eficiência energética.

Em Guadalajara a LS implementou um armazém automático de mais de 86000 paletes, no Carregado 2 o armazém automático tem capacidade para mais de 50000 paletes, o COL Leixões tem 2 Drive in para compactação de armazenamento de paletes, permitindo aumentar a capacidade de armazenagem do produto com maior eficiência.

A eficiência energética das instalações é gerida pela área de manutenção e evidenciada em auditorias e através do acompanhamento dos indicadores apropriados. Nas operações logísticas e nas operações de transporte, a eficiência energética do serviço é gerida e assegurada pelas áreas de negócio (transporte e logística).

No que respeita ao uso de gases refrigerantes, nomeadamente em câmaras de temperatura controlada, a preocupação sobre a redução do seu Potencial de Aquecimento Global existe e tem vindo a ser considerada através do uso de gases com menos Potencial de Aquecimento Global.

É de destacar a aprovação da Política de Uso da Energia em 2024, com foco no uso consciente de energia, na eficiência das operações e equipamentos, e na transição energética.

Energia renovável

Em 2024, o consumo de energia renovável inclui autoprodução de energia elétrica, autoprodução de energia térmica (solar) e utilização de HVO na frota. O consumo de energia renovável duplicou face a 2023, representando atualmente mais de 2% do consumo energético total. A autoprodução de energia representa apenas o consumo energético, excluindo os excedentes. Desde 2023, a Luís Simões tem apostado na utilização de HVO na sua frota, alinhando-se com o compromisso de adotar combustíveis alternativos de menor impacto ambiental. Mais informações sobre a % de consumo de energia renovável no Relatório Alterações Climáticas disponível no [link](#).

Algumas instalações da LS em Portugal e Espanha, como o COL do Carregado, o edifício da Sede em Moninhos, os Centros de Assistência Técnica da RETA no Carregado

e em Gaia, os centros de Cabanillas, Guadalajara e Lliçà d'Amunt, contam com a instalação de painéis solares fotovoltaicos para autoconsumo, possibilitando a redução de emissões resultantes do consumo de eletricidade. Em 2023 a produção fotovoltaica correspondia a 7% do consumo total de eletricidade, e em 2024 este valor aumentou para 12%.

Em 2024, o Grupo Luís Simões não apresenta consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis, nem energia verde certificada com garantias de origem ou certificados de energias renováveis.



Autoprodução de energia, em MWh

País	Empresa	2021	2022	2023	2024
Espanha	LSLI ES	219	809	780	837
	LSLI PT	5	5	72	782
Portugal	RETA	3	3	104	259
	LSG	0	0	33	34
	Solmoninhos	0	0	3	2
Grupo LS		227	817	992	1 914

As Empresas Espaçotrans, Diagonal e LSFrota não registaram produção de energia elétrica. As Empresas LSLI ES, Espaçotrans, Diagonal e LSFrota e LSG não registaram produção de energia térmica.

Compra de energia verde certificada, em MWh

País	Empresa	2021	2022	2023	2024
Espanha	LSLI ES	709	686	0	0

Utilização de HVO na frota, em MWh

País	Empresa	2021	2022	2023	2024
Espanha	LSLI ES	-	-	237	533

As Empresas LSLI PT, Espaçotrans, Retra, Diagonal e LSFrota e LSG não registaram utilização de HVO na Frota.

Energia não renovável

No contexto do consumo de energia não renovável, a utilização de combustível na frota e nas instalações representa a parcela mais relevante deste indicador. Para efeitos de abordagem conservadora e por ausência estruturada de um mix energético por parte do fornecedor de eletricidade (com desagregação dos consumos), o Grupo LS considera toda a eletricidade comprada como sendo de fonte fóssil. Segue-se o consumo de eletricidade na rede, que tem sido menos

relevante ao longo dos anos, reflexo do aumento da utilização de fontes de energia. O consumo de gás natural ainda faz parte da matriz energética do Grupo, no entanto, desde 2021, não há utilização de gás butano nas instalações. Além disso, não há consumo de combustíveis derivados do carvão ou de produtos do carvão nem consumo de energia nuclear. Mais informações sobre a % de consumo de energia renovável no Relatório Alterações Climáticas disponível no [link](#).

Utilização de eletricidade da rede, em MWh

País	Empresa	2021 (ano base)	2024
Espanha	LSLI ES	7 319	7 234
	LSLI PT	7 383	5 839
	Espaçotrans	339	326
Portugal	RETA	509	216
	Diagonal	18	18
	LSG	94	55
	Solmoninhos	-	4
Grupo LS		15 662	13 691

Utilização de diesel na frota e nas instalações em MWh

País	Empresa	2021 (ano base)	2024
Espanha	LSLI ES	17 778	20 409
	LSLI PT	63 479	60 603
	Espaçotrans	1	-
Portugal	RETA	346	46
	LS Frota	11 051	12 363
	LSG	14	21
Grupo LS		92 667	93 442

Utilização de gás natural e butano nas instalações em MWh

País	Empresa	2021 (ano base)	2024
Portugal	LSLI PT	469	160
	RETA	28	35
Grupo LS		497	195

Em 2021, apenas para a empresa LSLI PT, 1% (4,95 MWh) do consumo energético era proveniente de gás butano, que deixou de ser utilizado a partir desse ano.



Economia circular e redução de resíduos

E5.MDR-A, E5-4, E5-5

A adoção de um modelo de produção e consumo baseado na economia circular é um fator essencial na redução de desperdícios e no aproveitamento eficiente dos recursos. Atualmente, o Grupo está empenhado no desenvolvimento de um plano de gestão do uso de recursos, cujo objetivo é a redução de recursos não renováveis, o aumento da reciclagem e a realização de práticas de economia circular. Assim, durante o ano 2025, serão avaliados a utilização de recursos e as práticas existentes de economia circular, e as respetivas oportunidades de melhoria e serão desenvolvidas políticas e procedimentos para a sua implementação. As ações identificadas serão monitorizadas com KPI.



Resíduos

A Luís Simões encaminha todos os seus resíduos para tratamento e valorização através de operadores autorizados. A gestão de resíduos está desenhada de forma a maximizar a reciclagem. O processo de gestão de resíduos, automatizado desde 2018, está suportado por uma análise dos principais resíduos produzidos por instalação e das formas de recolha / acondicionamento dos mesmos. Operacionalizado com um operador

de resíduos devidamente licenciado, o utilizador da LS em cada centro faz o pedido de recolha que é diretamente enviado ao fornecedor. O fornecedor regista o tipo de resíduo e peso, assim como a documentação. A digitalização deste processo evita tempos de espera e emails desnecessários.

Os resíduos gerados pelo Grupo estão fortemente relacionados à casuística dos seus clientes (tipo de produto, regras de armazenamento ou preparação, etc.), sendo na sua maioria cartão e plástico

resultantes do processo de preparação e embalagem. Em segundo nível, surgem resíduos com menos expressão, como consequência de danos na mercadoria originados nos diferentes processos logísticos (como, por exemplo, resíduos alimentares). Os restantes resíduos (metais, madeiras, resíduos de postos de trabalho, equipamentos eletrónicos, entre outros) representam uma quantidade muito pouco significativa na quantidade total produzida.

Em 2024, o Grupo produziu 2538 toneladas de resíduos em Portugal e em Espanha.

Na tabela que se segue, classificam-se os tipos de resíduos por empresa e por geografia.

	Espanha		Portugal	
	LSLI ES	LSLI PT	Espaçotrans	RETA
Peso total de resíduos produzidos (t)	11 68,68	11 54,33	73,46	141,69
Resíduos perigosos (t)	0,06	19,39	0	43,59
Resíduos radioativos (t)	0	0	0	0
Resíduos não perigosos (t)	11 68,62	11 34,94	73,46	98,1
Resíduos perigosos valorizados (t)	-	6,79	-	10,99
Preparação para reutilização (t)	-	-	-	-
Reciclagem (t)	-	6,79	-	10,99
Outras operações de valorização* (t)	-	-	-	-
Resíduos não perigosos valorizados (t)	771,96	1 109,77	73,46	80,69
Preparação para reutilização (t)	-	-	-	-
Reciclagem (t)	771,96	1 108,75	73,46	80,69
Outras operações de valorização* (t)	-	1,02	-	-
Resíduos perigosos não valorizados (t)	0,06	12,6	-	32,6
Incineração (t)	-	-	-	-
Aterro (t)	0,06	0,86	-	2,54
Outras operações de eliminação** (t)	-	11,74	-	30,06
Resíduos não perigosos não valorizados (t)	396,66	25,17	-	17,41
Incineração (t)	-	-	-	-
Aterro (t)	396,66	25,17	-	17,41
Outras operações de eliminação** (t)	-	-	-	-
Peso total dos resíduos não reciclados (t)	396,72	37,77	0	50,01
Percentagem dos resíduos não reciclados (%)	33,95%	3,27%	0,00%	35,30%

As empresas LS Frota; LSG; Diagonal; Patrimundus; Solmoninhos não geraram resíduos em 2024. Na LSLI PT não são considerados os resíduos transportados pela Câmara Municipal (ex. Resíduos orgânicos da cantina do Carregado)

* CDR (Combustível Derivado de Resíduo)

** Tratamento físico-químico

Desempenho Social

Destaques 2024



Gestores do ano

Foram eleitos os “Gestores do Ano” de 2023 nas seguintes áreas:

- / Legal & Compliance
- / Transportes ES
- / Transportes PT



Evento Portas Abertas Gaia (Open Day)

Realizou-se o 3.º evento anual Open Day que reuniu Colaboradores e Clientes da Reta para um momento de celebração de mais um ano de parceria. O evento contou com **46 Clientes** e **Parceiros de 25 empresas**.



1.ª Edição do Evento “Diagonal eXperience”

Teve lugar um evento entre colaboradores e agentes da Diagonal, com o objetivo de aproximar as equipas: de gestão, operacionais e agentes.



Inquérito de Clima de Trabalho

Em 2024 foi realizado um inquérito ao ambiente de trabalho em Espanha e Portugal, cujos resultados são discutidos, mas o Plano de melhoria ainda está em desenvolvimento.



Formação

Foram realizadas **mais de 32.000 horas de formação**, cobrindo diversos temas, desde condução defensiva até gestão digital da cadeia de abastecimento.



Segurança rodoviária

Foi implementado o plano de formação de motoristas, resultando numa **redução de 18%** no número de incidentes rodoviários nos últimos três anos.



Caracterização da força de trabalho

SBM-1

Em 2024, o Grupo LS integrava 2529 colaboradores no final do período de relato, distribuídos entre as operações em Portugal e Espanha. Em Portugal, contava com 1482 colaboradores, representando 58% do total de colaboradores do Grupo, e em Espanha com 1047 colaboradores correspondendo a 42%. Ao longo de todo o ano de 2024, a média de colaboradores foi de 2486 (com 1458 colaboradores em Portugal e 1028 colaboradores em Espanha). Em 2024, o Grupo teve a saída de 639 colaboradores¹⁶ (20% de demissões).

Em 2024, o grupo LS contava com 93 pessoas com horário reduzido ativas em 31/12/2024 na LSLI Espanha (29 mulheres e 34 homens). Em Portugal, 1 mulher em "part-time".

29,9% mulheres **70,2%** homens



16. Os dados apresentados são consolidados através do sistema informático de Recursos Humanos e Reporting e refletem o global dos colaboradores diretos e trabalhadores temporários com contrato das empresas do Grupo LS. Salvo indicação em contrário, os dados apresentados ao longo do documento relativos aos colaboradores correspondem à média mensal durante o período de relato. Os valores apresentados como headcount referem-se à contabilização direta no final do período de relato (31/12/2024). As alterações no número de colaboradores ao longo de 2024 refletem as necessidades operacionais e estratégicas dos diversos segmentos de negócio do Grupo. Fatores determinantes incluem: variações na produção dos clientes, entrada e saída de clientes e dinâmica do mercado. As empresas Patrimundos e Solmoninhos não apresentam colaboradores diretos.

Empresas		Número de colaboradores			Nº de saídas
				Total	
LSLI PT	Headcount	358	789	1 147	226
	Média	354	779	1 134	
LSLI ES	Headcount	318	729	1 047	354
	Média	311	717	1 028	
Espaçotrans	Headcount	11	36	47	3
	Média	10	34	44	
RETA	Headcount	9	81	90	30
	Média	9	78	87	
Diagonal	Headcount	12	10	22	3
	Média	12	11	23	
LS Frota	Headcount	-	89	89	19
	Média	-	85	85	
LSG	Headcount	47	40	87	4
	Média	45	40	85	
LSG SGPS	Média	-	1	1	
Total	Headcount	755	1 774	2 529	639
	Média	741	1 774	2 486	
Total Portugal	Headcount	437	1 045	1 482	
	Média	431	1 027	1 458	
Total Espanha	Headcount	318	729	1 047	
	Média	311	717	1 028	

Headcount a 31/12/2024



Gestão da força de trabalho

S1.SBM-3, S1.MDR-A, S1. MDR-P, S1-1, S1-2, S1-3

Os impactos, riscos e oportunidades relacionados com a mão de obra estão relacionados com a gestão da força de trabalho, em particular, com a constante adaptação às variações sazonais e operacionais.

A maioria dos colaboradores do Grupo, tanto em Portugal como em Espanha, têm contratos diretos com as empresas do Grupo, maioritariamente contratos sem termo. Porém, devido às características e à sazonalidade da atividade dos clientes, são também efetuados contratos temporários, em conformidade com as razões legalmente permitidas em ambos os países. Estes contratos são utilizados para gerir flutuações inesperadas da carga de trabalho, flexibilizando as operações. O Grupo recorre também à contratação de colaboradores através de Agências de Trabalho Temporário, especialmente em momentos de pico repentinos de atividade, necessidades de recrutamento imprevistas ou para perfis específicos e limitados no mercado.

De forma a colmatar a escassez de mão de obra no setor e a promover a atração de talento, o Grupo Luís Simões tem uma longa tradição de apoio à formação de jovens estudantes, contando com o contributo valioso de estagiários de Universidades, Escolas e Institutos para o desenvolvimento de novos talentos para o setor. Em Portugal e Espanha, mantemos acordos com diversas instituições de ensino para permitir que recém-graduados tenham a sua primeira experiência no mercado de trabalho.



No total, no Grupo, 84% dos trabalhadores têm contrato sem termo e os restantes 16% apresentam um contrato com termo.

Empresas		Contrato com termo		Contrato sem termo	
LSLI PT	Headcount	80	162	278	627
	Média	78	157	277	622
LSLI ES	Headcount	25	72	293	657
	Média	24	61	287	656
Espaceotrans	Headcount	2	9	9	27
	Média	2	7	8	27
RETA	Headcount	1	29	8	52
	Média	2	27	8	8
Diagonal	Headcount	4	2	8	8
	Média	4	3	8	8
LS Frota	Headcount	0	28	0	61
	Média	-	25	-	59
LSG	Headcount	1	1	46	39
	Média	2	2	43	38
LSG SGPS	Média	-	-	-	1
Total	Headcount	113	303	642	1 471
	Média	112	282	631	1 462

Headcount a 31/12/2024

Para gerir impactos, riscos e oportunidades relacionados com os colaboradores, o Grupo utiliza o Código de Ética e de Conduta como documento orientador das relações laborais e interpessoais dentro da Empresa. Este Código estabelece princípios claros de respeito pelos Direitos Humanos e pelos Direitos Internacionais dos trabalhadores, assegurando o cumprimento das diferentes legislações em Portugal e Espanha.

Situações que violem o estabelecido no referido Código ou em qualquer norma ou Lei aplicável com destaque para as situações de fraude, corrupção, branqueamento de capitais, suborno, desrespeito pelos direitos humanos ou laborais, danos ambientais, ou outras práticas ilícitas / ilegais ou antiéticas, devem ser denunciadas através do canal especificamente criado e disponibilizado para o efeito, designado por “Linha de Ética”, sem prejuízo da utilização de outros canais de comunicação¹⁷.

O Grupo tem estabelecido um Procedimento específico para a gestão da Linha de Ética, o qual foi comunicado e está acessível a todos os colaboradores. No mesmo, é mencionado que não serão exercidas, nem permitidas, represálias sobre quem tenha comunicado, de boa-fé, um eventual ato ou facto que viole, ou possa violar, o estabelecido no Código, ou em qualquer norma ou Lei aplicável.

Adicionalmente, qualquer colaborador, pode expressar as suas preocupações ou necessidades diretamente junto dos seus superiores hierárquicos, ou através das comissões de trabalhadores e/ou dos representantes dos trabalhadores.

Para mais informação, consultar o capítulo “Desempenho Governance > Ética, transparência e anticorrupção”.



Diálogo e envolvimento dos colaboradores

O diálogo e envolvimento contínuo dos colaboradores são fundamentais para o fortalecimento das relações dentro do Grupo e para a promoção de um ambiente de trabalho colaborativo.

Neste sentido, todas as regras, medidas ou iniciativas da empresa que possam afetar os colaboradores são discutidas, antes da sua implementação, com os representantes destes, em função dos locais de trabalho em causa. As questões relacionadas com situações que afetem um colaborador específico são tratadas pessoalmente com estes que, por sua vez, pode solicitar a presença ou aconselhamento de um dos representantes dos colaboradores do seu centro (se aplicável).

17. Correio eletrónico da Linha de Ética: etica@luis-simoes.com

- Telefone: (00351) 263858700, sendo a chamada encaminhada para o Departamento de Compliance e Gestão de Riscos (DCGR)
- Correio postal: endereçado ao DCGR, Moninhos, Apartado 41, 2671-951 Loures, Portugal
- Página Web [link](#)

Bem-estar dos colaboradores

S1.MDR-A, S1-2, S1-4, S1-8, S1-11, S1-15

O bem-estar dos colaboradores é essencial para a construção de um ambiente saudável e produtivo. Assim o Grupo pretende implementar ações e oferecer benefícios que promovam a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores.

Todos os trabalhadores do Grupo estão abrangidos por regimes públicos de proteção social que garantem a cobertura contra perdas de rendimento em situações específicas da vida profissional e pessoal, conforme a legislação vigente em Portugal e Espanha. Esta proteção abrange situações como doença, desemprego, acidentes de trabalho, reforma e licença parental. Além disso, em alguns casos, podem existir benefícios complementares previstos em acordos coletivos ou políticas internas da empresa, reforçando o apoio prestado aos trabalhadores em momentos de necessidade.

Adicionalmente, todos os trabalhadores têm direito a usufruir de licenças para assistência à família. Em 2024, 21% dos trabalhadores (517 trabalhadores) utilizaram licenças para assistência à família, onde, no universo feminino 29% das mulheres utilizaram estas licenças e, no universo masculino, 17% dos homens utilizaram as licenças. As licenças incluem licenças de maternidade e paternidade, acompanhamento a familiares, assistência à família e educação.

Empresas	Nº total de colaboradores que utilizaram licenças		Nº total de colaboradores		Percentagem de colaboradores que utilizaram licenças	
						
LSLI PT	108	58	354	779	31%	7%
LSLI ES	89	231	311	717	29%	32%
Espaçotrans	2	2	10	34	20%	6%
RETA	4	8	9	78	44%	10%
Diagonal	2	-	12	11	17%	0%
LS Frota	-	2	-	85	-	2%
LSG	9	2	45	40	20%	5%
Total	214	303	741	1 774	29%	17%

Na empresa LS SGPS não existiu usufruto de licenças.



A LS disponibiliza para colaboradores efetivos (em Portugal e Espanha) protocolos de acesso a serviços com desconto nas áreas de saúde e bem-estar, lazer, ensino, seguro de saúde e seguro de vida. Em Espanha, o acesso ao seguro de saúde é permitido aos trabalhadores efetivos. Adicionalmente, a empresa oferece um Seguro de Saúde para os cargos de Coordenador, Gestor e Diretor.

Desde 2023 que os colaboradores podem usufruir da Política de Teletrabalho em modelo híbrido, desde que em funções que o permitam, e sem prejuízo de dias de trabalho presencial. Este modelo visa contribuir para o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos colaboradores.

Em 2024, foi desenvolvido um sistema de remuneração flexível para os colaboradores da LS em Portugal, permitindo-lhes, de forma voluntária, destinar o aumento salarial de 2025

a benefícios ajustados às suas necessidades pessoais. Numa primeira fase, os colaboradores poderão alocar os seus benefícios a seguros de saúde e a vales escolares para a família. O plano será implementado em 2025 em Portugal, e está em fase de estudo a implementação em Espanha no mesmo ano.

Com o objetivo de avaliar a satisfação dos colaboradores e identificar oportunidades de melhoria, realizou-se em 2024 um Inquérito de Clima de Trabalho, abrangendo Portugal e Espanha. Após a análise dos resultados foram criados grupos de trabalho com colaboradores, chefias e diretores, com o objetivo de identificar e implementar ações transversais a toda a Empresa. Paralelamente, cada região ou área central da LS, com a participação dos colaboradores, pode propor ações específicas adaptadas às suas necessidades e contexto.

Adicionalmente, em Espanha, foi levado a cabo um Inquérito Psicossocial desenvolvido com a participação de representantes sindicais dos trabalhadores. A análise dos resultados permitirá a identificação de novas ações que serão negociadas com a Representação Legal dos Trabalhadores de cada centro. Em 2025, os dados serão analisados e serão criadas medidas e ações.

Condições de trabalho

As condições de trabalho constituem um fator essencial para garantir o bem-estar e a produtividade dos colaboradores. Neste sentido, foram implementadas as seguintes práticas em 2024:

- **Nos centros com Comitês de Empresa**, como Cabanillas e Guadalajara, foram estabelecidos acordos para garantir a organização do gozo das férias e horários flexíveis.
- **Em Espanha e Portugal**, foram apresentados os planos de formação com os delegados sindicais dos motoristas e os Comitês de Empresa de Cabanillas e Guadalajara.
- **Nos centros de Barcelona**, foi alcançado um acordo para aplicar o que está estabelecido na convenção sobre como devem ser compensadas as incapacidades temporárias.
- **Em Portugal**, foram celebrados acordos de banco de horas com os trabalhadores da área de logística dos centros de Gaia I, Gaia II, Leixões e Albergaria. Foram ainda firmados acordos relativos à compensação económica ou compensação de descanso por trabalho extraordinário realizado.
- Em Espanha, **nos centros de Cabanillas e Guadalajara**, foram também celebrados acordos relativos à compensação financeira ou compensação em descanso pelas horas extraordinárias efetuadas (acordo de horário flexível), nos quais se especifica que essas horas são sempre trabalhadas voluntariamente e o método de compensação é acordado entre o trabalhador e o seu superior hierárquico.
- **Em Espanha**, desde 2023, decorreu um processo de negociação do Plano de Igualdade para a empresa LSLI ES, no âmbito da Comissão Negociadora do Plano de Igualdade, criada especificamente para esse fim. No decorrer desta negociação, foi aprovado o "Protocolo de Intervenção contra o Assédio Sexual e/ou por Razão de Sexo e outras condutas contra a liberdade sexual". Atualmente, o processo encontra-se na fase final de negociação das ações que irão compor o plano.



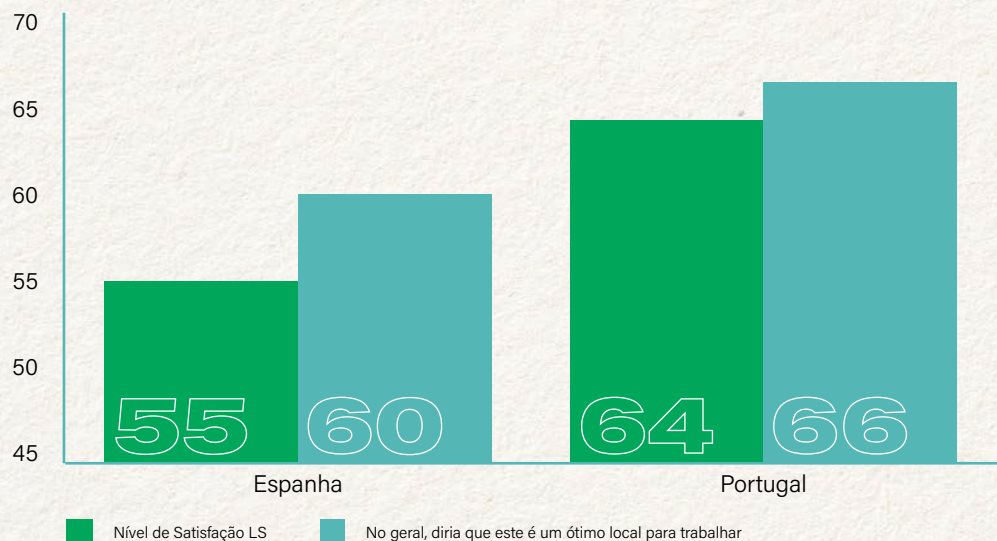
Adicionalmente, no Grupo, 95% dos trabalhadores (2356 trabalhadores) estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho. Em Portugal, 91% dos trabalhadores portugueses estão abrangidos por acordos. Nas empresas Espaçotrans, LS SGPS e LSG, sem acordos coletivos de trabalho, aplicam-se as normas do Código do Trabalho, bem como eventuais IRCT (Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho) não negociais que regulem profissões ou categorias profissionais dos trabalhadores ao serviço destas empresas. Nas restantes empresas a operar em Portugal (Diagonal, LS Frota, LSLI PT e Reta) e em Espanha (LSLI ES), todos os colaboradores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho. O Grupo não tem representação legal dos trabalhadores a nível europeu.

Inquérito sobre o clima laboral

Em 2024 realizou-se a auscultação do clima Laboral em todas as empresas do grupo LS, o nível de satisfação geral foi de 60%. O questionário tinha 78 afirmações ou perguntas, com 5 opções de resposta, pontuando apenas as 2 melhores.

Foram avaliadas 5 dimensões: Orgulho, Credibilidade, Camaradagem, Imparcialidade e Respeito. A taxa de participação geral foi de 64%, em Portugal foi de 57% e em Espanha 70%. Dos 2278 colaboradores que tiveram oportunidade de responder, apenas participaram 1452.

Nível de satisfação por país



COMO SERIA O TEU LUGAR IDEAL PARA TRABALHAR?

A TUA
OPINIÃO
CONTA!



A LUÍS SIMÕES QUER SER ESSE LUGAR!

A Satisfação foi superior em Portugal do que em Espanha.

Avaliação de 64%

“Considerando tudo, acho que a Luís Simões é um ótimo lugar para trabalhar.”

Em 2025 será desenvolvido o plano de melhoria, em consequência dos vários planos de melhoria propostas pelas várias empresas.

Saúde e Segurança no Trabalho

S1.MDR-A, S1-1, S1-11

Garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável é fundamental e um direito no trabalho. Neste contexto, a Saúde e Segurança no Trabalho é uma preocupação central para o Grupo, com o objetivo de prevenir os riscos profissionais e promover a saúde dos trabalhadores.

Todos os colaboradores estão abrangidos pelo Sistema de Gestão de Saúde e Segurança da empresa, conforme os requisitos legais aplicáveis. O Grupo acompanha rigorosamente as métricas associadas à segurança no trabalho, com total transparência e compromisso com a melhoria contínua das condições laborais.

Adicionalmente, a gestão da saúde e segurança é realizada através de um sistema de gestão de prevenção em ambas as geografias onde opera. O sistema é organizado com um serviço de prevenção em modalidade mista com quatro especialidades: Higiene, Segurança, Ergonomia e Psicossociologia, e Medicina do Trabalho. Em Espanha as modalidades de Higiene e Segurança são responsabilidade de um serviço próprio, enquanto Ergonomia e Psicossociologia são geridas por um serviço externo. Em Portugal, a Gestão da Prevenção de Riscos é realizada por um serviço próprio recorrendo-se a consultoria externa para serviços especializados sempre que necessário.

Segurança rodoviária

A frota está equipada com sistemas avançados de assistência à condução, reduzindo o risco de acidentes e melhorando o conforto dos motoristas. Adicionalmente, em 2024, foi implementado o plano contínuo de formação de motoristas, resultando numa **redução de 18%** no número de incidentes rodoviários nos últimos três anos.



Em 2024, foram registados 157 acidentes de trabalho, uma redução de 12% face a 2023 (179 acidentes). O índice de frequência de acidentes com e sem baixa do Grupo corresponde a 33. O número de dias de trabalho perdidos devido a acidentes de trabalho foi de 1609. O índice de gravidade de acidentes de trabalho, no ano de 2024, foi de 335. Em 2024 não foram registados acidentes mortais no Grupo.

Nas tabelas abaixo apresentam-se os dados em maior detalhe, por empresa e por género.

Empresas	N.º total de acidentes (com e sem baixa)			N.º acidentes com baixa			N.º dias trabalho perdidos devido a acidentes de trabalho		
			Total			Total			Total
LSLI PT	23	8	31	16	6	22	303	194	497
LSLI ES	70	20	90	36	9	45	306	124	430
Espaçotrans	1	-	1	1	-	1	7	-	7
RETA	10	1	11	8	1	9	252	7	259
LS Frota	24	-	24	20	-	20	423	-	423
Total	128	29	157	81	16	97	1291	325	1616

As empresas LSG, Diagonal e LS SGPS não registaram acidentes de trabalho ao longo de 2024.

Empresas	N.º horas trabalhadas (HH)			Frequência de Acidentes (IF)*			Índice de Gravidade de Acidentes de Trabalho (IG)**		
			Total			IF			IG
LSLI PT	1 091 008	452 124	1 543 132	21	18	20	278	429	322
LSLI ES	1 286 714	451 205	1 737 919	54	44	52	238	275	247
Espaçotrans	56 160	16 640	72,800	18	-	14	125	-	96
RETA	118 452	16 153	134 605	84	62	82	2 127	433	1924
LS Frota	952 507	180 705	1 133 212	25	-	21	444	-	373
Total	3 583 282	1 224 210	4 807 492	36	24	33	360	265	336

As empresas LSG, Diagonal e LS SGPS não registaram acidentes de trabalho ao longo de 2024.

* ((n.º acidentes com baixa + n.º acidentes sem baixa) / total de horas trabalhadas) * 1.000.000

**((n.º dias úteis não trabalhados devido a acidentes de trabalho / total de horas trabalhadas) * 1.000.000

Formação e desenvolvimento

S1.MDR-A, S1-13

A formação dos colaboradores é um aspeto fundamental para o crescimento sustentável de uma empresa, para a retenção de talento, e para a criação um ambiente de trabalho favorável à inovação. Assim, o Grupo aposta no desenvolvimento contínuo dos seus colaboradores através de ações de formação regulares para todas as categorias profissionais.

Em particular, todos os trabalhadores ao serem incorporados na empresa recebem formação em prevenção de riscos ocupacionais de acordo com sua função. Os trabalhadores que necessitam de uma qualificação especial para poderem exercer as suas atividades também recebem esta formação em prevenção de riscos laborais, por exemplo, trabalhos em altura ou licença de manobrador de equipamentos de movimentação.

Em 2024 foram realizadas 32 484 horas de formação, um aumento de 78% face a 2023 (18 276 horas). Cada colaborador recebeu, em média, 13 horas de formação.¹⁸

Destaca-se a formação em Cibersegurança para os colaboradores com computador (5000h), a formação em máquinas de movimentação nos armazéns em Portugal, a formação no novo software de gestão de assiduidade em Portugal, e a formação de motoristas em Portugal e Espanha.

Empresas	Média de horas de formação por colaboradores ¹⁹	
		
LSLI PT	10.7	10.3
LSLI ES	21.0	14.1
Espaçotrans	4.7	3.9
RETA	11.1	3.1
Diagonal	7.4	10.1
LS Frota	-	12.6
LSG	16.6	23.3
Grupo LS	15.3	11.8

Na empresa LS SGPS não existiram horas de formação.



18. O número médio de horas de formação por colaborador foi calculado com base na contagem total de colaboradores a 31/12/2024 (2529 colaboradores) e a sua distribuição por género no final do período.

19. A média de horas de formação por colaborador de cada género é dada pelo (nº total de horas de formação por género) / (nº total de colaboradores por género).

A avaliação de desempenho na LS tem como principal objetivo identificar áreas de melhoria e desenvolvimento dos colaboradores, garantindo um crescimento profissional dos nossos colaboradores. A avaliação de desempenho está estruturada em diferentes modalidades, adaptadas às especificidades das funções desempenhadas:



- **Avaliação de Desempenho da Equipa de Gestão**

Realizada a cada dois a três anos, esta avaliação envolve todos os colaboradores e inclui um questionário qualitativo preenchido pelo colaborador e pelo seu responsável, o nível de cumprimento dos objetivos anuais e a definição de planos de melhoria. A avaliação quantitativa da equipa de gestão é realizada anualmente pela aferição de prémios variáveis.

- **Avaliação de Desempenho de Pessoal Administrativo e Operacional**

Realizada anualmente, avalia o desempenho do colaborador pelo cumprimento dos objetivos mensais, trimestrais ou quadrimestrais.

- **Avaliação de Motoristas**

Efetuada anualmente, avalia os motoristas efetivos com base em KPIs objetivos, relacionados diretamente com o desempenho, e comportamentos avaliados pelo seu responsável.



Diversidade, Equidade e Inclusão

S1.MDR-A, S1-6, S1-8, S1-9, S1-12, S1-16, S1-17

A diversidade, equidade e inclusão são princípios fundamentais para a criação de ambientes de trabalho justos e abrangentes. Por essa razão, é essencial que o Grupo continue a sua aposta na promoção da inclusão, fomentando oportunidades de crescimento e desenvolvimento para todos os seus colaboradores. Nas ofertas de emprego, está refletido o compromisso com a inclusão e a diversidade, promovendo a contratação de profissionais de diferentes culturas, origens, género, orientações sexuais e quaisquer outras condições.

Os quadros superiores do Grupo Luís Simões são constituídos por Diretores, Diretores-gerais, Administradores e Presidente. Deste universo, 87% são do género masculino e os restantes 13% do género feminino.

Empresas	Quadros superiores			Total
LSLI PT	Diretor	2 (22%)	7 (78%)	9
	Diretor Geral	-	2 (100%)	2
LSLI ES	Diretor	-	11 (100%)	11
	Diretor Geral	-	1 (100%)	1
Espaçotrans	Diretor	-	1 (100%)	1
	Diretor Geral	-	1 (100%)	1
Reta	Diretor	-	3 (100%)	3
	Diretor Geral	-	2 (100%)	2
Diagonal	Diretor	-	2 (100%)	2
	Diretor Geral	-	1 (100%)	1
LSG	Administrador	2 (40%)	3 (60%)	5
	Diretor	2 (21%)	8 (79%)	10
	Diretor Geral	-	1 (100%)	1
	Presidente	-	1 (100%)	1
LS SGPS	Administrador	-	1 (100%)	1
Total		6 (13%)	41 (87%)	47

A empresa LS Frota não apresenta quadros superiores na sua constituição.

Relativamente à faixa etária, a maioria dos colaboradores (1501 o que equivale a 60%) do Grupo encontram-se no intervalo de 30 a 50 anos.

Empresas	Inferior a 30 anos	Entre 30 a 50 anos	Superior a 50 anos	Total
LSLI PT	182 (16%)	621 (55%)	331 (29%)	1134
LSLI ES	125 (12%)	707 (69%)	195 (19%)	1028
Espaçotrans	2 (4%)	31 (72%)	11 (24%)	44
Reta	17 (19%)	41 (47%)	30 (34%)	87
Diagonal	3 (13%)	11 (48%)	9 (40%)	23
LS Frota	9 (11%)	40 (48%)	35 (42%)	85
LSG	4 (5%)	48 (56%)	33 (39%)	85
LS SGPS	0 (0%)	1 (100%)	0 (0%)	1
Total	341 (14%)	1501 (60%)	644 (26%)	2486

A inclusão e a integração de pessoas com deficiência são aspetos valorizados pelo Grupo. Em 2024, integravam a equipa 30 colaboradores com deficiência, correspondendo a 1,21% dos recursos humanos do Grupo.

Empresa	Nº colaboradores com deficiência	Nº colaboradores	Percentagem de colaboradores com deficiência
LSLI PT	11	1134	0,97%
LSLI ESP	16	1028	1,56%
Reta	1	86	1,16%
Diagonal	2	23	9,70%

As empresas LS Frota, LSG, Espaçotrans e LS SGPS não apresentam colaboradores com deficiência.

A informação sobre os colaboradores com deficiência é recolhida de forma sistemática, cabendo aos colaboradores que têm algum tipo de incapacidade ou deficiências a responsabilidade pela entrega do atestado multiuso.



Equidade salarial

Em 2024, o rácio entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da empresa e a mediana das remunerações de todos os trabalhadores é de 7,94. O Grupo monitoriza as diferenças entre as remunerações de colaboradores do género feminino e masculino. As remunerações incluem todas as rubricas salariais fixas ao longo do ano e todos os colaboradores com 100% de jornada, refletindo a caracterização média de colaboradores. Em 2024, as mulheres recebiam menos 1% do que os homens, em Espanha, e menos 9% em Portugal, tendo em conta todas as categorias profissionais da LS.

O Grupo LS opera no setor logístico, tradicionalmente caracterizado por uma maior presença masculina, tendência que tem vindo a diminuir gradualmente ao longo dos anos. Esta realidade reflete-se na antiguidade média dos colaboradores, sendo que a maioria dos trabalhadores com maior tempo de serviço são homens, o que influencia as diferenças salariais devido a componentes como antiguidade. Adicionalmente, funções específicas, como a de motorista, possuem estruturas de remuneração diferentes e apresentam uma baixa representação feminina, fator que também impacta a diferença salarial. No Grupo existe apenas uma mulher a desempenhar esta função.

Antiguidade (anos)	Portugal		Espanha	
	🧑	🧑	🧑	🧑
5 - 10 anos	66%	34%	65%	35%
11 - 15 anos	71%	29%	65%	35%
Superior a 15 aos	73%	27%	60%	40%

Incidentes de discriminação

Em 2024, no Grupo LS, foram recebidas quatro denúncias de assédio: sexual (um incidente) na LSLI PT e assédio laboral (três incidentes) na LSLI ES. Não foram registadas multas, sanções pecuniárias e indemnizações por danos, em resultado dos incidentes comunicados.

Empresa	Nº de incidentes de discriminação
LSLI PT	1 (Assédio sexual)
LSLI ES	3 (Assédio laboral)
Total	4

As restantes empresas do Grupo (Diagonal, EspaçoTrans, LS Frota, LSG, Reta e LS SGPS) não apresentaram incidentes de discriminação.

Cidadania

A promoção de ações de cidadania do Grupo representa um compromisso com a responsabilidade social. Neste âmbito, são de destacar as seguintes iniciativas:

Parceria com o Banco Alimentar

O Grupo é parceiro do Banco Alimentar Contra a Fome desde 2005, com serviços de transporte e logística para assegurar as campanhas de recolha de alimentos. Durante as duas campanhas anuais, o Grupo disponibiliza dois camiões para realizar o transporte entre o Centro Comercial Colombo e o armazém do Banco Alimentar em Lisboa, e entre o NorteShopping e o Auchan Matosinhos para o armazém no Porto. Ao longo do ano, o apoio concretiza-se através de operações de Cross Docking, de modo a facilitar o movimento contínuo de produtos necessários às diversas atividades do Banco Alimentar.



Fundação Madrina

O Grupo colabora com a Fundação Madrina no Centro de Operações Logísticas de Guadalajara desde 2021, disponibilizando a infraestrutura para o armazenamento e gestão de produtos alimentares e não alimentares. O apoio logístico inclui a gestão da receção dos produtos, o seu armazenamento e a preparação de pedidos. Além disso, são organizadas ações solidárias junto dos colaboradores. No dia 24 de dezembro de 2024 realizou-se um pequeno-almoço solidário para todos os colaboradores dos centros de Guadalajara e Cabanillas.

Visitas às instalações

Foram organizadas 24 visitas aos Centros Luís Simões que, no total, contaram com 588 visitantes: 461 em Portugal e 127 em Espanha.



Doações de Sangue

No COL do Carregado foram realizadas três campanhas de doação de sangue ao longo de 2024, dirigidas aos colaboradores e abertas também à comunidade local. Foram registadas 72 doações de sangue, das quais 14 foram realizadas por dadores que o faziam pela primeira vez.



Desempenho Governance

Destaques 2024

Todos os membros executivos do CA tiveram uma **componente do seu prémio de gestão vinculada a critérios de conformidade legal**.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Foi elaborado o **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** (PPRC), o qual prevê a implementação de 12 medidas preventivas e corretivas ao longo de três anos (2025-2027).



Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio

Foi publicado o **Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio** que define os processos de deteção, prevenção e atuação face a situações de prática de assédio independentemente da categoria profissional ou vínculo contratual.



Metodologia de Gestão de Riscos do Grupo

Foi **reforçada a aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos do Grupo**, através de uma formação especializada para o Conselho de Administração e Diretores-Gerais. Foi igualmente iniciada a implementação do Programa de Controlos, que se destina a testar a eficácia das medidas adotadas para a mitigação dos riscos.

Estrutura de Governance

GOV-1, G1.GOV-1

O Conselho de Administração é composto por sete administradores²⁰, sendo seis deles membros executivos e um não executivo. Possui 29% de mulheres e toda a sua composição apresenta nacionalidade portuguesa. Dos órgãos de gestão fazem ainda parte, para além do Conselho de Administração, cinco Comissões Executivas nos negócios *core* (Logística, Transportes, Imobiliário, Reta e Diagonal) e uma Reunião de Gerência no negócio da Espaçotrans (empresa de Gestão de Entrepósitos Aduaneiros que é participada em 70% pelo Grupo). Os colaboradores não se encontram formalmente representados nos órgãos de administração.

O Conselho de Administração do Grupo assume a responsabilidade pelo cumprimento

dos princípios estabelecidos no Código de Ética e de Conduta, cabendo-lhe garantir as condições necessárias para que todos os colaboradores, direta ou indiretamente, possam incorporar esses princípios no exercício das suas funções, e em todas as suas atividades.

Os órgãos de supervisão são assumidos por empresas externas contratadas, com composição variável.

As entidades são as seguintes: Conselho Fiscal para a empresa LSLI-PT, Revisor Oficial de Contas para as empresas LS Frota e Espaçotrans, e para todas as restantes sete empresas um Fiscal Único. Todas estas responsabilidades estão a cargo de entidades externas contratadas.



²⁰. Os sete administradores são: José Luís Simões, Leonel Simões, Jorge Simões, Daniela Simões, Fernanda Simões, Rui Simões e Miguel Roquette.

Conselho de Administração



José Luís Simões

Administrador
Presidente do Conselho de Administração



Leonel Simões

Administrador
Administrador não executivo



Jorge Simões

Administrador



Daniela Simões

Administradora



Fernanda Simões

Administradora



Rui Simões

Administrador



Miguel Roquette

Administrador



Governance da sustentabilidade

A gestão transversal da sustentabilidade, que inclui o reporte externo, é coordenado pela Direção de Processos e Compliance – Área de Desenvolvimento Sustentável, em colaboração com outras Direções Corporativas responsáveis por cada matéria e com apoio de dois administradores dos respetivos pelouros. O apoio do Grupo de Trabalho constituído por diretores das áreas-chave e respetivas equipas acompanha as revisões estratégicas, o desenvolvimento e melhoria do reporte e a preparação da resposta a novos desafios.

Ética, transparência e anticorrupção

GOV-3, G1.MDR-P,
G1-1, G1-3, G1-4

No âmbito da conduta empresarial, os órgãos de direção participam ativamente na concretização das regras estabelecidas no Código de Ética e de Conduta, através das Comissões Executivas, por exemplo, definindo políticas comerciais.

O Grupo está firmemente empenhado em promover uma cultura de respeito e cooperação entre todos os seus colaboradores. A conformidade legal e regulatória é um princípio fundamental da atividade, tal como o ambiente de trabalho digno, igualitário e livre de qualquer forma de assédio, corrupção ou conflito ético.

A cultura empresarial do Grupo assenta em princípios de ética, anticorrupção e transparência, e é promovida e avaliada de forma contínua em toda a organização.

A cultura empresarial é formalmente avaliada através da elaboração do relatório semestral de compliance e gestão de risco, o qual é disponibilizado aos órgãos de supervisão, como o Conselho Fiscal ou o Fiscal Único, conforme aplicável.

A sensibilização dos colaboradores para a importância da conduta ética é promovida periodicamente e todos os colaboradores do Grupo podem esclarecer dúvidas sobre a interpretação e aplicação do Código de Ética e de Conduta junto do seu superior hierárquico, ou através do Departamento de Compliance e Gestão de Risco.

A promoção da transparência empresarial e da conduta ética é ainda difundida através da comunicação ativa sobre o canal "Linha de Ética", com campanhas de sensibilização que têm contribuído para o aumento progressivo do número de registos e da participação dos colaboradores.

O Conselho de Administração (CA) assume um forte compromisso com a ética empresarial, refletido no modelo de remunerações da equipa de gestão. Em 2024, todos os membros executivos do CA tiveram uma componente do seu prémio de gestão vinculada a critérios de conformidade legal. Adicionalmente, o CA incentiva as Direções de negócio com maior envolvimento na conformidade legal para que incorporem indicadores específicos de *compliance* nos seus prémios de gestão.



No Grupo, todas as modalidades de incentivo devem ser aprovadas, em primeira instância, pela área de Pessoas e Talento, de forma a garantir que o incentivo está alinhado com as regras da empresa e a validar a homogeneidade entre as diferentes áreas da organização ou os diferentes negócios. Por último, é

o Diretor-Geral e Administrador de cada negócio ou o Administrador de cada Área Central que aprova o pacote de objetivos para cada uma das pessoas ou cargos da sua área funcional, de forma a garantir que estes objetivos se centram nas questões estratégicas e relevantes a desenvolver ou alcançar em cada ano.

Instrumentos para implementação da cultura empresarial

O Grupo dispõe de três instrumentos fundamentais que são um referente para a sua cultura empresarial e boas práticas de conduta: Código de Ética e de Conduta, Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRC) e Código de Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio.

Todos estes documentos estão disponíveis no *website* do Grupo LS, podendo ser consultados por qualquer *stakeholder* interno ou externo.

O **Código de Ética e de Conduta** é aplicável a todas as empresas do Grupo. Os seus principais objetivos incluem a definição de princípios éticos e formas de conduta dentro da Empresa, o desenvolvimento de uma cultura de Compliance, a prevenção de comportamentos antiéticos e a garantia da integridade da LS. Este Código aborda os seguintes pontos: Missão, Visão e Valores do Grupo LS, objetivos e âmbito de aplicação, compromissos com os colaboradores, acionistas, parceiros de negócios e com a sociedade.

A sua leitura e compreensão são essenciais para todas as pessoas da empresa, uma vez que serve de linha orientadora das ações do Grupo e reflete os seus valores fundamentais. A sua aplicação é um compromisso de cada membro da organização, garantindo a criação de valor para todas as partes interessadas. Dos diferentes temas abrangidos são de destacar:



**Relações
com stakeholders**



**Conflitos
de interesse**



**Ética
empresarial**

A elaboração do Código de Ética e de Conduta contou com a participação de colaboradores, direções internas e consultoria especializada, tendo sendo subscrito pelo Conselho de Administração. Em 2025, está prevista a sua atualização com o envolvimento dos *stakeholders* relevantes. É da responsabilidade do Conselho de Administração e do Presidente a aplicação e cumprimento deste código.

No âmbito anticorrupção, o Grupo está empenhado no cumprimento legal e regulatório, bem como em promover uma cultura contra atos de corrupção e suborno. Nesse sentido, em 2024, foi

elaborado o **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRC)**. Preparado em conformidade legal e aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo LS, o PPRC aplica-se às empresas LSLI PT, LSG, LS Frota, Reta e Diagonal e é supervisionado pelo Administrador com o pelouro do Compliance. A sua elaboração envolveu a consulta ao Conselho de Administração da LS, as áreas de gestão de risco e a especialistas jurídicos. O **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**, prevê a implementação de 12 medidas preventivas e corretivas ao longo de três anos (2025-2027). Anualmente, no mês de abril, a Luís Simões deverá reportar ao MENAC – Mecanismo Nacional Anticorrupção, e publicar online o “Relatório de Avaliação Anual”, o qual indicará o grau de concretização das medidas

identificadas. Adicionalmente, está previsto que venha a ser definido o montante dos recursos financeiros correntes e futuros alocados ao Plano.

Com o objetivo de promover uma cultura de respeito e cooperação entre todos os seus colaboradores, num ambiente de trabalho digno e igualitário, e combater o assédio no trabalho, foi publicado em 2024 o **Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio**. Aplicável às empresas LSLI PT, LSLI ES, LGS, LS Frota, Reta, Diagonal e EspaçoTrans, define os processos de deteção, prevenção e atuação face a situações de assédio moral e sexual, independentemente da categoria profissional ou vínculo contratual. O documento foi aprovado pelo Conselho de Administração e divulgado a todos os colaboradores.



Formação em matéria de conduta empresarial

O Grupo organiza um **Programa de Formação em Conduta Empresarial**, destinado a todos os níveis funcionais da organização, com o objetivo de promover um ambiente de trabalho com uma dimensão ética comum e de prevenir comportamentos inadequados.

Esta formação é oferecida transversalmente a todos os colaboradores e em diferentes etapas da sua carreira, desde o Plano de Acolhimento e Integração de novos colaboradores até à formação contínua para funções superiores. Para coordenadores e quadros superiores, a formação é prestada diretamente pelo Departamento de Compliance e Gestão de Riscos, abordando o Sistema de Gestão de Compliance (SGC) do Grupo, com ênfase em áreas como:

- **Gestão de Riscos**
- **Conformidade Legal**
- **Auditorias**
- **Linha de Ética**
- **Políticas de Compliance em vigor**

Para as audiências referidas poderão ser incluídas matérias relacionadas com as Políticas e os Processos de Compliance. Para os restantes níveis da empresa, a formação está a cargo dos Recursos Humanos, que apresentam o Código de Ética e de Conduta. O Programa de Formação é atualizado anualmente com base no feedback obtido de membros chave da organização, incluindo do Comité de Compliance, de Representantes em matéria de Compliance, e de Responsáveis de Âmbito Legal.

Em 2024, identificou-se a necessidade de sensibilizar o Conselho de Administração e os Diretores-Gerais sobre a Metodologia de Gestão de Riscos da Luís Simões. Como resultado, foram qualificadas onze pessoas para permitir que a análise e decisão sobre riscos sejam realizadas e aprovadas pelos Órgãos de Gestão competentes.

Em paralelo, o Grupo tem em prática um Programa de Comunicação que visa chamar a atenção de todos os níveis funcionais para os vários aspetos da conduta empresarial, utilizando para o efeito uma variedade de suportes adaptados aos diferentes públicos-alvo, como por exemplo, anúncios internos, boletins, cartazes, televisão corporativa, revista interna e intranet.



Mecanismos de identificação, comunicação e investigação de preocupações

No Grupo Luís Simões estão estabelecidos os mecanismos de identificação, comunicação e investigação de preocupações sobre comportamentos não conformes com o Código de Ética e de Conduta ou com as Políticas de Compliance.

Os mecanismos de deteção e resposta a alegações ou a casos de corrupção e suborno são cruciais para garantir a integridade e a transparência na empresa, para além de a protegerem contra riscos de fraude e corrupção. Para o efeito, no Grupo encontra-se estabelecido um processo com as seguintes etapas interdependentes:

• Prevenção

O Grupo promove um ambiente ético e de integridade, enquadrado pelo Sistema de Gestão de Compliance para mitigar a ocorrência de fraudes e corrupção.

• Deteção

Através da realização de auditorias para verificar a conformidade com as Políticas, Procedimentos e Legislação em vigor, e da existência de um Canal de Denúncia, seguro e confidencial, através do qual os colaboradores e terceiros podem relatar suspeitas de corrupção.

Estes mecanismos consideram a participação de *stakeholders* internos e externos, por via de um processo transparente e independente no qual todas as incidências são objeto de análise rigorosa de forma a apurar os factos e identificar as medidas corretivas, quando necessário. O Departamento de Compliance e Gestão de Risco acompanha os planos de melhoria que daí resultam.

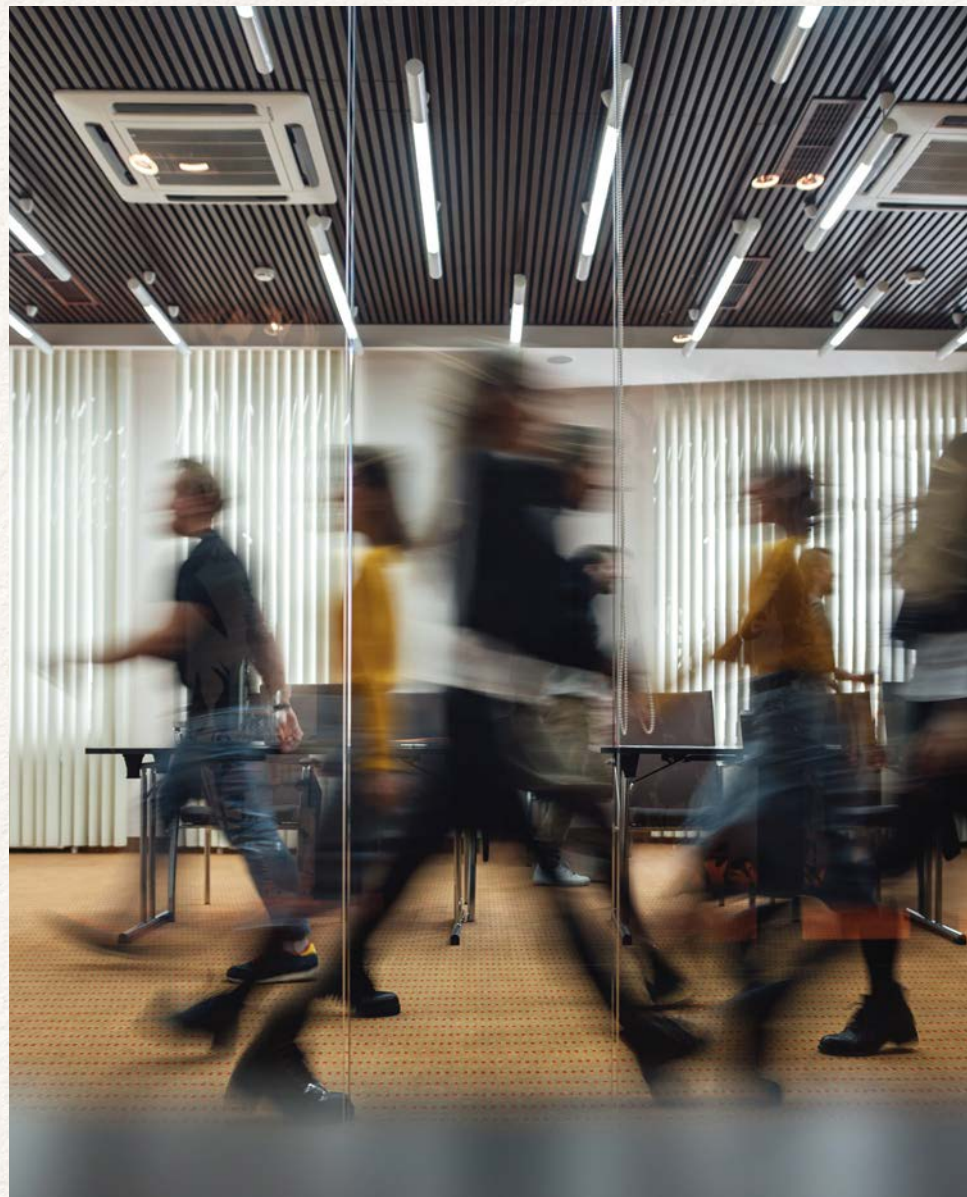
Qualquer violação do Código de Ética e de Conduta, normas internas ou legislação aplicável poderá resultar em procedimentos disciplinares e comunicação às entidades competentes, incluindo as autoridades judiciais.

• Investigação

O Grupo recolhe informações relevantes para esclarecer o incidente, garantindo a confidencialidade e o princípio do contraditório. Analisados os resultados, são tomadas as medidas necessárias para corrigir e prevenir futuras ocorrências. Podem ainda ser aplicadas sanções adequadas aos que praticaram as irregularidades.

• Melhoria

Revisão e atualização das Políticas e Procedimentos de Compliance de forma a evitar recorrências, e melhorar continuamente a eficácia dos mecanismos de prevenção e deteção no Grupo.



Todas as denúncias são tratadas em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação aplicável.

As denúncias podem ser realizadas através de correio eletrónico, por telefone ou pessoalmente, junto do Departamento de Compliance e Gestão de Riscos. Qualquer denúncia, anónima ou identificada, é objeto de uma avaliação preliminar para determinar a gravidade da questão. Todas as questões recebidas são tratadas adequadamente, mantendo estritamente o sigilo e os direitos fundamentais de quem as reporta. Não serão permitidas retaliações contra quem tenha entendido, de boa-fé, haver razões para submeter uma denúncia. Importa ainda referir que é assegurado que a área responsável por cada investigação é separada da cadeia de gestão envolvida na denúncia efetuada.

O processo de investigação é levado a cabo por investigadores internos de áreas independentes corporativas, e em determinados casos, para evitar qualquer tipo de conflitos de interesse, pode recorrer-se a investigadores externos. Os investigadores recolhem e analisam as evidências, documentando o processo e as respetivas conclusões num relatório detalhado.

Com base nos resultados obtidos, são aplicadas medidas corretivas ou disciplinares em função da infração. A execução das medidas é monitorizada e a eficácia do canal de denúncias é periodicamente avaliada para garantir melhorias contínuas. Este processo permite conduzir a análise de uma denúncia de maneira ética, transparente e justa, e confirma a confiança no canal “Linha de Ética” da Luís Simões.

As preocupações relacionadas com transparência e anticorrupção são comunicadas ao Conselho de Administração, duas vezes por ano, pela área de Compliance e Gestão de Risco, através do “Informe Semestral Compliance, Gestión de Riesgo y Auditoria Interna” que é enviado ainda aos órgãos de supervisão.

Em 2024, não existiram condenações por infração das leis de combate à corrupção e ao suborno, nem a aplicação de multas relacionadas. As auditorias de conformidade legal realizadas em 2024 no Grupo reafirmaram o compromisso com a integridade e a conformidade regulatória.

2024 N.º de Auditorias de Conformidade Legal

Total LS: 9

1
LSG

4
LSLI PT

3
LSLI ES

1
Espaçotrans



Gestão de Risco e Compliance

A Gestão de Risco e Compliance desempenha um papel central para garantir a conformidade com as exigências legais e regulatórias, e mitigar riscos que possam comprometer a integridade das operações. A implementação de mecanismos robustos de compliance reforça a cultura organizacional baseada na ética e na transparência, assegurando que todas as atividades são conduzidas de acordo com os mais elevados padrões de governança.

A supervisão dos riscos e controlo da eficácia das ações implementadas está a cargo da Direção de Processos e Compliance, que emite um relatório semestral através do Departamento de Compliance e Gestão de Risco que é apresentado ao Conselho de Administração e aos órgãos de supervisão de cada empresa, sejam estes o Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas ou Fiscal Único, conforme aplicável.

Esse relatório contém informação sobre o estado de implementação do Programa anual de Compliance, que inclui todas as iniciativas de mitigação de riscos relevantes. O relatório informa ainda sobre o resultado das Auditorias Internas de Processo que visam verificar a

conformidade dos processos e a eficácia dos controlos, e sobre incidentes de conformidade.

A gestão de riscos, em termos do efeito das alterações climáticas, é igualmente da responsabilidade da Direção de Processos e Compliance, sendo o reporte ao Conselho de Administração realizado através da Área de Sustentabilidade, com reporte semestral ao Conselho de Administração. A gestão de riscos financeiros, incluindo riscos de crédito, de taxa de juro, e de tesouraria, encontra-se no âmbito da Direção Corporativa Financeira, que mantém planos de ação específicos para a sua mitigação.

Os riscos que, pelo seu grau, e de acordo com o procedimento de gestão de risco aprovado, exigem a validação de propostas de tratamento, são submetidos à aprovação do Conselho de Administração. Em particular, os riscos identificados no Relatório de Auditoria Financeira são objeto de um acompanhamento específico, sendo reportados ao administrador do pelouro. Toda a atividade de monitorização dos riscos é apresentada periodicamente ao Auditor Externo, ao Fiscal Único e ao Conselho Fiscal, conforme aplicável.





Em 2024 foi reforçada a aplicação da **Metodologia de Gestão de Riscos do Grupo**, através de uma formação especializada para o Conselho de Administração e Diretores Gerais, permitindo a realização de análises de risco para situações de risco médio ou elevado, com decisões aprovadas pelo órgão competente. Foi igualmente iniciada a implementação do **Programa de Controlos**, que se destina a testar a eficácia das medidas adotadas para a mitigação dos riscos. Os testes aos controlos são muito importantes pois permitem verificar a eficácia dos controlos internos, mitigar riscos significativos, assegurar a conformidade legal e garantir a exatidão da informação e a eficiência dos processos.

Para responder adequadamente ao desafio das frequentes alterações legislativas, o Grupo conta com uma entidade parceira que fornece alertas sobre as modificações com impacto nas áreas de suporte e de negócio nas diferentes localizações geográficas. No ano de 2024, verificou-se que o risco inerente às frequentes alterações legislativas se encontrava controlado, conforme os resultados obtidos nas diversas Auditorias de Conformidade Legal.

Relativamente ao ano de 2024, importa ainda destacar a auditoria interna sobre o cumprimento dos requisitos contratuais assumidos com os principais Clientes dos

negócios da Logística e Transportes. Esta permitiu atualizar o conhecimento sobre o estado do processo, identificar os potenciais riscos associados, bem como robustecer os controlos necessários para manter o estrito cumprimento dos requisitos contratados.

Outro evento relevante em 2024, foi a integração da empresa Espaçotrans no Sistema de Gestão de Compliance do Grupo. A estratégia centrou-se na implementação das Políticas e Processos de Compliance, com destaque para o Processo de Conformidade Legal. Esta integração culminou numa Auditoria de Conformidade Legal que obteve um resultado em linha com o objetivo de conformidade legal do Grupo para 2024.

Com base numa política de tolerância zero em relação à prática de atividades criminosas, o **Manual de Prevenção de Delitos** inclui as medidas e os processos que regulam o Sistema de Prevenção de Delitos da Luís Simões, e descreve de forma estruturada as medidas que a LS tem instituídas em termos de prevenção, deteção e gestão dos seus riscos penais. Em particular, a avaliação dos riscos penais é atualizada e revista sempre que existam alterações legais, eventos de risco ou irregularidades que os afetem, com recurso a entidade externa especialista na matéria.

Cibersegurança e proteção de dados

ESRS 2 MDR-P, MDR-A

Cibersegurança

Num mundo cada vez mais digitalizado, a cibersegurança e a proteção de dados tornaram-se pilares fundamentais para a continuidade e a integridade das operações. A crescente sofisticação das ameaças cibernéticas e o aumento da regulamentação em matéria de privacidade e segurança da informação exigem uma abordagem proativa e estratégica para garantir a proteção dos ativos digitais, dos dados sensíveis e da confiança dos *stakeholders*.

Neste sentido, o Grupo implementou **protocolos avançados de cibersegurança**, tais como a implementação de MFA - (Autenticação Multifactor) para todos os utilizadores; SIEM (Microsoft Sentinel), Reforço Solução Backups e a implementação ISO 27001, que protegem a integridade dos sistemas digitais e previnem riscos informáticos. Em 2023 foi criado o Programa de *cyber awareness* que faz parte do plano de formação obrigatório anual do Grupo e está presente no Plano de *Onboarding* de novos colaboradores. Adicionalmente, para garantir a segurança e privacidade das informações dos seus clientes, cumpre rigorosamente o **Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)**.

Em particular, em 2021 foi criada a **Política de Cibersegurança** que contou com o envolvimento dos órgãos de gestão de topo, das áreas-chave, e ainda com um parceiro externo.

A Política de Cibersegurança tem como objetivo garantir a segurança lógica da infraestrutura do Grupo, proporcionando um impacto positivo aos seus clientes, colaboradores, fornecedores e parceiros através da proteção da privacidade dos seus dados. Tem também como finalidade diminuir a probabilidade de

extravio ou dano na informação, mitigar riscos como ciberataques, perda de dados e consequentes perdas financeiras ou danos reputacionais, consequências legais ou coimas resultantes da perda de dados e interrupções operacionais. Para tal, são levadas a cabo medidas de monitorização da infraestrutura do Grupo, existindo informação sobre o que deve ser auditado a nível de segurança e com que periodicidade, e as respetivas ações preventivas e corretivas a aplicar como resultado dos riscos identificados.

Essa Política, atualmente em revisão, será publicada no portal corporativo, e ficará acessível aos *stakeholders* internos.

Tendo em conta a relevância deste tema para o Grupo, está em curso o processo de certificação de acordo com a norma **ISO 27001** (gestão de segurança da informação) para o âmbito das atividades de ecommerce do Grupo. Está também previsto para 2025 a implementação de um **SOC - Security Operation Center**, responsável por monitorizar, detetar, analisar e responder a incidentes de segurança.





Fecho do relatório

Anexo - ESRS

Anexo - EINF

Anexo - EINF
Tabelas

Certificado
Verificação EINF

Anexo
Contas

Anexo - ESRS

Data Point	DR	Capítulo		Subcapítulo / secção Secção	Correspondência com outra legislação europeia
ESRS 2 Divulgações Gerais					
BP-1	Base geral para a elaboração de declarações de sustentabilidade	Sobre este relatório		-	
BP-2	Divulgações em relação a circunstâncias específicas	Os DR dos ESRS de acordo com a análise de materialidade estão respondidos no presente sustainability statement, tendo em conta a informação existente no Grupo LS.			
GOV-1	O papel dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização	3. Gerimos Impactos	3.3. Desempenho Governance	Estrutura de Governance	SFDR Ley 11/2018
GOV-3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	3. Gerimos Impactos	3.3. Desempenho Governance	Ética, transparência e anticorrupção	Ley 11/2018
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Sobre este relatório Descubra o nosso mundo 1. Entregamos o Futuro 2. Definimos prioridades 3. Gerimos impactos	1.1. Liderança no transporte e na distribuição 1.2. Soluções logísticas completas 1.3. Cadeia de valor complexa 2.1. Atentos ao impacto 2.2. Comprometidos com o futuro 3.2. Desempenho social: • Caracterização da força de trabalho		Ley 11/2018
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	2. Definimos prioridades	2.1. Atentos ao impacto	Envolvimento das partes interessadas	Ley 11/2018
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades relevantes e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	2. Definimos prioridades	2.1. Atentos ao impacto	-	Ley 11/2018
IRO-1	Descrição do processo para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais	2. Definimos prioridades	2.1. Atentos ao impacto	-	Ley 11/2018
IRO-2	Requisitos de divulgação no ESRS abrangidos pela declaração de sustentabilidade da empresa	Esta tabela apresenta a lista de DR dos ESRS de acordo com a análise de materialidade efetuada e com a informação existente no Grupo LS. Considerando os Topical Standards que foram respondidos neste exercício, estão identificados ao longo da tabela os respetivos DR «não materiais». Os datapoints que derivam de outra legislação europeia (SFDR e ley 11/2018) estão indicados na presente tabela e na tabela “Contenidos de la Ley 11/2018 EINF”, respetivamente.			

Data Point	DR	Capítulo		Subcapítulo / secção Secção	Correspondência com outra legislação europeia
ESRS E1 Alterações climáticas					
E1-1	Plano de Transição alterações climáticas	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Alterações climáticas: • Metas e redução de emissões • Plano de descarbonização	Ley 11/2018
E1.SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades relevantes e interação com a estratégia e modelo de negócio	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Alterações climáticas: • Riscos climáticos	Ley 11/2018
E1.IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com o clima	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Alterações climáticas: • Pegada de carbono • Metas e redução de emissões Eficiência operacional e energética: • Consumo de energia e eficiência energética	Ley 11/2018
E1.MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade de materiais	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Alterações climáticas: • Plano de descarbonização	
E1.MDR-A	Ações e recursos em relação a questões de sustentabilidade material	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Alterações climáticas: • Plano de descarbonização	
E1-3	Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Alterações climáticas: • Metas e redução de emissões • Plano de descarbonização	Ley 11/2018
E1.MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e ações através de metas	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Alterações climáticas: • Metas e redução de emissões	

Data Point	DR	Capítulo	Subcapítulo / secção Secção	Correspondência com outra legislação europeia
ESRS E1 Alterações climáticas				
E1-4	Metas de mitigação das alterações climáticas e adaptação às mesmas	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Alterações climáticas: Metas e redução de emissões SFDR+PILLAR3+BENCH Ley 11/2018
E1-5	Consumo de energia e mix energético	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Alterações climáticas: Consumo de energia e eficiência energética SFDR Ley 11/2018
E1-6	Âmbitos 1, 2, 3 e Emissões totais de GEE	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Alterações climáticas: Pegada de carbono SFDR+PILLAR3+BENCH
E1-7		Não material		
ESRS E5 Uso de recursos e economia circular				
E5.MDR-A	Ações e recursos em relação a questões de sustentabilidade material	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Economia circular e redução de resíduos
E5-4		Não material		
E5-5	Gestão de recursos	3. Gerimos Impactos	3.1. Desempenho Ambiental	Economia circular e redução de resíduos: Resíduos SFDR Ley 11/2018
ESRS S1 Trabalhadores da entidade				
S1.SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades relevantes e interação com a estratégia e o modelo de negócio	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Gestão da força de trabalho Ley 11/2018
S1.MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade de materiais	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Gestão da força de trabalho Ley 11/2018
S1-1	Políticas relacionadas com mão de obra própria	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Gestão da força de trabalho Saúde e Segurança no Trabalho SFDR Ley 11/2018

Data Point	DR	Capítulo	Subcapítulo / secção Secção	Correspondência com outra legislação europeia	
ESRS S1 Trabalhadores da entidade					
S1-2	Processos de envolvimento com a própria força de trabalho e representantes dos trabalhadores sobre os impactos	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Gestão da força de trabalho: • Diálogo e envolvimento dos colaboradores Bem-estar dos colaboradores: • Condições de trabalho	Ley 11/2018
S1-3	Processos para mitigar impactos negativos e canais para a força de trabalho própria levantar preocupações	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Gestão da força de trabalho	SFDR Ley 11/2018
S1.MDR-A	Ações e recursos relacionadas com questões de sustentabilidade material	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Gestão da força de trabalho Bem-estar dos colaboradores Formação e desenvolvimento Saúde e Segurança no trabalho Diversidade, Equidade e Inclusão	Ley 11/2018
S1-4	Medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria e abordagens para gerenciar riscos materiais e buscar oportunidades materiais relacionadas à força de trabalho própria, e eficácia dessas ações	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Bem-estar dos colaboradores	Ley 11/2018
S1-6	Características dos trabalhadores da empresa	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Diversidade, Equidade e Inclusão	Ley 11/2018
ESRS S1 Trabalhadores da entidade					
S1-8	Cobertura da negociação coletiva e diálogo social	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Bem-estar dos colaboradores: • Condições de trabalho Diversidade, Equidade e Inclusão	Ley 11/2018
S1-9	Métricas de diversidade	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Diversidade, Equidade e Inclusão	Ley 11/2018

Data Point	DR	Capítulo		Subcapítulo / secção Secção	Correspondência com outra legislação europeia
ESRS S1 Trabalhadores da entidade					
S1-11	Proteção social	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Bem-estar dos colaboradores	Ley 11/2018
S1-12	Pessoas com deficiência	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Diversidade, Equidade e Inclusão	Ley 11/2018
S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de aptidões	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Formação e desenvolvimento	Ley 11/2018
S1-14	Métricas de saúde e segurança	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Saúde e Segurança no Trabalho	Ley 11/2018
S1-15	Métricas de equilíbrio entre vida pessoal e profissional	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Bem-estar dos colaboradores	Ley 11/2018
S1-16	Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Diversidade, Equidade e Inclusão: • Equidade salarial	SFDR Ley 11/2018
S1-17	Incidentes, queixas e impactos nos direitos humanos	3. Gerimos Impactos	3.2. Desempenho Social	Diversidade, Equidade e Inclusão: • Incidentes de discriminação	SFDR Ley 11/2018
ESRS G1 Conduta de negócio					
G1.GOV-1	Papel dos órgãos de administração, fiscalização e administração	3. Gerimos Impactos	3.3. Desempenho Governance	Estrutura de Governance	Ley 11/2018
G1.MDR-P	Políticas adotadas para gestão de questões de sustentabilidade de materiais	3. Gerimos Impactos	3.3. Desempenho Governance	Ética, transparência e anticorrupção: • Instrumentos para implementação da cultura empresarial	Ley 11/2018

Data Point	DR	Capítulo	Subcapítulo / secção Secção	Correspondência com outra legislação europeia
ESRS G1 Conduta de negócio				
G1-1	Políticas de conduta empresarial e cultura corporativa	3. Gerimos Impactos	3.3. Desempenho Governance	Ética, transparência e anticorrupção: - Formação em matéria de conduta empresarial - Mecanismos de identificação, comunicação e investigação de preocupações Ley 11/2018
G1-2	Gestão das relações com fornecedores	1. Entregamos o Futuro	1.3. Cadeia de valor complexa	Os Fornecedores: Monitorização e homologação de fornecedores: acompanhamento e avaliação contínua Ley 11/2018
G1-3	Prevenção e deteção de corrupção e suborno	3. Gerimos Impactos	3.3. Desempenho Governance	Ética, transparência e anticorrupção: Mecanismos de identificação, comunicação e investigação de preocupaçõesLey 11/2018
G1.MDR-A	Ações e recursos em relação a questões de sustentabilidade material	3. Gerimos Impactos	3.3. Desempenho Governance	Ética, transparência e anticorrupção: Instrumentos para implementação da cultura empresarial
G1-4	Incidentes de corrupção ou suborno	3. Gerimos Impactos	3.3. Desempenho Governance	Ética, transparência e anticorrupção: Mecanismos de identificação, comunicação e investigação de preocupações SFDR



Data Point	DR	Capítulo	Subcapítulo / secção Secção	Correspondência com outra legislação europeia
ESRS 2 MDR Cibersegurança				
MDR-P	Políticas adotadas para gestão questões de sustentabilidade de materiais	3. Gerimos Impactos	3.3. Desempenho Governance	Cibersegurança e proteção de dados
MDR-A	Ações e recursos relativas a questões de sustentabilidade material	3. Gerimos Impactos	3.3. Desempenho Governance	Cibersegurança e proteção de dados

Anexo - EINF | Conteúdos da Ley 11/2018

Modelo de Negócio	Relatório
Descrição do Modelo de Negócio • Ambiente empresarial • Organização e estrutura • Mercados em que actua • Objectivos e estratégias • Principais factores e tendências que podem afetar o seu desenvolvimento futuro	Capítulo 1. Entregamos o futuro Capítulo 2. Definimos prioridades
Abordagem de Gestão	
Descrição das políticas do grupo em relação a essas questões, incluindo os procedimentos de diligência devida aplicados para a identificação, avaliação, prevenção e atenuação de riscos e impactos significativos e para a verificação e controlo, incluindo as medidas tomadas.	Capítulo 3. Gerimos impactos 3.3. Desempenho Governance Estrutura de Governance
Os resultados destas políticas, incluindo indicadores-chave de desempenho não financeiros relevantes que permitam o acompanhamento e a avaliação dos progressos e facilitem a comparabilidade entre empresas e sectores, em conformidade com os quadros de referência nacionais, europeus ou internacionais utilizados para cada temática.	Capítulo 3. Gerimos impactos 3.3. Desempenho Governance Estrutura de Governance
Os principais riscos relacionados com as questões associadas às atividades do grupo, incluindo, se for caso disso e proporcionado, as suas relações comerciais, produtos ou serviços susceptíveis de ter um impacto adverso nessas áreas, e a forma como o grupo gere esses riscos, explicando os procedimentos utilizados para os identificar e avaliar em conformidade com os quadros nacionais, europeus ou internacionais pertinentes para cada questão. Deve incluir informações sobre os impactos identificados, fornecendo uma discriminação desses impactos, nomeadamente os principais riscos a curto, médio e longo prazo.	Capítulo 3. Gerimos impactos 3.3. Desempenho Governance Estrutura de Governance
Indicadores-chave de desempenho não financeiros que sejam relevantes para a atividade empresarial específica e que satisfaçam os critérios de comparabilidade, materialidade, relevância e fiabilidade. A fim de facilitar a comparação das informações, tanto ao longo do tempo como entre entidades, devem ser utilizadas normas de indicadores-chave de desempenho não financeiros que possam ser geralmente aplicadas e que estejam em conformidade com as diretrizes da Comissão Europeia nesta matéria e com as normas da Global Reporting Initiative, devendo ser mencionado no relatório o quadro nacional, europeu ou internacional utilizado para cada tema. Devem ser aplicados indicadores-chave de desempenho não financeiros a cada uma das secções da declaração de informações não financeiras. Estes indicadores devem ser significativos, tendo em conta as circunstâncias específicas e coerentes com os parâmetros utilizados nos seus procedimentos internos de gestão e avaliação de riscos.	Capítulo 3. Gerimos impactos 3.3. Desempenho Governance Estrutura de Governance

Questões Ambientais

Informações pormenorizadas sobre os efeitos actuais e previsíveis das atividades da empresa sobre o ambiente e, se for caso disso, sobre a saúde e a segurança, os procedimentos de avaliação ou certificação ambiental; os recursos afectos à prevenção dos riscos ambientais; a aplicação do princípio da precaução, o montante das provisões e garantias para os riscos ambientais.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.1. Desempenho Ambiental
Alterações climáticas

Poluição: medidas para prevenir, reduzir ou remediar as emissões de carbono que afectam gravemente o ambiente; tendo em conta qualquer forma de poluição atmosférica específica da atividade, incluindo a poluição sonora e luminosa.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.1. Desempenho Ambiental
Alterações climáticas

Economia circular e prevenção e gestão de resíduos: medidas de prevenção de resíduos, reciclagem, reutilização, outras formas de recuperação e eliminação; acções para combater os resíduos alimentares.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.1. Desempenho Ambiental
Alterações climáticas

Utilização sustentável dos recursos: consumo de água e abastecimento de água de acordo com os condicionantes locais; consumo de matérias-primas e medidas tomadas para melhorar a eficiência da sua utilização; consumo direto e indireto de energia, medidas tomadas para melhorar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis.

No Grupo Luís Simões, a água é utilizada para lavagem externa de viaturas pesadas, consumo humano, uso sanitário, limpeza e rega.

Em Portugal, a água é captada do subsolo e da rede municipal de abastecimento. Na descarga, são realizadas análises para a monitorização do tratamento e garantia de cumprimento dos parâmetros exigíveis, conforme legislação em vigor. Em Espanha, a água é captada da rede municipal de abastecimento e a descarga de águas residuais é sempre efetuada em sistemas públicos de drenagem para posterior tratamento. Os locais não são obrigados a medir a qualidade da água de descarga, uma vez que não estão identificados impactos ambientais nos procedimentos de Licença de Atividade.

Consumo total em 2024:

Espanha (água da rede): 5,135 ML

Portugal (água da rede): 7,387 ML

Portugal (água do furo): 10,703 ML

A água da rede é estimada com base no número de pessoas que trabalham no referido local e o consumo de água do subsolo proveniente do furo é obtido por dados reais a partir da leitura dos contadores.

Nota: os dados de consumo de água são relativos à dimensão das instalações e ao número de trabalhadores que nelas trabalham.

Questões Ambientais

Alterações climáticas: os elementos significativos das emissões de gases com efeito de estufa gerados em resultado das actividades da empresa, incluindo a utilização dos bens e serviços que produz; as medidas tomadas para se adaptar às consequências das alterações climáticas; os objectivos de redução voluntariamente fixados a médio e longo prazo para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e os meios implementados para o efeito.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.1. Desempenho Ambiental
Alterações climáticas

Proteção da biodiversidade: medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade; impactos causados por actividades ou operações em zonas protegidas.

Não aplicável. A Biodiversidade não é tema material.

Actividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental: avaliação se a atividade económica contribui substancialmente para a atenuação ou adaptação às alterações climáticas.

Dentro das diversas atividades realizadas pelo Grupo Luís Simões, a atividade “Serviços de Transporte Rodoviário de Mercadorias” é, pela sua natureza, elegível segundo a taxonomia da União Europeia. Sendo uma das principais atividades desenvolvidas pela empresa e elegível tanto para o objetivo ambiental de mitigação como de adaptação às alterações climáticas, deve ser considerada uma atividade-chave na estratégia de sustentabilidade do Grupo, conforme determinado pelo “Grupo Técnico de Peritos em Finanças Sustentáveis” nomeado pela Comissão Europeia.

A estratégia de descarbonização da empresa terá em conta as métricas e os limiares de mitigação definidos, considerando as possíveis soluções de adaptação que reduzam substancialmente o risco de efeitos climáticos adversos em qualquer âmbito de atividade selecionável, incluindo variáveis de prevenção de danos em aspetos relacionados com a economia circular e a emissão de ruído.

Questões sociais e relativas aos trabalhadores

Emprego: número total e distribuição dos trabalhadores por sexo, idade, país e classificação profissional; número total e distribuição dos tipos de contratos de trabalho, número médio anual de contratos permanentes, contratos temporários e contratos a tempo parcial por sexo, idade e classificação profissional, número de despedimentos por sexo, idade e classificação profissional ou valor igual; disparidades salariais, remuneração para posições iguais ou médias na empresa, remuneração média dos administradores e executivos, incluindo remuneração variável, subsídios, indemnizações, pagamentos para regimes de poupança a longo prazo e quaisquer outros pagamentos desagregados por sexo, implementação de políticas de desligamento do trabalho, trabalhadores com deficiência.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.2. Desempenho Social
Diversidade, Equidade e Inclusão
Anexo Ley 11/2018

Organização do trabalho: organização do tempo de trabalho; número de horas de absentismo; medidas destinadas a facilitar o usufruto do equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar e a incentivar o exercício corresponsável do equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar por ambos os progenitores.

Portugal: 81 281 horas
Espanha: 55 282 horas
Total: 136 563 horas de absentismo

Saúde e segurança: condições de saúde e segurança ocupacional; acidentes de trabalho, em particular a sua frequência e gravidade, bem como doenças profissionais; desagregado por sexo.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.2. Desempenho Social
Saúde e segurança no trabalho

Questões sociais e relativas aos trabalhadores

Relações sociais: organização do diálogo social, incluindo procedimentos de informação, consulta e negociação com o pessoal; percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções colectivas por país; equilíbrio das convenções colectivas, nomeadamente no domínio da saúde e segurança no trabalho.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.2. Desempenho Social
Gestão da força de trabalho
Bem-estar dos colaboradores

Formação: as políticas implementadas no domínio da formação; o número total de horas de formação por categoria profissional.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.2. Desempenho Social
Formação e desenvolvimento
Anexo Ley 11/2018

Pessoas portadoras de deficiência.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.2. Desempenho Social
Diversidade, Equidade e Inclusão

Igualdade: medidas adoptadas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens; planos de igualdade (ES-Capítulo III da Lei Orgânica 3/2007, de 22 de março, para a igualdade efectiva entre mulheres e homens), medidas adoptadas para promover o emprego, protocolos contra o assédio sexual e baseado no género, integração e acessibilidade universal das pessoas com deficiência; política contra todos os tipos de discriminação e, se for caso disso, gestão da diversidade.

Capítulo 3. Gerimos Impactos

3.2. Desempenho Social
Gestão da força de trabalho

3.3. Desempenho Governance
Ética, transparência e anticorrupção

Direitos Humanos

Aplicação de procedimentos de diligência devida em matéria de direitos humanos; prevenção de riscos de violações dos direitos humanos e, se for caso disso, medidas para atenuar, gerir e reparar eventuais violações; comunicação de violações dos direitos humanos; promoção e aplicação das disposições das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho relacionadas com o respeito pela liberdade de associação e o direito de negociação colectiva; eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão; eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; abolição efectiva do trabalho infantil.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.2. Desempenho Social
Gestão da força de trabalho

Luta contra a corrupção e o suborno

Medidas tomadas para prevenir a corrupção e o suborno; medidas de combate ao branqueamento de capitais, contribuições para fundações e organizações sem fins lucrativos.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.3. Desempenho Governance
Ética, transparência e anticorrupção

Perfil da Organização

Compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável: impacto da atividade da empresa no emprego e no desenvolvimento local; impacto da atividade da empresa nas populações locais e no território; relações mantidas com as partes interessadas da comunidade local e métodos de diálogo com elas; ações de parceria ou patrocínio.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.2. Desempenho Social

Cidadania

O grupo Luís Simões envolve-se com as suas partes interessadas, identificadas em “Envolvimento de *Stakeholders*”. São identificadas as formas de comunicação com os grupos de *Stakeholders*. Identificamos nos anexos as associações com as quais a Luís Simões participa. Todas as ações de solidariedade social em que a LS está envolvida são realizadas nos países onde opera, Portugal e Espanha. Todas as ações de solidariedade social a que a LS se associa são realizadas nos países onde atua: Portugal e Espanha.

A LS contribui com donativos a organizações sem fins lucrativos em Portugal e Espanha. Em Espanha, colaboramos com a Fundación Madrina no COL de Guadalajara como operador logístico, para os alimentos recebidos pela Cruz Vermelha. Coordenando a chegada das paletes alimentares, a sua descarga e armazenamento, e cuidando da sua preparação e carregamento para a sua posterior transferência para os pontos de distribuição. Em Portugal comos parceiros do Banco Alimentar contra a Fome e Banco do de Bens doados, entre outros. O valor de doações é 203 234€, dos quais 108 821€ em Espanha.

Subcontratação e fornecedores: inclusão de questões sociais, de igualdade de género e ambientais na política de aquisições; consideração, nas relações com fornecedores e subcontratantes, da sua responsabilidade social e ambiental; sistemas de monitorização e auditoria e resultados das auditorias.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.3. Desempenho Governance
Ética, transparência e anticorrupção

Consumidores: medidas de saúde e segurança dos consumidores; sistemas de reclamação, reclamações recebidas e resolução de reclamações.

Capítulo 3. Gerimos impactos

3.3. Desempenho Governance
Ética, transparência e anticorrupção

Informações fiscais: lucros obtidos por país; impostos sobre os lucros pagos e subsídios públicos recebidos.

Informação Fiscal:

Subvenções públicas recebidas: Espanha - 208.564,82€; Portugal - 21.083,20€; Total - 209.648,02€
Impostos sobre Benefícios pagos (considerado o imposto corrente): Espanha - 348.339,15€; Portugal - 2.385.641,07€; Total - 2.733.980,23€

Informação CbC:

Em Espanha as empresas ligadas a um grupo que consolide as contas estão dispensadas de reportar o EINF, remetendo o seu reporte para o Consolidado do Grupo. Neste caso, a LSLI ES remete a informação do EINF para o Relatório de Sustentabilidade do Grupo. Assim, considerando que em Portugal a Informação CbC, nos termos dos Artigos 121º-A e 121ºB do Código do IRC, apenas é exigível para grupos com Volume de Negócios Consolidado superior a 750 Milhões de Euros, entendo que não teremos de incluir essa informação, razão pela qual esta informação não está disponível.

Anexos - EINF | Tabelas

Caracterização da força de trabalho		Espanha				Total Espanha	Portugal				Total Portugal	Total Grupo LS
		Com termo		Sem termo			Com termo		Sem termo			
												
< 30 anos	Administ/Assist/Operacional	5	21	11	41	79	30	77	19	43	169	248
	Chefe Equipa	0	0	0	5	5	0	1	0	1	2	6
	Coordenador	0	0	0	1	1	0	0	1	1	2	3
	Gestor	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1
	Tecnico	5	3	7	23	39	11	9	14	9	43	82
< 30 anos total		10	24	20	71	125	41	86	34	54	216	341
30-50 Anos	Administ/Assist/Operacional	12	31	88	279	408	36	106	86	251	478	886
	Administrador	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	4
	Chefe Equipa	0	0	15	62	77	0	1	6	39	46	124
	Coordenador	0	0	15	23	37	0	0	24	28	51	89
	Director	0	0	0	3	3	0	1	2	7	10	13
	Director Geral	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
	Gestor	0	0	5	14	19	0	0	11	25	36	55
	Tecnico	2	2	104	55	162	6	5	90	67	167	330
30-50 anos total		13	32	226	436	707	41	112	221	419	793	1501
> 50 anos	Administ/Assist/Operacional	0	4	20	88	113	4	19	38	245	307	419
	Administrador	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
	Chefe Equipa	0	0	1	19	20	0	0	6	18	24	44
	Coordenador	0	0	2	8	10	0	0	9	17	26	36
	Director	0	0	0	8	8	0	0	2	12	14	23
	Director Geral	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	4
	Gestor	0	0	1	12	13	0	0	8	12	20	33
	Presidente	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
	Tecnico	0	0	17	14	31	1	3	25	22	51	82
> 50 anos total		1	4	41	150	195	5	23	89	333	449	644
Total Grupo LS		24	61	287	656	1028	87	221	344	806	1458	2486

Saídas de colaboradores

Despedimentos	Espanha		Total Espanha	Portugal		Total Portugal	Total Grupo LS
							
Administrativo			0	2	3	5	5
Chefe Equipa		1	1		1	1	2
Coordenador	1		1			0	1
Director			0		1	1	1
Director Geral			0		1	1	1
Gestor		1	1			0	1
Motorista		7	7		8	8	15
Operacionais de oficina	8	58	66	5	15	20	86
Técnico	2	10	12	2		2	14
Total Geral	11	77	88	9	29	38	126

Remunerações

	Espanha			Portugal		
			Variação F em M			Variação F em M
Administrador				119 843 €	91 031 €	32%
Director		81 547 €		62 823 €	81 362 €	-23%
Director General					104 671 €	
Director		81 547 €		62 823 €	81 362 €	-23%
Gestor	47 342 €	52 839 €	-10%	41 909 €	47 039 €	-11%
Coordenador	30 862 €	39 078 €	-21%	34 309 €	30 859 €	11%
Técnico	27 479 €	28 004 €	-2%	19 043 €	22 294 €	-15%
Administrativo	22 807 €	14 293 €	60%	16 429 €	16 781 €	-2%
Chefe Equipa	29 762 €	27 183 €	9%	17 766 €	20 447 €	-13%
Motorista		21 764 €		18 659 €	21 689 €	-14%
Operacionais de oficina	25 506 €	24 193 €	5%	14 238 €	14 528 €	-2%
Operador de Armazém					17 779 €	
Total	€ 27 203,85	€ 27 366,81	-1%	€ 20 226,00	€ 22 241,29	-9%

Colaboradores ativos, exceto part-time, estagiários e trabalhadores com contrato temporário. Apenas considerada a remuneração fixa, não considera a remuneração variável.

Formação dos colaboradores

		Número de horas de formação		
Categoria Profissional				Total
Espanha	Administ/Assist/Operacional	1 067	3 904	4 971
	Chefe Equipa	309	1 086	1 395
	Coordenador	1 228	1 023	2 251
	Director		575	575
	Gestor	662	1 395	2 057
	Tecnico	3 412	2 284	5 696
Total Espanha		6 678	10 267	16 945
Portugal	Presidente		19	19
	Administ/Assist/Operacional	1 969	5 500	7 469
	Administrador	40	55	95
	Chefe Equipa	153	976	1 129
	Coordenador	750	735	1 485
	Director	68	813	881
	Director Geral		100	100
	Gestor	354	1 117	1 471
	Tecnico	1 528	1 361	2 888
Total Portugal		4 863	10 676	15 539
Total Grupo LS		11 541	20 943	32 484

Luís Simões participa em associações do setor em que opera, assim como em outras relevantes para o desenvolvimento local e da comunidade

ACAP

Associação do Comércio Automóvel de Portugal (PT)

ACEGE

Associação Cristã
de Empresários e Gestores (PT)

ACICA

Associação Comercial e Industrial
do Concelho de Alenquer (PT)

ADL

Asociación para el Desarrollo de la Logistica (ES)

AECOC

Asociación Española de Codificación Comercial (ES)

AERCE

Asociación Española de Profesionales de Compras,
Contratación y Aprovisionamientos (ES)

ANECRA

Associação Nacional
das Empresas do Comércio
e da Reparação Automóvel (PT)

ANTRAM

Associação Nacional de Transportadores
Públicos Rodoviários de Mercadorias (PT)

APAL

Agência de Promoção de Albufeira (PT)

APLOG

Associação Portuguesa de Logística (PT)

APOL

Associação Portuguesa
dos Operadores Logísticos (PT)

APROSE

Associação Nacional
de Agentes e Corretores de Seguros (PT)

ARAC

Associação Nacional
dos Locadores de Veículos (PT)

ASTIC

Asociación de Transportes
Internacionales por Carretera (ES)

CCILE

Câmara Comércio
e Indústria Luso-Espanhola

CEOE-CEPYME Guadalajara

Confederación de empresarios
de Guadalajara (ES)

CHP

Cámara Hispano Portuguesa

COTEC

Associação Empresarial
para a Inovação (PT)

EFS

Associação das Empresas Familiares (PT)

GS1

Portugal | CODIPOR (PT)

UNO

Organización Empresarial
de Logistica y Transportes (ES)

APPUNLE

Asociación de promotores, propietarios
y usuarios de naves logísticas de España (ES)

CEEP

Conselho Empresarial Extremadura (PT)

Grupo ELVT

Empresas Lisboa e Vale do Tejo (PT)

Rede Mulher Líder

AE @IAPMEI (PT)

Certificado Verificação EINF

DECLARACIÓN DE VERIFICACIÓN

Declaración de Verificación Independiente del Estado de Información No Financiera de Luis Simões Logística Integrada España y sociedades dependientes del ejercicio 2024

A los Socios/órgano de administración de **Luis Simões Logística Integrada España**.

De acuerdo con el artículo 49 del Código de Comercio, hemos realizado la verificación, con alcance de seguridad limitada del Estado de Información No Financiera (en adelante EINF) correspondientes al ejercicio anual finalizado el **31 diciembre de 2024**, de **Luis Simões Logística Integrada España** (en adelante "la organización") y sus sociedades dependientes que forma parte de su Informe de Gestión **consolidado** del mismo ejercicio.

El contenido del Informe de Gestión **consolidado** incluye información adicional a la requerida por la normativa mercantil vigente en materia de información no financiera que no ha sido objeto de nuestro trabajo de verificación. En este sentido, nuestro trabajo se ha limitado exclusivamente a la verificación de la información identificada en el del **ANEXO página 59 al 74 del EINF**, incluida en el citado Estado de Información no Financiera.

Responsabilidad de la Dirección

La dirección de la organización, es responsable de la preparación, del contenido y de la presentación del EINF, según la Ley 11/2018, de 28 de diciembre. Esta responsabilidad incluye el diseño, la implementación y el seguimiento del control interno que se considere necesario para permitir que el EINF esté libre de incorrección material. El EINF se ha preparado de acuerdo con los contenidos recogidos en la normativa mercantil vigente, seleccionados de acuerdo con lo mencionado para cada materia en **ANEXO, página 59 al 74**, del citado EINF.

Asimismo, la dirección de la organización es responsable de definir, implementar, adaptar y mantener los sistemas de gestión de los que se obtiene la información necesaria para la preparación del EINF, así como para el seguimiento del grado de cumplimiento de requisitos exigidos en la Ley 11/2018, de 28 de diciembre.

Independencia y Competencia

El equipo auditor ha cumplido los requerimientos de independencia, imparcialidad y demás exigencias de ética, basando sus actuaciones en los principios fundamentales de integridad, objetividad, competencia y diligencia profesional, confidencialidad y comportamiento profesional.

EQA es un prestador independiente de servicios de verificación tal y como se contempla en la Ley 11/2018.

Número: 12916

Fecha de Verificación: 06 / 05 / 2025

Página 1 de 3

European Quality Assurance Spain, S.L. (EQA España) - Calle Joaquín Bau nº 2 | 1ª Planta | Escalera Derecha | 28036 Madrid
Queda sujeto al "Procedimiento de Certificación y Condiciones Generales" establecido por EQA

DECLARACIÓN DE VERIFICACIÓN

Objetivo de la verificación

El objetivo de la verificación es asegurar que la información reportada por la organización en el Estado de Información No Financiera de **Luis Simões Logística Integrada España**, de 24/04/2024 - (Informe de Sostenibilidad y Financiero v 3 - versión del EINF verificado), es precisa, completa, transparente y libre de errores u omisiones.

Nuestra responsabilidad

La responsabilidad de EQA se circunscribe en expresar nuestras conclusiones en una declaración de verificación independiente de seguridad limitada, basada en los procedimientos realizados y en las evidencias que se han obtenido. El encargo se ha realizado de acuerdo con una metodología propia y los requisitos de la Norma Internacional UNE-EN ISO/IEC 17029 "Evaluación de la conformidad. Principios generales y requisitos para los organismos de validación y verificación".

El alcance de un encargo de seguridad limitada es sustancialmente inferior al de un encargo de seguridad razonable y, por lo tanto, la seguridad proporcionada es menor.

Los procedimientos realizados se basan en el juicio profesional de los expertos que han intervenido en el proceso e incluyen consultas, observación de procesos, evaluación de documentación, procedimientos analíticos, y pruebas de revisión por muestreo que, con carácter general, se describen a continuación:

- ✓ Reuniones con el personal de los diversos departamentos de la Organización involucrados para conocer el modelo de negocio, las políticas y los enfoques de gestión aplicados, los principales riesgos relacionados con esas cuestiones y obtener información necesaria para la revisión.
- ✓ Comprobación de los procesos de los que dispone la organización para determinar cuáles son los aspectos materiales en relación con sus actividades.
- ✓ Análisis de los procedimientos utilizados para recopilar y validar los datos e información presentada en el EINF.
- ✓ Análisis de la adaptación del EINF a lo señalado en Ley 11/2018.
- ✓ Comprobación de datos, en base a la selección de una muestra, y realización de pruebas sustantivas de la información cuantitativa y cualitativa contenida en el EINF.

Número: 12916

Fecha de Verificación: 06 / 05 / 2025

Página 2 de 3

European Quality Assurance Spain, S.L. (EQA España) - Calle Joaquín Bau nº 2 | 1ª Planta | Escalera Derecha | 28036 Madrid
Queda sujeto al "Procedimiento de Certificación y Condiciones Generales" establecido por EQA

DECLARACIÓN DE VERIFICACIÓN

Conclusiones de la Verificación

Como resultado de los procedimientos que se han realizado y de las evidencias obtenidas, no ha llegado a nuestro conocimiento ninguna cuestión que nos lleve a pensar que la información contenida en el EINF de **Luis Simões Logística Integrada España y sus sociedades dependientes** correspondiente al ejercicio anual finalizado el **31/12/2024**, no está presentada de manera adecuada, ni que existan desviaciones ni omisiones materiales que nos haga pensar que el informe no cumple los requisitos de la Ley 11 del 2018 recogidos en **ANEXO página 59 al 74**, del citado EINF.

Uso y distribución

La presente Declaración de Verificación se emite a la dirección de **Luis Simões Logística Integrada España**, de acuerdo con los términos del contrato suscrito entre ambas partes.

Esta declaración ha sido preparada en respuesta al requerimiento establecido en la normativa mercantil vigente en España, por lo que podría no ser adecuado para otros propósitos y jurisdicciones.

Esperanza Martínez García
Directora de Certificación

Número: 12916

Fecha de Verificación: 06 / 05 / 2025

Página 3 de 3

European Quality Assurance Spain, S.L. (EQA España) - Calle Joaquín Bau nº 2 | 1ª Planta | Escalera Derecha | 28036 Madrid
Queda sujeto al "Procedimiento de Certificación y Condiciones Generales" establecido por EQA



LS - Luís Simões, SGPS, S.A.
Nº Matricula/NIPC: 503 717 789
C.R.C. Loures
Capital Social: 30.000.000 Euros
Rua Fernando Namora, S/N
Moninhos
2671-951 Loures

2024

Relatório & Contas

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	4
1. CONTEXTO MACROECONÓMICO	4
2. ANÁLISE SETORIAL	7
3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO	12
4. PERSPETIVAS PARA 2025	16
5. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS	18
6. ÓRGÃOS SOCIAIS	20
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	21
BALANÇOS CONSOLIDADOS	21
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZA	22
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA	23
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	24
 ANEXO	 26
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	26
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	28
4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	42
5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	43
6. PARTES RELACIONADAS	44
7. ATIVOS INTANGÍVEIS	47
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	49

9.	LOCAÇÕES	52
10.	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	55
11.	INVENTÁRIOS	57
12.	RÉDITO	59
13.	PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	61
14.	SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO	63
15.	ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO	63
16.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	63
17.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	64
18.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	72
19.	GASTOS COM O PESSOAL	80
20.	INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	81
21.	OUTRAS INFORMAÇÕES	82

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

1.1. ENQUADRAMENTO MUNDIAL E EUROPEU

A luta pelo controlo da inflação dos últimos anos, no período pós-pandemia, parece ter sido ganha em 2024. Depois de ter ultrapassado os 9% em 2022, a taxa de inflação em 2024 aproximou-se já dos 3,5% o que representa uma taxa em linha com a média de 2000 a 2019. Esta tendência decrescente foi possível de alcançar através da política monetária dos bancos centrais com aumento das taxas de juro, até 2023, e sem comprometer o crescimento económico, evitando assim um cenário de recessão global.

O crescimento da economia mundial em 2024 manteve a tendência registada em 2023, com um crescimento ligeiramente inferior de 3,2% vs 3,3% em 2023. O crescimento do PIB nos EUA em 2024 foi de 2,8% e na Zona Euro de 0,8%. O contexto geopolítico permanece instável, com focos de conflito militar na Europa e Médio Oriente. Ainda assim foi possível manter a tendência de crescimento económico e redução da inflação e taxas de juro.

Ao longo de 2024, a Reserva Federal dos Estados Unidos da América e o Banco Central Europeu reduziram as respetivas taxas de juro de referência em 1,0% e 1,3%, estando agora a taxa de juro nos EUA nos 4,5% e na Zona Euro nos 2,5%. Esta política de redução das taxas de juro foi apenas iniciada quando as taxas de inflação apresentaram níveis mais normalizados. Nos EUA, em 2024, a taxa de inflação reduziu de 3,6% para 2,4% e na Zona Euro de 5,8% para 2,8%. Permanece ainda assim um contexto de incerteza, contudo pode-se esperar novas descidas, mais ligeiras, das taxas de juro ao longo do ano de 2025.

A economia mundial mostrou assim resiliência, mantendo um crescimento económico de 3,2%, próximo do alcançado em 2023. Os EUA continuam a apresentar crescimento próximo dos 3,0%, mas na Europa o crescimento é ténue, tendo sido de 0% na Alemanha, que mantém um quadro de quase recessão, principalmente devido a algum desaceleramento da sua indústria.

Para 2025 espera-se a manutenção da tendência de 2024, com um crescimento económico mundial de 1,8%, com descida do ritmo de crescimento nos EUA, de

2,8% para 2,2%, e ligeira subida na Zona Euro, de 0,8% para 1,2%. Será decisiva a forma como se poderão resolver os conflitos militares, nomeadamente na Europa, mas também o contexto geopolítico incluindo a evolução do protecionismo comercial entre as principais economias.

A balança corrente na Zona Euro voltou a melhorar, de 1,6% em 2023 para 2,6% e, 2024. Já os EUA continuam a apresentar desequilíbrio nas contas externas com um saldo da conta corrente de -3,3%. Os níveis de endividamento degradaram-se ligeiramente. A Zona Euro registou uma dívida líquida média de 88,1% do PIB em 2024, e os Estados Unidos de 121,0%.

Para 2025, e segundo o FMI, espera-se que as taxas de inflação possam continuar a tendência de descida, podendo no final do ano chegar aos 1,9% nos Estados Unidos e 2,0% na Zona Euro, e que os Bancos Centrais das economias mais avançadas possam continuar, ainda que mais lentamente, a descida das taxas de juro. A evolução da taxa de inflação, que condicionará as políticas monetárias dos bancos centrais e o crescimento económico, manter-se-á dependente de eventuais disrupções na oferta, causadas principalmente por contexto de conflitos geopolíticos e política externa comercial das economias mais avançadas.

1.2. PORTUGAL

Em 2024 Portugal teve eleições legislativas antecipadas, e ainda que tendo elegido um Governo sem maioria absoluta, tem sido possível, até à data, manter um contexto de estabilidade e de continuação da tendência económica positiva dos últimos anos.

O enquadramento macroeconómico de Portugal em 2024 continuou a apresentar sinais positivos de consolidação dos principais indicadores, ainda que com algum desaceleramento económico com o crescimento do PIB a passar de 2,2% em 2023 para 1,9% em 2024. Portugal registou ainda assim em 2024 um crescimento superior ao da média da Zona Euro de 0,8%.

A balança corrente manteve-se com superávit, depois de ter registado 1,7% do PIB em 2023, tendo possivelmente aumentado este saldo em 2024 (em setembro de 2024 era de 2,8% do PIB). Este bom comportamento das contas externas está relacionado principalmente com a continuação da tendência positiva do turismo mundial, e também com o desempenho positivo de Portugal enquanto destino turístico beneficiando também das tensões geopolíticas existentes noutras geografias, mas também com as transferências de fundos da União Europeia.

Ao nível das contas públicas Portugal também irá registar pelo segundo ano consecutivo um superávit orçamental. Em 2023 registou 1,2% e em 2024 tudo aponta para que seja de 0,6%, sendo apenas o 3º ano nos últimos 20 anos com superávit orçamental. Em termos de dívida pública a tendência continua a ser de descida. Depois de em 2023 descer abaixo dos 100%, em 2024 a dívida pública será de 95,3% do PIB. Não obstante estes bons resultados, nos próximos anos Portugal terá de continuar o esforço de consolidação orçamental, evitando défices orçamentais e continuando a reduzir a dívida pública, lembrando que o objetivo previsto no Tratado de Maastricht é de 60% do PIB, sendo que a média da Zona Euro está nos 88,1%. Este bom desempenho ao nível das contas públicas permitiu manter a taxa de juro das obrigações de tesouro a 10 anos ao nível do registo do final de 2023, em torno dos 3,0%. Será fundamental a manutenção da estabilidade governativa, de forma a não interromper este período de consolidação das contas públicas que Portugal tem vindo a fazer.

Para 2024 prevê-se um crescimento do PIB de 2,1%, assente numa balança corrente equilibrada e continuação da tendência para a redução do endividamento público. Este cenário dependerá em muito da manutenção da estabilidade política, da execução dos fundos europeus, bem como do contexto internacional de redução da taxa de inflação, taxa de juro, da dinâmica da economia mundial, e evolução das tensões geopolíticas atualmente existentes.

Indicadores Macroeconómicos Portugal	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024				2024	2025F
							mar	jun	set	dez		
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	2,8%	2,7%	-8,3%	5,5%	6,8%	2,2%	1,4%	1,6%	2,0%	2,7%	1,9%	2,1%
Taxa de Inflação ⁽²⁾	1,0%	0,3%	0,0%	1,3%	7,8%	4,3%	2,3%	2,8%	2,1%	3,0%	2,4%	2,3%
Taxa de Juro OT (10 anos) ⁽³⁾	1,7%	0,5%	0,1%	0,5%	3,6%	2,8%	3,0%	3,3%	1,7%	2,8%	2,8%	n.d.
Taxa de Desemprego ⁽⁴⁾	7,1%	6,6%	6,5%	6,6%	6,0%	6,6%	6,8%	6,1%	6,1%	6,7%	6,7%	6,5%
Balança Corrente ⁽¹⁾	0,4%	-0,1%	-1,1%	-1,2%	-1,2%	1,7%	2,7%	2,7%	2,8%	n.d.	n.d.	1,1%
Défice Orçamental ⁽¹⁾	-0,6%	0,3%	-5,6%	-2,7%	-0,4%	1,2%	0,1%	2,2%	6,0%	n.d.	0,6%	0,3%
Dívida Pública ⁽⁴⁾	122,2%	117,7%	133,7%	127,5%	112,4%	97,9%	99,4%	100,7%	97,5%	95,3%	95,3%	93,3%

Fontes: OCDE, Banco de Portugal, INE, Governo Português, FMI

Notas:

(1) Valores trimestrais correspondem à média mensal do trimestre e valores anuais correspondem à média dos trimestres; (2) Taxa de variação homóloga trimestral;

(3) Taxa spot do último dia de cada trimestre; (4) Acumulado no final de cada trimestre em % do PIB

1.3. ESPANHA

Em 2024 a Espanha registou um crescimento de 3,2% do PIB, um dos crescimentos mais elevados da Zona Euro. A taxa de inflação, à semelhança da tendência global, desceu ao longo do ano tendo atingido os 2,8%, depois de em 2022 ter chegado aos 8,4% e 3,5% em 2023. Efetivamente o aumento das taxas de juro na Zona Euro, mas também as medidas do Estado para combater a inflação, tiveram o efeito desejado no controlo dos preços.

Espanha continua a apresentar uma balança corrente positiva, sendo que em 2024 continuou a ter um contributo importante das receitas de turismo. A nível das contas públicas existe espaço para melhoria, Espanha continua a registar défice orçamental das contas públicas (-3,4%) e uma dívida pública de 102,5%, ambos incumprindo os objetivos definidos pelo Tratado de Maastricht, nomeadamente o objetivo de 60% da dívida pública e 3% de défice orçamental máximo.

A taxa de desemprego continua a tendência decrescente, tendo atingido os 10,6% em 2024. A taxa de juro das obrigações de tesouro a 10 anos manteve-se nos 3,1% no final do ano, não obstante o crescimento bastante favorável do PIB, o que poderá ser reflexo do desajustamento existente nas contas públicas.

Para 2024, prevê-se um crescimento do PIB de 2,4%, continuando assim bem acima da média da Zona Euro, continuação da redução da taxa de inflação e manutenção do superávit da balança corrente. Em termos das contas públicas prevê-se uma tendência de ligeira melhoria, podendo existir uma ligeira redução da dívida pública para os 100%. Este cenário dependerá em muito do contexto internacional de redução da taxa de inflação, taxa de juro, da capacidade de crescimento da economia mundial, e da evolução das tensões geopolíticas atualmente existentes.

Indicadores Macroeconómicos Espanha	2018	2019	2020	2021	2022	2023F	2024				2024	2025F
							mar	jun	sep	dic		
Crescimento do PIB(1)	2,6%	2,0%	-11,0%	5,1%	5,8%	2,5%	2,6%	2,9%	3,5%	3,5%	3,2%	2,4%
Taxa de Inflação(2)	1,7%	0,7%	-0,3%	3,1%	8,4%	3,5%	3,2%	3,4%	1,5%	2,8%	2,8%	2,2%
Taxa de Juro OT (10 anos)(3)	1,4%	0,5%	0,1%	0,6%	3,6%	3,0%	3,2%	3,5%	2,8%	3,1%	3,1%	n.d.
Taxa de Desemprego(4)	15,3%	14,1%	16,1%	14,8%	12,9%	12,1%	12,3%	11,3%	11,2%	10,6%	10,6%	10,8%
Balança Corrente(1)	1,9%	2,1%	0,8%	0,9%	0,6%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	3,0%	3,0%	2,9%
Défice Orçamental(1)	-2,5%	-2,8%	-11,0%	-6,9%	-4,7%	n.d.	-0,4%	-2,1%	-1,5%	n.d.	-3,4%	-2,8%
Dívida Pública(4)	97,1%	95,5%	120,0%	118,4%	111,6%	111,2%	106,3%	105,3%	104,3%	n.d.	102,5%	100,9%

Fontes: OCDE, Banco de Espanha, FMI

Notas:

(1) Valores trimestrais correspondem à média mensal do trimestre e valores anuais correspondem média dos trimestres;

(2) Taxa de variação homóloga trimestral; (3) Taxa spot do último dia de cada trimestre; (4) Acumulado no final de cada trimestre em % do PIB.

2. ANÁLISE SETORIAL

2.1. O SETOR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS E LOGÍSTICA

2.1.1. PORTUGAL

Segundo o DBK, o negócio de prestação de serviços de Transporte Rodoviário de Mercadorias em Portugal cresceu 2,4% em 2024 para um valor de 3,5 mil milhões de euros, estando já 15% acima do período pre-pandemia de 2019. A externalização de serviços Logísticos também tem vindo a crescer, embora não estejam disponíveis os dados de 2023 e 2024, em 2022 registava um valor de 780 milhões. Em 2023 este crescimento já terá sido inferior, em torno dos 4%, refletindo também o contexto de desaceleramento da economia e maior controlo da taxa de inflação.

O modo rodoviário permanece como a forma mais comum de transporte de mercadorias no país, com 59% das toneladas transportadas. Após a quebra ocorrida até 2017 onde o modo rodoviário caiu dos 80% das toneladas transportadas para próximo dos 60%, desde então o peso relativo das modalidades de transporte de mercadorias estabilizou. O transporte marítimo representa 37%, o ferroviário continua a representar apenas 4,0% das toneladas transportadas e o transporte aéreo de mercadorias tem um peso residual.

Não há ainda dados disponíveis sobre a evolução dos indicadores financeiros em 2024 das empresas de Transporte Rodoviário de Mercadorias e Logística em Portugal. Relativamente aos dados de 2023, o último ano com dados disponíveis, mantém-se um panorama empresarial significativamente atomizado, embora com maior tendência de consolidação. Em termos de concentração empresarial, as cinco maiores empresas do setor de Transporte Rodoviário de Mercadorias e Logística em Portugal terão um peso em torno de 20%-25% do volume de negócios total do mercado.

Focando nas 60 maiores empresas do mercado do Transporte Rodoviário de Mercadorias e Logística, verifica-se que registaram um crescimento do volume de negócios de 4,1% em 2023.

Não obstante o aumento do volume de negócios, as margens do setor subiram ligeiramente em 2023, tendo as 60 maiores empresas registado uma rentabilidade operacional média (EBIT) de 4,4% do volume de negócios (em 2022 tinham

registado 4,1%). Esta rentabilidade reflete o elevado nível competitivo do setor, ainda que represente um ligeiro aumento relativamente à última década.

Para 2024 espera-se novo aumento do volume de negócios, embora com taxa de crescimento possivelmente mais baixa, e também uma estabilização da rentabilidade atual. Por outro lado, o setor enfrenta desafios e oportunidades do ponto de vista da inovação tecnológica e de sustentabilidade, nomeadamente energética, o que deverá levar a aumento do investimento e correspondente nível de endividamento, e por outro lado maior tendência de consolidação do setor.

2.1.2. ESPANHA

Segundo o DBK, o negócio de prestação de serviços de Transporte Rodoviário de Mercadorias em Espanha aumentou 2,4% em 2024 para um valor de 17,9 mil milhões de euros, estando agora cerca de 13,1% acima dos valores pre-pandemia de 2019. A externalização de serviços Logísticos teve um valor de 6,3 mil milhões de euros em 2023 (valores de 2024 ainda não estão disponíveis), crescimento de 9,6% vs 2022.

O modo rodoviário permanece como a forma mais comum de transporte de mercadorias no país (76,3% das toneladas transportadas). O transporte marítimo, que havia vindo a aumentar a sua importância até 2014, reduziu ligeiramente a partir de 2015 e mantém-se agora estável nos 22,5% das toneladas transportadas (em 2004 representava 16%). O transporte ferroviário continua a representar apenas 1,1% das toneladas transportadas.

Não há ainda dados disponíveis sobre a evolução dos indicadores financeiros em 2024 das empresas de Transporte Rodoviário de Mercadorias e Logística em Espanha. Relativamente aos dados de 2023, o último ano com dados disponíveis, mantém-se um panorama empresarial significativamente atomizado, embora com uma dinâmica acentuada da consolidação através de fusões e aquisições, especialmente com aumento da dimensão das multinacionais. Em termos de concentração empresarial, as cinco maiores empresas do setor de Transporte Rodoviário de Mercadorias e Logística em Espanha terão um peso de cerca de 20%-25% do volume de negócios total do mercado.

Focando nas 60 maiores empresas do mercado do Transporte Rodoviário de Mercadorias e Logística, verifica-se que registaram um crescimento do volume de negócios de 2,0% em 2023.

Em 2023 houve uma redução da rentabilidade média em Espanha, tendo as 60 maiores empresas registado uma rentabilidade operacional média (EBIT) de 2,9% do volume de negócios (em 2022 tinham registado 4,0%). Esta rentabilidade reflete o elevado nível competitivo do setor, registando uma quebra depois de uma tendência de crescimento nos últimos anos.

Para 2025 espera-se uma continuação do aumento do volume de negócios, mantendo um ritmo mais reduzido, e uma estabilização ou ligeira recuperação da rentabilidade atual. Por outro lado, o setor enfrenta desafios e oportunidades do ponto de vista da inovação tecnológica e sustentabilidade, nomeadamente energética, o que deverá levar a aumento do investimento e correspondente nível de endividamento, e por outro lado maior tendência de consolidação do setor.

2.1.3. LOGÍSTICA ADUANEIRA

A logística aduaneira consiste principalmente na prestação de serviços de armazenagem em entrepostos aduaneiros ou armazéns de exportação, consolidação e desconsolidação de contentores, serviços de transporte na recolha e entrega dos contentores e serviços de aconselhamento e assessoria em todo o processo de importação e exportação de mercadorias de e para fora da União Europeia.

Os entrepostos aduaneiros são instrumentos de facilitação e flexibilização dos procedimentos aduaneiros, podendo-se classificar, num primeiro nível, entre públicos e privados, sendo os públicos utilizáveis por qualquer entidade privada para a armazenagem de mercadorias de terceiros e os privados utilizáveis apenas pelo depositário para esse mesmo fim.

Segundo o AICEP, e considerando valores até outubro de 2024, as exportações terão crescido 4,6% e as importações 2,0%, o que resultou num excedente comercial de Portugal. A EU continua a ser o principal destino das exportações, com 64,2%, sendo que Espanha mantém-se com o principal parceiro comercial com 19,2% das exportações, seguido de França (12,0%) e Alemanha (11,6%). Relativamente aos países extracomunitários, que representam 35,8% das exportações, o principal destino é o Reino Unido com 9,1% e os EUA com 7,7%. Relativamente a importações, a EU representa 74,1%, sendo o principal país fornecedor a Espanha com 32,9%, seguida da Alemanha com 11,6% e França com 7,1%. Nas importações de fora da EU a China representa 4,9%.

Os dados mais recentes (janeiro-novembro 2024) da AMT evidenciem um crescimento homólogo de 9,3% no volume de toneladas movimentadas nos portos do continente. Destaca-se o crescimento em Sines (+18,7%), sendo que Lisboa e Leixões registaram descidas de -1,7% e -2,8%. A carga contentorizada continua a ser a carga mais movimentada nos portos portugueses representando 41,0% das toneladas.

O segmento dos Contentores, onde o grupo atua, verificou um crescimento de 12,2% em 2024 (até novembro). A carga contentorizada está mais concentrada nos portos de Sines (62%), influenciado pelo *transshipment*, Leixões (19%), e Lisboa (13%). O aumento em 2024 foi principalmente devido à redução no Porto de Sines (+16,3%), Lisboa (+14,9%) e Leixões (+2,3%).

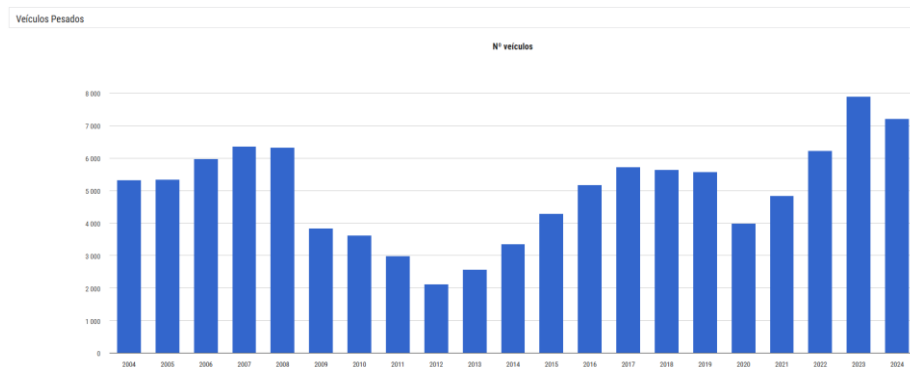
2.2. O SETOR DO ALUGUER, VENDA E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS

O Setor de Transportes de Mercadorias e Operadores Logísticos continua a ser o principal mercado da atividade da Reta. Este Setor caracteriza-se por ser muito atomizado, assente em cerca de 8 mil empresas, muitas delas com fragilidades económicas e financeiras. Ainda assim, e de acordo com a consultora DBK, as 5 maiores empresas representam 20%/25% do negócio deste Setor.

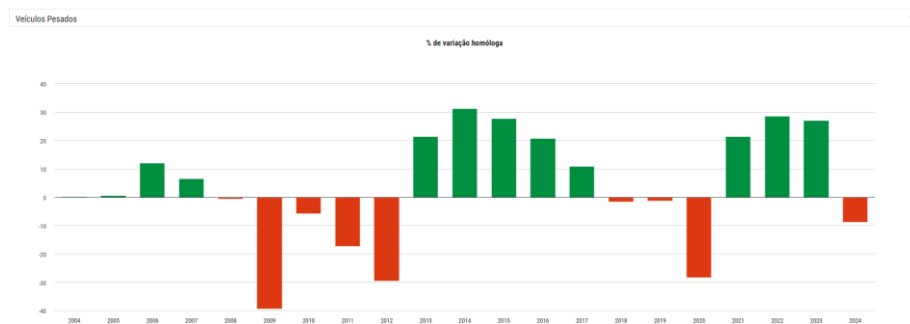
O ano 2024 ficou marcado pela alta dos preços de venda das viaturas novas, que arrastou o preço das viaturas usadas. Como consequência, notámos que as empresas de transporte de pequena e média dimensão continuam recetivas à aquisição de viaturas usadas para fazer face ao elevado preço das viaturas novas, reduzirem o valor do investimento e do endividamento.

Em 2024 registou-se um decréscimo do número de veículos pesados de mercadorias matriculados corrigindo, de alguma forma o forte crescimento de 2023.

Matrículas de Veículos Pesados em Portugal



Fonte: ACAP.



Fonte: ACAP.

O segmento da manutenção e reparação de autocarros é um outro Setor que a Reta tem vindo a aumentar a sua quota de mercado. A retoma da normalidade da atividade económica pós pandemia permitiu o crescimento do turismo nos últimos anos, e o aumento de passageiros transportados, contribuindo assim para a recuperação significativa da atividade deste Setor e, consequentemente, para o aumento da procura de serviços de manutenção e reparação deste tipo de viaturas.

Porém, a elevada concorrência ao nível da prestação de serviços de manutenção e reparação, por oficinas das marcas e por oficinas independentes, muitas de pequena dimensão, e a falta de pessoal qualificado, tem dificultado o crescimento da atividade da Reta nesta área.

Para 2025 espera-se uma continuação do aumento anémico do volume de negócios no Setor de Transporte Rodoviário de Mercadorias em Portugal. Por outro lado, este Setor enfrenta desafios e oportunidades do ponto de vista da inovação tecnológica e energética o que deverá levar a aumento do investimento e correspondente nível de endividamento, o que poderá potenciar tendências para a consolidação do Setor.

Também para 2025, prevê-se que a atividade de Transportes de Passageiros continue a beneficiar do crescimento do Turismo, que bateu recordes em 2024, e do aumento do número de passageiros transportados.

Em suma, apesar dos condicionalismos e incertezas resultantes dos efeitos internacionais, podemos afirmar que o crescimento económico em Portugal influenciou positivamente o crescimento da atividade da Reta, tendo em conta o aumento da atividade de manutenção e reparação, a valorização do mercado de usados e a procura de alugueres como alternativa ao investimento e à disponibilidade imediata de viaturas.

A Reta continua a caracterizar-se por ultrapassar com sucesso as dificuldades, adaptando-se às realidades de cada momento, e aproveitando as oportunidades que surgem, mantendo como base os seguintes princípios orientadores:

- Foco no cliente, ou seja, na procura e oferta de soluções estruturadas que acrescentem valor aos seus clientes e que sejam percebidas por estes;
- Foco no acionista, isto é, na agregação de valor que permita a rentabilização dos investimentos efetuados e a sustentabilidade futura do negócio;
- Foco nas soluções, pois são estas que nos permitem aproveitar as oportunidades, superar os constrangimentos e adversidades induzidos pelos mercados e pelas conjunturas desfavoráveis e sustentar o seu futuro num mercado competitivo e em permanente evolução e transformação.

2.3. MERCADO SEGURADOR

A evolução do setor segurador nacional é o reflexo da evolução da economia portuguesa, tendo em conta que a subscrição de seguros, pessoais e ou empresariais, está muito dependente do crescimento da atividade empresarial em geral e do rendimento disponível das famílias. No caso dos seguros do Ramo Vida, onde se inserem os PPR e os produtos de capitalização, a sua subscrição depende também da atratividade das taxas de juro praticadas nos mercados financeiros e da tipologia de risco.

Com base nos dados provisórios da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o crescimento do mercado segurador em 2024 deverá rondar os 22,7%, face a 2023, contrariando o decréscimo registado em 2022 e 2023. Contudo, o mercado segurador tem evoluído de forma distinta, consoante os segmentos dos Ramos Vida ou Não Vida.

O Ramo Vida, sobretudo o relacionado com PPR e produtos de capitalização, é um mercado muito volátil, com oscilações relevantes, influenciando de forma positiva ou negativa a evolução do mercado segurador, devido ao elevado volume de capitais transacionados e, consequentemente, ao peso que representa. Após o impressionante crescimento de 68,5% em 2021, seguiram-se os anos de

decréscimo em 2022 e 2023, de -22,7% e -14,3%, respetivamente, perspetivando-se um crescimento de 38,6% em 2024, contribuindo de forma decisiva para o crescimento de 22,7% do mercado segurador em 2024, conforme referido acima.

O forte crescimento do Ramo Vida resulta, por um lado, da maior atratividade das taxas de juro e, por outro lado, do lançamento de produtos Dual, que estimulou a subscrição deste tipo de produtos junto de investidores com um perfil de risco mais prudente. Os produtos Dual caracterizam-se por garantirem uma parte do capital investido e uma outra parte fica ligada a fundos de investimento (Unit Linked).

Evolução da produção de seguro direto em Portugal por ramos

Milhões de euros

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024**
Ramo Vida	9 248	10 439	8 671	6 677	7 089	8 123	6 994	4 585	7 728	6 021	5 159	7 151
Variação	33,6%	12,9%	-16,9%	-23,0%	6,2%	14,6%	-13,9%	-34,4%	68,5%	-22,1%	-14,3%	38,6%
Ramo Não Vida	3 855	3 849	3 993	4 194	4 494	4 825	5 209	5 366	5 622	6 035	6 651	7 342
Variação	-3,2%	-0,2%	3,8%	5,0%	7,1%	7,4%	8,0%	3,0%	4,8%	7,4%	10,2%	10,4%
Total Mercado	13 104	14 288	12 664	10 872	11 582	12 948	12 203	9 951	13 350	12 056	11 810	14 493
Variação	20,2%	9,0%	-11,4%	-14,2%	6,5%	11,8%	-5,8%	-18,5%	34,2%	-9,7%	-2,0%	22,7%

** Valores provisórios

Fonte: ASF

No segmento Não Vida, área de atuação preferencial da Diagonal, e da maioria dos mediadores, o mercado evoluiu favoravelmente, prevendo-se um crescimento de 10,4% em 2024, face ao ano anterior, registando desta forma o maior valor de prémios de sempre. O mercado dos seguros Não Vida caracteriza-se por ser bastante estável, registando crescimentos constantes e consistentes desde 2015, entre 3,0% a 10,4%, o que é um fator da maior importância para o setor e para a Diagonal.

O crescimento em 2024 do ramo Não Vida foi impulsionado pelo crescimento dos maiores ramos que o compõem. Os que mais cresceram, e com peso relevante no segmento Não Vida, são os ramos de Acidentes e Doença, que deve crescer cerca de 14%, onde se incluem os seguros de Acidentes de Trabalho e de Saúde, e o ramo Automóvel, cujo crescimento deverá situar-se em torno dos 10%. Estes dois ramos representam, cerca de 74% dos prémios dos ramos não vida, e o crescimento referido está em grande parte relacionado com o aumento da massa salarial e da população segura, ajustes nas tarifas, com maior destaque para os seguros de saúde, e ao crescimento económico.

No setor segurador não se registaram movimentações relevantes em termos de aquisições. Ainda assim, saliente-se a aquisição da Liberty (Portugal, Espanha e Irlanda) pelo Grupo Generali, detentor das marcas Tranquilidade, Açoreana e Logo, cuja operação se iniciou em 2023, mas cujo processo de fusão tem sido gradual e, presume-se, que seja concluído em 2025. Com esta aquisição, a Generali reforça a sua posição no segmento Não Vida e aproxima-se da líder Fidelidade.

O segmento da distribuição de seguros (mediação), e conforme dados da ASF, referente ao ano 2023, continua a ser caracterizado por uma forte atomização do mercado, composto por cerca de 14 106 mediadores individuais ou empresariais (incluindo mediadores de outros países que exercem a atividade em regime de estabelecimento ou livre prestação de serviços), mas com tendência de redução progressiva (em 2020, havia 20 554 operadores). Parte deste decréscimo deve-se às exigências impostas pela nova legislação da

distribuição de seguros e à forte dinâmica de agregação de mediadores (integrações, aquisições e fusões).

Nos últimos anos, o mercado da mediação tem estado e mantém-se muito ativo com a aquisição de vários corretores e agentes por outros, alguns relacionados com transações internacionais. Por outro lado, assiste-se, cada vez mais, a uma tendência para se desenvolver redes de agentes, devido à estratégia adotada pela generalidade das seguradoras (redução do número de agentes de menor dimensão), à pressão de mediadores sobre outros devido à necessidade de crescimento e ao estabelecimento de parcerias para fazer face à concorrência no setor.

Para 2025 é nossa convicção que o segmento Não Vida continue a crescer, num ritmo semelhante ao dos últimos dois anos, tendo em conta a perspetiva de continuidade do crescimento económico referido no ponto anterior, aliado à redução/estabilização da inflação. Em relação ao segmento Vida, a sua evolução é incerta, muito dependente das taxas de juro e da competitividade dos produtos financeiros disponibilizados pelas seguradoras. Contudo, a continuação da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o conflito na Palestina, as políticas da administração Trump, as movimentações geopolíticas e a crescente adesão dos cidadãos europeus aos ideais nacionalistas, induzem um grau de incerteza em relação à evolução económico-financeira, social e política na Europa, incluindo Portugal. Ainda assim, prevê-se um crescimento económico, aliado a uma tendência de redução e estabilização da taxa da inflação, em torno dos 2,1%, e da redução gradual das taxas de juro.

3. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

3.1. O GRUPO LUÍS SIMÕES

A atividade da LS - Luís Simões, SGPS, S.A. ("LS-SGPS" e em conjunto com as suas subsidiárias "Luís Simões") teve origem em 1948, inicialmente com a prestação de serviços de transportes principalmente de produtos agrícolas e de materiais de construção. Em 1968 foi constituída em Loures a empresa Transportes Luís Simões, Lda..

Na década de 1970 a empresa especializou-se ainda mais no segmento de negócio de transporte de materiais de construção e expandiu a sua área de atuação geográfica ao Porto.

A década de 1980 trouxe a aposta na formação da equipa de gestão e a diversificação para o transporte rodoviário de mercadorias de outros setores de atividade, especialmente produtos de consumo, diminuindo significativamente a sua presença no transporte de produtos agrícolas e de materiais de construção. Em 1986 a Luís Simões expande os seus serviços para Espanha e em 1989 avança na diversificação dos seus negócios, constituindo uma empresa de manutenção de viaturas pesadas e uma empresa de mediação de seguros.

A década seguinte registou um crescimento exponencial com a constituição em 1990 da empresa Distribuição Luís Simões, S.A., empresa de prestação de serviços de logística e de uma sociedade em Espanha com sediada em Madrid. Em 1991 foi constituída a Reta - Serviços Técnicos e Rent-A-Cargo, S.A. ("Reta"), empresa de comercialização e aluguer de viaturas pesadas e que atualmente inclui

também a atividade de manutenção e reparação de viaturas pesadas e a LS-Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A. ("LSG"), que inicialmente tinha como objetivo realizar a gestão do património imobiliário da Luís Simões mas que foi gradualmente integrando os serviços de suporte aos negócios operacionais. Em 1993 a Luís Simões expande a sua atividade em Espanha com a abertura de uma delegação em Barcelona e no ano seguinte em Sevilha. Em 1995 são inauguradas as instalações Vila Nova de Gaia e, em 1997, é inaugurado o primeiro armazém no Carregado, com uma área superior a 30 000 m2.

Em 2001, adquiriu uma empresa de logística em Espanha. Em 2002 entrou no negócio da logística de frio positivo em Portugal. Em 2004 fundiu as duas sociedades que detinha em Espanha dando origem à Luís Simões Logística Integrada, S.A. O ano de 2008 é marcado pela inauguração do armazém automático do Carregado, com uma área superior a 20 000 m2 e uma capacidade de armazenagem superior a 50.000 paletes e que é, ainda hoje em dia, uma referência no negócio a nível ibérico pela introdução de inovação ao nível de automatismos e processos.

Em 2010 as empresas de transportes rodoviário de mercadorias e de logística em Portugal foram integradas dando origem à Luís Simões Logística Integrada, S.A.. Em 2013 e 2014 a Luís Simões concretizou respetivamente a aquisição do negócio da Diagonal - Corretores de Seguros, S.A. e a Espaçotrans - Gestão de Entrepostos Aduaneiros, Lda., cuja atividade principal é a logística aduaneira através da gestão de entrepostos alfandegados e armazéns de exportação. Em 2015 foi inaugurado o novo Centro de Operações Logísticas de Leixões que, pela sua proximidade ao Porto de Leixões, ajuda a ilustrar o compromisso que a Luís Simões tem para com a atividade de importação e exportação, vital para a economia portuguesa. Também em 2015 foi feita requalificação do Centro de

Operações Logísticas de Gaia. Em 2017 foram iniciadas as operações na nova Centralidade em Cabanillas del Campo agregando a atividade até então dispersa em 4 armazéns de menores dimensões à volta de Madrid e incorporando fatores de diferenciação automatizando o processo de preparação e expedição de mercadorias.

No primeiro trimestre de 2021 a Luís Simões arrancou com as suas operações no maior e mais moderno Centro Logístico situado em Guadalajara com uma área de 89 000 m² e uma capacidade para 178 000 paletes, constituído por dois armazéns convencionais cuja atividade se iniciou em 2020, e um armazém automático com início de atividade em 2021, que servem importantes Clientes na área do Grande Consumo com relacionamentos de longo prazo.

No setor do transporte rodoviário de mercadorias, a Luís Simões, gere atualmente uma frota homologada de aproximadamente 1 712 camiões, dos quais se destaca o início da utilização de Gigaliners e Duo trailers em Portugal e em Espanha, enquanto que no setor da logística, um espaço de armazenagem de aproximadamente 403 371 m², vem conferir à Luís Simões o estatuto de operador de logística integrada com uma cobertura integral da Península Ibérica com mais de 101 milhões de quilómetros percorridos por ano e 1 744 rotas de distribuição por dia.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

LS-LUÍS SIMÕES, SGPS, S.A. (CONSOLIDADO)			
	2024	2023	2022
Volume de negócios	298 742 212	277 152 057	269 277 852
Vendas de mercadorias	5 809 106	6 070 289	7 210 659
Prestações de serviços	292 933 106	271 081 768	262 067 193
% Crescimento (Vol. Neg.)	7,8%	2,9%	11,4%
EBITDA	28 431 471	22 498 229	20 024 100
% Volume negócios	9,5%	8,1%	7,4%
EBIT	16 227 401	10 075 727	8 836 226
% Volume negócios	5,4%	3,6%	3,3%
RAI	12 842 508	6 512 048	7 407 882
% Volume negócios	4,3%	2,3%	2,8%
Resultado líquido do exercício (1)	10 412 753	5 605 633	6 929 951
% Volume negócios	3,5%	2,0%	2,6%
Ativo total	188 590 115	180 103 398	173 125 527
Capital Próprio	67 344 599	59 234 784	55 501 582
Dívida financeira líquida (2)	21 092 425	30 427 818	35 209 078
Dívida líquida/EBITDA	0,7 x	1,4 x	1,8 x
Dívida financeira líquida (com empréstimos acionistas)	40 411 152	45 071 545	49 852 805
Dívida líquida/EBITDA	1,4 x	2,0 x	2,5 x

(1) Exclui interesses minoritários;

(2) Inclui empréstimos bancários e fornecedores de imobilizado, deduzido de caixa e equivalentes;

Em 2024 a Luís Simões atingiu um volume de negócios consolidado de 299 milhões de euros o que representa um crescimento de 7,8% face a 2023.

No ano de 2024, o Grupo apresentou um EBIT superior ao ano de 2023 em 6,1 milhões de euros atingindo assim um valor de 16,2 milhões euros.

O RAI atingiu um novo máximo histórico, ascendendo a 12,8 milhões de euros, verificando-se um crescimento de 97% face a 2023.

A Luís Simões fez investimentos estruturais na Logística em ciclos de 10 anos: armazém convencional com 30 mil m² em 1997, armazém automático com capacidade para 55 mil paletes em 2008, ambos no Carregado; Armazéns na Nova Centralidade de Cabanillas e Guadalajara no período 2017-2019. Se no passado os investimentos de 1997 e 2008 impulsionaram o crescimento e o domínio do mercado em Portugal por parte da Luís Simões nas décadas seguintes, acreditamos que estes novos investimentos em plataformas logísticas modernas e inovadoras para a região de Madrid, colocarão a logística da Luís Simões na liderança do mercado da logística de grande consumo em Espanha ao longo da próxima década.

A LSLI Portugal e a LSLI Espanha, que incluem os negócios de Transporte e Logística (exceto Espaçotrans), registaram resultados bastantes expressivos, apresentando em conjunto um RAI de 10 milhões de euros

Na Reta, que desenvolve as atividades de serviços de manutenção, Rent-a-Cargo e venda de viaturas pesadas de mercadorias, o ano de 2024 fica marcado pelo crescimento das vendas de 9,2% e pelo histórico Resultado líquido de 1,7 milhões de euros, assente numa muito criteriosa gestão operacional da empresa em todas as suas vertentes.

Na atividade imobiliária, o ano foi marcado pela continuação do desenvolvimento de trabalhos de apoio, no que concerne às instalações do grupo.

A Espaçotrans, especializada em logística aduaneira, registou um volume de negócios de 5,4 milhões de euros, registando um crescimento de 13,6% face a 2023. O EBITDA mantém um excelente comportamento representando 17,8% do

volume de negócios. Este indicador permitiu que a Espaçotrans alcançasse um Resultado líquido de 692 milhares de Euros que corresponde a 12,8% do volume de negócios.

Na Diagonal no ano de 2024 o Volume de comissões atingiu um valor histórico de 2 775 mil euros, o que representa um crescimento de 18,0% face a 2023, refletindo a boa dinâmica da equipa comercial na retenção de carteira e na captação de novos negócios.

O crescimento das comissões, aliado ao adequado controlo de custos e à melhoria contínua de processos internos, traduziu-se no ano 2024 num EBITDA de 587 mil Euros (+1,3% face a 2023) e num Resultado líquido de 439 mil Euros (+1,1% face a 2023).

4. PERSPETIVAS PARA 2025

4.1. ATIVIDADES DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA:

Principais iniciativas a destacar para 2025:

- O foco no aumento do volume de negócios e resultado, promovendo a rentabilidade das operações atuais e conquistando novos negócios e novas operações com os clientes atuais. O nível de serviço ao cliente continuará a ser o pilar fundamental sobre o qual assenta este crescimento;
- Foco na rentabilidade das operações de logística, através da utilização eficiente dos recursos, bem como da melhoria dos processos implementados. Continuação na aposta no nível de serviço ao cliente;
- Introdução e consolidação de novas operações com Gigaliners e Duo trailers na atividade de distribuição nacional e ibérica, tornando as rotas mais eficientes e rentáveis;
- Foco no crescimento na operação de transporte ibérico;
- Continuação do investimento em projetos de inovação e digitalização que agreguem valor aos nossos clientes e nos ajudem a melhorar os processos;
- Foco na descarbonização, procurando reduzir o volume de emissões de gases de efeito de estufa decorrente das nossas operações.

4.2. ATIVIDADE DE LOGÍSTICA ADUANEIRA

Principais iniciativas a destacar para 2025:

- Adaptar o negócio ao panorama de incertezas a nível mundial;
- Fidelizar clientes atuais bem como ganhar novos negócios de forma a colmatar eventual queda de consumo na logística aduaneira;
- Otimização recursos internos;
- Manutenção da rentabilidade do negócio.

4.3. ATIVIDADES DE ALUGUER, VENDA E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS

Principais iniciativas a destacar para 2025:

- Continuar a materializar a estratégia como reforço da nossa posição nos nossos mercados preferenciais, onde somos líderes ou temos posição relevante;
- Continuar a desenvolver e a consolidar o negócio nos mercados de atuação mais recente;
- Estar atentos às inovações e evoluções tecnológicas, por forma a adaptarmo-nos atempadamente às exigências do mercado;
- Continuar a inovar e a formatar produtos e serviços que correspondam às necessidades dos clientes;
- Continuar atentos às oportunidades que surjam, com o objetivo de incrementar negócios e valor à organização;
- Apostar continuamente nos recursos humanos, quer através de formação, quer através do reforço da equipa operacional e de suporte ao negócio, indispensável ao crescimento perspetivado da organização.

4.4. ATIVIDADES MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Em 2025 perspetiva-se um crescimento contínuo e sustentado da atividade da empresa, apesar da incerteza causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, pelo conflito na Palestina, pelas políticas da administração Trump que, associado à crescente adesão dos cidadãos europeus aos ideais nacionalistas, induz uma instabilidade política e social na Europa e, consequentemente, em Portugal.

A empresa tem em curso investimentos em novas ferramentas tecnológicas com o objetivo de atualizar os seus sistemas de informação, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de serviço prestado a agentes e clientes.

4.5. ATIVIDADE IMOBILIÁRIA

Principais iniciativas a destacar para 2025:

- A continuação do desenvolvimento de trabalhos de apoio, no que concerne a novas instalações para as empresas desenvolverem atividades nas regiões onde estão implantadas;
- A participação no Plano de Pormenor da Frente Urbana de Azambuja que permita o desenvolvimento dos projetos planeados para o local;
- O desenvolvimento da gestão de manutenção nos centros próprios e alugados através de ferramenta informática;
- A gestão corrente do património existente;
- A auditoria e vistoria a instalações/espacos para desenvolvimento das atividades das empresas Luís Simões;
- A promoção para ampliação das áreas habitacionais para colocação no mercado de arrendamento.

4.6. ATIVIDADES CORPORATIVAS DE SUPORTE

Principais iniciativas a destacar para 2025:

- Prosseguir com a estratégia de desenvolvimento, simplificação e digitalização de processos transversais;

5. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

No âmbito do plano estratégico das empresas do Grupo Luís Simões e atendendo às boas práticas nacionais e internacionais, a área de Compliance e Gestão de Risco é responsável pelo cumprimento da Política de Gestão de Riscos da Luís Simões, a qual estabelece uma metodologia própria que assegura o conhecimento, e a avaliação dos riscos enfrentados pelo Grupo LS, assim como determina a necessidade de dar resposta efetiva a esses mesmos riscos.

Pela sua relevância, destacamos algumas das ações empreendidas no decorrer de 2024, na ótica de mitigação de riscos das empresas do Grupo LS:

- A Luís Simões está firmemente empenhada em promover uma cultura de respeito e cooperação entre todos os seus colaboradores, num ambiente de trabalho digno e igualitário, constituindo um pilar da Empresa prevenir e combater o assédio no trabalho. Todos os colaboradores da Empresa beneficiam de um ambiente de trabalho livre de assédio sexual, assédio moral e de eventuais retaliações. Toda e qualquer prática de assédio, sob qualquer forma, prejudica as relações de trabalho e é contrário aos valores pelos quais a Empresa pauta a sua ação, sendo absolutamente proibido e não sendo tolerado, está sujeito à aplicação de sanções disciplinares e responsabilidade nos termos legais. Assim, em 2024 emitimos e publicamos o Código de Boa Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio, aplicável às empresas Portuguesas (disponível [aqui](#)) e o “Protocolo de Prevención e Intervención Frente al Acoso”, aplicável à empresa LSLI ES (disponível [aqui](#)).
- A Luís Simões está empenhada no cumprimento legal e regulatório, bem como em promover uma cultura contra atos de corrupção e suborno. Nesse sentido, em 2024 elaboramos o “PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS”, em resposta ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, o qual estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC). Este Plano reflete o trabalho que tem sido desenvolvido em matéria de prevenção da corrupção, bem como reforça o Sistema de Gestão de Compliance da Luís Simões, e está disponível nos sites da LS (disponível [aqui](#)), da Reta (disponível [aqui](#)), e da Diagonal (disponível [aqui](#)). A Luís Simões dispõe assim, de mais um elemento que os nossos principais Clientes exigem, e que é valorizado nas diversas plataformas de Sustentabilidade onde somos avaliados, e que constitui um firme propósito

de continuar a implementar ações em anos futuros para reduzir os potenciais riscos identificados.

- Em 2024 procedemos à inclusão da empresa Espaçotrans no Sistema de Gestão de Compliance do grupo LS, sendo que estratégia passou por garantir a implementação das Políticas e dos diferentes Processos de Compliance, sendo a componente mais relevante o Processo de Conformidade legal, o qual culminou com a realização de Auditoria de Conformidade Legal, que obteve um resultado em linha com o objetivo de conformidade legal da LS para 2024.
- Em 2024 reforçamos a necessidade de assegurar a aplicação da Metodologia de Gestão de Riscos da LS, através da realização de formação especializada dirigida a todos os membros do Conselho de Administração e Diretores Gerais do grupo LS. Na LS temos regras perfeitamente estabelecidas que obrigam à realização de Análises de Riscos, em situações de Risco Médio ou Elevado, e para as quais as decisões têm de ser aprovadas pelo respetivo Órgão de aprovação.
- Em 2024 demos também início à implementação do Programa de Controlos, que visam testar se as medidas implementadas para mitigar os riscos, se mantêm adequadas e em funcionamento ao longo do tempo, de forma a não termos uma falsa sensação de cumprimento. Os testes aos controlos são uma ferramenta de gestão que oferece vantagens importantes na gestão de riscos, das quais destacamos: verificar se os controlos internos estão a funcionar conforme esperado; mitigar riscos significativos que possam afetar a integridade dos processos; assegurar a conformidade legal; assegurar que a informação é precisa e confiável; dispor de processos mais eficientes, etc.

No ano de 2024 verificou-se que o risco inerente às constantes alterações legislativas se encontrava controlado, conforme comprovado pelos resultados obtidos nas diversas Auditorias de Conformidade Legal. De forma a manter a supervisão deste risco, o Grupo LS conta com a colaboração de uma parceria externa, que fornece alertas de modificações legislativas, com impactos nas áreas de suporte e de negócio, e nas diversas localizações geográficas onde estas operam.

Em 2024 importa ainda destacar a auditoria interna realizada ao cumprimento dos requisitos contratuais assumidos com principais Clientes dos negócios da Logística e Transportes, a qual permitiu atualizar o conhecimento sobre o estado do processo, a identificação dos potenciais riscos associados, bem como o reforço dos controlos necessários para manter o estrito cumprimento dos requisitos contratuais assumidos.

A gestão de riscos financeiros, incluindo riscos de crédito, de taxa de juro, e de tesouraria, é da responsabilidade da Direção Corporativa Financeira, a qual mantém planos de ação que visam a mitigação dos mesmos.

O Departamento de *Compliance* e Gestão de Riscos monitoriza a eficácia das ações implementadas e adicionalmente prepara e submete ao Conselho de Administração, e aos órgãos de supervisão aplicados a cada empresa sejam eles o Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas ou fiscal Único, conforme aplicável, um relatório semestral incluindo:

- a) O estado de implementação do Programa de Compliance anual, que inclui todas as iniciativas de mitigação de riscos relevantes;
- b) O resultado das Auditorias Internas de Processo, que visam verificar a conformidade dos processos e a eficácia dos controlos; e
- c) Os Incidentes de conformidade, que incluem os pontos em que os processos e controlos falharam, e ocorreu um incidente contrário aos interesses da LS.

6. ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

José Luís Soares Simões	Presidente / Admin. Delegado
Leonel Fernando Soares Simões	Vogal
Jorge Manuel Soares Simões	Vogal
Fernanda Maria Oliveira Simões	Vogal
Daniela Alexandra Lopes Simões	Vogal
Rui Miguel Marcos Simões	Vogal
Miguel Roquette Rocha Martins	Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Clara Maria Campos Monteiro Ribeiro	Presidente
Isabel Maria Blazquez Pereira Silva	Secretária

Fiscal Único

Deloitte & Associados, SROC S.A.	Efetivo
João Carlos Henriques Gomes Ferreira	Suplente

Moninhos, 31 de março de 2025.

A Administração:	Assinatura
José Luís Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Miguel Roquette Rocha Martins - Vogal	

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS

LS-LUÍS SIMÕES, SGPS, S.A. (CONSOLIDADO)

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8	91 512 456,64	92 654 412,04
Propriedades de investimento	10	1 010 323,35	1 018 383,53
Ativos intangíveis	7	3 265 156,58	2 029 864,28
Outros investimentos financeiros	18.1	1 215 064,10	1 216 959,58
Créditos a receber	18.1	2 662 275,49	2 642 721,65
Ativos por impostos diferidos	17	3 524 358,92	3 154 818,49
		103 189 635,08	102 717 159,57
ATIVO CORRENTE			
Inventários	11	1 985 424,67	1 750 723,53
Clientes	18.1	62 829 445,82	59 619 179,66
Estado e outros entes públicos	21.4	916 264,44	1 861 255,97
Outros créditos a receber	18.1	7 804 748,12	6 313 198,39
Diferimentos	21.1	1 931 151,30	2 013 058,25
Outros activos financeiros	18.1	400 000,00	-
Caixa e depósitos bancários	4 e 18.1	9 533 445,74	5 828 822,57
		85 400 480,09	77 386 238,37
Total do ativo		188 590 115,17	180 103 397,94
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	18.4	30 000 000,00	30 000 000,00
Reserva legal	21.2	1 487 626,62	1 207 489,66
Outras reservas	21.2	4 135 025,81	4 132 131,47
Resultados transitados	21.2	17 845 502,41	14 603 247,49
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	21.2	3 059 999,62	3 315 397,56
		56 528 154,46	53 258 266,18
Resultado líquido do período		10 412 752,51	5 605 633,49
Interesses que não controlam	21.3	403 691,99	370 884,28
Total do capital próprio		67 344 598,96	59 234 783,95
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	13	409 215,34	175 458,84
Financiamentos obtidos	18.2	38 261 031,72	40 116 691,33
Passivos por impostos diferidos	17	1 407 436,01	1 690 673,03
Outras dívidas a pagar	18.2	10 782 145,35	11 630 989,21
		50 859 828,42	53 613 812,41
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18.2	30 046 297,74	29 826 018,10
Estado e outros entes públicos	21.4	7 081 885,80	6 009 695,36
Financiamentos obtidos	18.2	12 083 566,05	10 738 676,43
Outras dívidas a pagar	18.2	20 698 691,20	20 251 311,17
Diferimentos	21.1	475 247,03	429 100,53
		70 385 687,82	67 254 801,59
Total do passivo		121 245 516,24	120 868 613,99
Total do capital próprio e do passivo		188 590 115,17	180 103 397,94

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado:

Assinatura

Vitor José Caetano de Sousa

A Administração:

José Luís Soares Simões - Presidente

Leonel Fernando Soares Simões - Vogal

Jorge Manuel Soares Simões - Vogal

Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal

Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal

Rui Miguel Marcos Simões - Vogal

Miguel Roquette Rocha Martins - Vogal

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZA

LS-LUÍS SIMÕES, SGPS, S.A. (CONSOLIDADO)

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	12	298 742 212,27	277 152 057,03
Subsídios à exploração	14	229 648,02	497 154,37
Trabalhos para a própria entidade	21.5	794 600,21	260 304,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(8 107 358,68)	(9 869 610,88)
Fornecimentos e serviços externos	21.6	(182 661 907,17)	(169 443 596,63)
Gastos com o pessoal	19	(85 042 663,00)	(80 157 155,20)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	11	(7 202,64)	304 528,08
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	18.1	(246 355,59)	(176 822,09)
Provisões (aumentos / reduções)	13	(313 163,44)	(103 070,96)
Outros rendimentos	21.7	7 445 104,30	5 916 668,33
Outros gastos	21.8	(2 401 443,20)	(1 882 227,35)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28 431 471,08	22 498 229,24
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	21.9	(12 204 070,08)	(12 422 502,66)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16 227 401,00	10 075 726,58
Juros e rendimentos similares obtidos	21.11	150 701,04	17 499,67
Juros e gastos similares suportados	21.10	(3 535 593,93)	(3 581 178,33)
Resultado antes de impostos		12 842 508,11	6 512 047,92
Imposto sobre o rendimento do período	17	(2 222 278,89)	(731 745,43)
Resultado líquido do período		10 620 229,22	5 780 302,49

Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa mãe		10 412 752,51	5 605 633,49
Interesses que não controlam	21.3	207 476,71	174 669,00
Resultado por ação básico	21.13	1,74	0,93

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado:	Assinatura
Vítor José Caetano de Sousa	
A Administração:	
José Luís Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Miguel Roquette Rocha Martins - Vogal	

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

LS-LUIS SIMÕES, SGPS, S.A. (Consolidado)

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Euros

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		369 860 094,66	344 213 332,71
Pagamentos a fornecedores		(236 821 804,36)	(220 353 945,42)
Pagamentos ao pessoal		(52 727 708,49)	(59 421 478,29)
Caixa gerada pelas operações		80 310 581,81	64 437 909,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 079 805,50)	(587 535,84)
Outros recebimentos/pagamentos		(57 518 341,04)	(47 437 367,22)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		21 712 435,27	16 413 005,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(12 132 360,10)	(14 712 097,23)
Ativos intangíveis		(1 836 494,50)	(134 229,31)
Investimentos financeiros		-	(150 000,00)
Outros ativos	18.1	(400 000,00)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2 338 645,40	3 401 055,11
Investimentos financeiros		1 895,48	41 770,95
Subsídios ao investimento	21.2	-	5 076 970,45
Juros e rendimentos similares		117 916,66	15 416,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(11 910 397,06)	(6 461 113,36)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 275 000,00	9 922 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(6 281 946,52)	(5 957 012,40)
Juros e gastos similares		(3 386 449,45)	(2 970 446,25)
Dividendos	21.2	(2 255 016,30)	(1 822 476,99)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(9 648 412,27)	(827 935,64)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		153 625,94	9 123 956,94
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3 135 125,01	(5 988 831,93)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3 288 750,95	3 135 125,01

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado:	Assinatura
Vítor José Caetano de Sousa	
A Administração:	
José Luís Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Miguel Roquette Rocha Martins - Vogal	

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

LS-LUIS SIMÕES SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2023

Euros

	Nota	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
		Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período			Total
Posição no início do período 2023		30 000 000,00	861 136,83	4 129 237,21	9 734 392,24	3 540 021,28	6 929 950,95	55 194 738,51	306 843,66	55 501 582,17
Alterações no período:										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:										
Aplicação de Resultados										
Transferência para Reservas e Resultados transitados	21.2	-	346 352,83	2 894,26	4 868 855,25	-	(5 218 102,34)	-	-	-
Distribuição de dividendos	21.2	-	-	-	-	-	(1 711 848,61)	(1 711 848,61)	(110 628,38)	(1 822 476,99)
Ajustamentos em ativos financeiros	21.2	-	-	-	-	(224 623,72)	-	(224 623,72)	-	(224 623,72)
		30 000 000,00	1 207 489,66	4 132 131,47	14 603 247,49	3 315 397,56	-	53 258 266,18	196 215,28	53 454 481,46
Resultado líquido do período							5 605 633,49	5 605 633,49	174 669,00	5 780 302,49
Resultado integral							5 605 633,49	5 605 633,49	174 669,00	5 780 302,49
Posição no fim do período 2023		30 000 000,00	1 207 489,66	4 132 131,47	14 603 247,49	3 315 397,56	5 605 633,49	58 863 899,67	370 884,28	59 234 783,95

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

LS-LUIS SIMÕES SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2024

NO PERÍODO 2024								Euros		
Nota	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total			
Posição no início do período 2024		30 000 000,00	1 207 489,66	4 132 131,47	14 603 247,49	3 315 397,56	5 605 633,49	58 863 899,67	370 884,28	59 234 783,95
Alterações no período:										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:										
Aplicação de Resultados										
Transferência para Reservas e Resultados transitados	21.2	-	280 136,96	2 894,31	3 242 254,92	-	(3 525 286,19)	-	-	-
Distribuição de dividendos	21.2	-	-	-	-	-	(2 080 347,30)	(2 080 347,30)	(174 669,00)	(2 255 016,30)
Ajustamentos em ativos financeiros	21.2	-	-	-	-	(255 397,94)	-	(255 397,94)	-	(255 397,94)
		30 000 000,00	1 487 626,62	4 135 025,78	17 845 502,41	3 059 999,62	-	56 528 154,43	196 215,28	56 724 369,71
Resultado líquido do período							10 412 752,51	10 412 752,51	207 476,71	10 620 229,22
Resultado integral							10 412 752,51	10 412 752,51	207 476,71	10 620 229,22
Posição no fim do período 2024		30 000 000,00	1 487 626,62	4 135 025,78	17 845 502,41	3 059 999,62	10 412 752,51	66 940 906,94	403 691,99	67 344 598,93

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado:	Assinatura
Vítor José Caetano de Sousa	
A Administração:	
José Luís Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Miguel Roquette Rocha Martins - Vogal	

ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Grupo Luís Simões (“Grupo”) é constituído pela LS - Luís Simões, SGPS, S.A., e pelas suas subsidiárias (Nota 6.1).

A LS - Luís Simões, SGPS, S.A. (“Empresa”), sociedade anónima, com sede em Moninhos, Loures, foi constituída em 5 de agosto de 1996 e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A Empresa tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

O Grupo opera nas seguintes áreas de negócio:

1- A atividade do transporte rodoviário de mercadorias que representa cerca de 37% do volume de negócios do Grupo lidera o mercado do transporte nacional e o mercado dos fluxos rodoviários na Península Ibérica.

2- A atividade logística que representa cerca de 57% do volume de negócios do Grupo, lidera na Logística e Distribuição de produtos de grande consumo, em Portugal, prestando serviços integrados de transporte, armazenagem, preparação de encomendas, controle de inventários e distribuição, para além de outros serviços de valor acrescentado. Em Espanha, esta atividade é também especializada em Logística e Distribuição de produtos de grande consumo.

3- As outras atividades que representam cerca de 6% da faturação global do Grupo, cumprem dois objetivos fundamentais: apoiar as atividades principais do Grupo e desenvolver negócios autónomos nos seus mercados específicos.

A Empresa-mãe denomina-se LS - Luís Simões, SGPS, S.A..

A Empresa é detida pelas entidades descritas no quadro seguinte:

Acionistas	Nº Ações detidas	% Direito de Voto	% Participação
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	1 999 700	33,33%	33,33%
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	1 999 700	33,33%	33,33%
Mira Serra, SGPS, S.A.	1 999 700	33,33%	33,33%
José Luís Simões	300	0,01%	0,01%
Leonel Fernando Simões	300	0,01%	0,01%
Jorge Manuel Simões	300	0,01%	0,01%
	6 000 000	100,00%	100,00%

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 31 de março de 2025. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição financeira consolidada, desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados.

Estas demonstrações financeiras consolidadas serão submetidas a aprovação na Assembleia Geral de acionistas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expetativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na Nota 3.22.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza

financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

O universo empresarial do Grupo é composto pelas subsidiárias descritas na Nota 6.

Em obediência ao disposto no art.º 6 do Decreto-lei nº 158/2009 de 15 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho, que aprovou o SNC, a Empresa apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as subsidiárias nas quais:

- Independentemente da titularidade do capital, se verifique que, em alternativa:
 - Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo; e
 - Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade.
- Sendo titular de capital:
 - Tem a maioria dos direitos de voto, exceto se se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;
 - Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
 - Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
 - Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto; e
 - Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controlo.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos custos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos Ativos e Passivos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados consolidados no exercício em que é apurada.

No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas Subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgiram da eliminação dos resultados provenientes de transações intragrupo foi aplicado o disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento.

O Capital Próprio e o Resultado Líquido das Subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de Interesses que não controlam no Balanço consolidado (de forma autónoma dentro do Capital Próprio) e na Demonstração Consolidada dos Resultados, respetivamente.

3.2. CONVERSÃO CAMBIAL

As demonstrações financeiras do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, moeda funcional do Grupo, salvo indicação explícita em contrário.

3.3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo ou ao custo considerado (para os ativos adquiridos antes da data de transição para as NCRF's), deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As taxas de depreciação em percentagem resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são conforme segue:

Bem	2024	2023
	(%)	(%)
Edifícios e outras construções	2,00 - 33,33	2,00 - 33,33
Equipamento básico	5,00 - 33,33	5,00 - 33,33
Equipamento de transporte	10,00 - 33,00	10,00 - 33,00
Equipamento administrativo	8,33 - 33,33	8,33 - 33,33
Outros ativos fixos tangíveis	10,00 - 33,00	10,00 - 33,00

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização”.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado de entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo esperados dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente, afetando os resultados do período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo sendo o ganho (ou a perda) reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

3.4. LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito, na rubrica de juros e gastos similares suportados.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação (quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato) ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.5. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo ou ao custo considerado (correspondendo ao justo valor na data de transição para o SNC, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade).

A determinação das vidas úteis das propriedades de investimento, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adotadas por empresas do setor.

O cálculo do justo valor das propriedades de investimento é efetuado de acordo com a natureza de cada ativo. Na determinação do justo valor foi considerado o maior entre o valor de venda e o valor do uso do ativo, correspondente à melhor estimativa do Conselho de Administração para os referidos ativos.

O justo valor dos outros terrenos e exercícios são determinados com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso.

3.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Reconhecimento inicial

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 - Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos futuros associados ao ativo.

Os ativos intangíveis são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização”.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados prospetivamente.

As taxas de amortização em percentagem resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis conforme segue:

Bem	2024	2023
	(%)	(%)
Programas de computador	16,66 - 33,33	16,66 - 33,33
Outros ativos intangíveis	10,00 - 20,00	10,00 - 20,00

3.7. IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

3.8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

O Grupo utiliza o modelo do custo para o reconhecimento inicial das participações financeiras em entidades em que não seja obrigatório a utilização do método da equivalência patrimonial e nas quais não existam condições para a utilização do justo valor, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

3.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos o imposto corrente e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Impostos diferidos: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que possam ser utilizados.

3.10. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo de aquisição, sendo adotado como método de custeio das saídas dos inventários o custo médio ponderado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial deduzido dos custos estimados de acabamento e dos custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

3.11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Grupo classifica e mensura ao custo amortizado os ativos e passivos financeiros:

- i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos ativos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos e pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado:

- i) os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e
- ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Grupo classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

O Grupo avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, o Grupo reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende além de “Caixa e depósitos bancários” também os eventuais descobertos bancários incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos” do Balanço.

3.13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os gastos com juros relativos a financiamentos obtidos são registados na rubrica de gastos e perdas de financiamento em resultados do exercício, excepto os juros relativos a financiamentos referentes a investimentos em ativos fixos tangíveis em curso que são capitalizados durante o período de construção.

3.14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes (Subsídios ao Investimento) são inicialmente reconhecidos no capital próprio, deduzido do correspondente passivo por imposto diferido, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo (Subsídios à Exploração) são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.15. PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é mais provável de que não que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação conhecidos e avaliados pela Gestão à data de relato.

3.16. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal, nas rubricas de Balanço “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

3.17. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.18. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos na rubrica “Juros e gastos similares suportados” da Demonstração de resultado, ou são capitalizados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” do Balanço quando respeitam a financiamentos afetos a investimentos em ativos fixos tangíveis.

3.19. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.20. CAPITAL PRÓPRIO

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As ações próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo, por contrapartida de uma redução do capital próprio, na data em que a deliberação é aprovada pelos mesmos.

3.21. MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

O Grupo incorre em dispêndios de caráter ambiental os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade do Grupo e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo Grupo.

3.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Luís Simões são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.22.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adotadas por empresas do setor.

3.22.2. PERDAS POR IMPARIDADE DE CLIENTES E DEVEDORES

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pelo Grupo relativamente aos fluxos de caixa que se espera receber.

3.22.3. PROVISÕES

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos dos valores registados, nomeadamente, no que se refere aos processos em curso e às contingências.

3.22.4. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

3.23. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.24. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

(a) Risco de taxa de juro

A Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de juro, essencialmente relacionado com os juros suportados com financiamentos obtidos junto do acionista e de instituições financeiras, os quais se encontram expostos a alterações nas taxas de juro de mercado.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento como seja o reembolso da dívida.

(c) Risco de crédito

A Empresa encontra-se exposta ao risco de crédito, essencialmente relacionado com contas a receber resultantes das operações. Este risco é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido aos clientes considerando os seus perfis e antiguidade de contas a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade das contas a receber regularmente.

As perdas por imparidade de contas a receber são calculadas considerando:

- uma análise da antiguidade das contas a receber;
- perfil de risco do cliente;
- a condição financeira do cliente.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Caixa e seus Equivalentes detalha-se da seguinte forma:

	2024	2023
Caixa	1 670,00	1 670,00
Depósitos à Ordem	3 331 775,74	827 152,57
Depósitos a Prazo	6 200 000,00	5 000 000,00
Total de caixa e depósitos bancários	9 533 445,74	5 828 822,57
Descobertos Bancários (Nota 18.2)	(6 244 694,79)	(2 693 697,56)
Total de caixa e seus equivalentes a caixa	3 288 750,95	3 135 125,01

A totalidade do saldo de Depósitos à ordem representa caixa e equivalentes a caixa uma vez que não existem depósitos com restrições de movimentação.

Nos exercícios de 2024 e 2023, não foram identificadas transações significativas que não tenham gerado fluxo de caixa.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou erros materiais, alterou políticas contabilísticas ou efetuou alterações significativas de estimativas face às consideradas na preparação da informação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023.

6. PARTES RELACIONADAS

Para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras são considerados como partes relacionadas todas as subsidiárias da LS - Luís Simões, SGPS, S.A. e elementos chave na gestão das mesmas.

6.1. ENTIDADES DO GRUPO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

Subsidiárias	Sede	Atividade	% Participação 2024	% Participação 2023	Controlo efetivo 2024	Controlo efetivo 2023	RETGS (*)
LS - Luís Simões, SGPS, S.A. (Holding)	Moninhos - Loures	Gestão de participações sociais	Empresa-mãe	Empresa-mãe	n.a.	n.a.	Sim
Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Portugal)	Moninhos - Loures	Logística e transportes	100%	100%	100%	100%	Sim
Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Espanha)	Madrid - Espanha	Logística e transportes	100%	100%	100%	100%	Não
LS Frota, Lda.	Carregado - Alenquer	Transportes	100%	100%	100%	100%	Sim
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	Moninhos - Loures	Aluguer, venda e manutenção de viaturas	100%	100%	100%	100%	Sim
Diagonal - Corretores de Seguros, S.A.	Moninhos - Loures	Mediação de seguros	100%	100%	100%	100%	Sim
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	Moninhos - Loures	Serviços de suporte ao Grupo	100%	100%	100%	100%	Sim
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	Carregado - Alenquer	Imobiliária	100%	100%	100%	100%	Sim
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, S.A.	Moninhos - Loures	Imobiliária	100%	100%	100%	100%	Sim
Espaçotrans - Gestão Entrepostos Aduaneiros, Lda.	Quebradas de Cima - Póvoa Santa Iria	Gestão de entrepostos aduaneiros	70,00%	70,00%	70%	70%	Não

(*) RETGS - Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades

Não existem subsidiárias excluídas do processo de consolidação pelo método da consolidação integral.

6.2. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram atribuídas as seguintes remunerações ao pessoal chave da gestão:

Remuneração	2024	2023
Benefícios de curto prazo dos empregados	1 092 646,19	930 134,74
	1 092 646,19	930 134,74

O Conselho de Administração do Grupo foi considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento “chave” da gestão.

6.3. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

	Natureza do relacionamento (prestado)	Natureza do relacionamento (recebido)
Outras partes relacionadas:		
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Mira Serra, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Outros acionistas	Suprimentos	Dividendos

b) Quantias de transações e saldos pendentes com partes relacionadas

	Ano 2024			Ano 2023		
	Suprimentos obtidos	Juros suportados	Outras dívidas a pagar	Suprimentos obtidos	Juros suportados	Outras dívidas a pagar
	(Nota 18.2)	(Nota 21.10)	(Nota 18.2)	(Nota 18.2)	(Nota 21.10)	(Nota 18.2)
Acionistas:						
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	1 700 800,00	82 719,73	82 719,73	1 460 800,00	68 418,40	68 418,40
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	2 007 800,00	94 138,69	94 138,69	1 597 800,00	75 840,60	75 840,60
Mira Serra, SGPS, S.A.	2 003 800,00	74 046,89	74 046,89	903 800,00	43 841,17	43 841,17
Acionistas individuais	13 606 327,04	869 420,79	-	13 081 327,04	838 053,89	-
Total	19 318 727,04	1 120 326,10	250 905,31	17 043 727,04	1 026 154,06	188 100,17

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valores em 01.01.2023				
Quantias brutas escrituradas	10 167 362,89	690 476,12	247 996,37	11 105 835,38
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(8 634 447,57)	(667 460,50)	-	(9 301 908,07)
Quantias líquidas escrituradas	1 532 915,32	23 015,62	247 996,37	1 803 927,31
Adições	298 437,60	-	748 508,20	1 046 945,80
Transferências	181 206,04	-	(183 355,73)	(2 149,69)
Amortizações do exercício (Nota 21.9)	(795 843,52)	(23 015,62)	-	(818 859,14)
Valores em 31.12.2023				
Quantias brutas escrituradas	10 647 006,53	690 476,12	813 148,84	12 150 631,49
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(9 430 291,09)	(690 476,12)	-	(10 120 767,21)
Quantias líquidas escrituradas	1 216 715,44	-	813 148,84	2 029 864,28
Adições	10 810,75	-	1 878 401,07	1 889 211,82
Alienações, sinistros e abates				
Quantias brutas escrituradas	(3 945 049,01)	(690 476,12)	-	(4 635 525,13)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	3 945 041,46	690 476,12	-	4 635 517,58
Amortizações do exercício (Nota 21.9)	(653 911,97)	-	-	(653 911,97)
Valores em 31.12.2024				
Quantias brutas escrituradas	6 712 768,27	0,00	2 691 549,91	9 404 318,18
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(6 139 161,60)	-	-	(6 139 161,60)
Quantias líquidas escrituradas	573 606,67	0,00	2 691 549,91	3 265 156,58

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, o Grupo iniciou um projeto de implementação de dois novos softwares para suporte Gestão de armazéns e distribuição. Este projeto foi denominado de projeto GOLD (Gestão Otimizada de Logística e Distribuição) e visa dotar o Grupo de ferramentas de gestão modernizadas tendo em vista a simplificação de processos, melhoria de eficiência e criar de valor na cadeia de abastecimento. As principais adições ocorridas de 2024 e 2023 respeitam a desenvolvimentos para o referido projeto.

A rubrica “Outros ativos intangíveis” inclui ainda uma carteira de seguros, a qual foi adquirida no exercício de 2013. Este ativo intangível encontrava-se a ser amortizado pelo período de 10 anos, correspondendo à vida económica estimada pelo Conselho de Administração, tendo ficado totalmente amortizada no exercício findo a 31 de dezembro de 2023. No decorrer do exercício findo a 31 de dezembro de 2024 este ativo foi desreconhecido, uma vez que já se encontrava totalmente amortizado.

Os programas de computador não são propriedade do Grupo, o qual se limita a ter os respetivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

Não existem ativos intangíveis dados como garantias de passivos.

Não existem compromissos futuros para aquisição de ativos intangíveis.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
Valores em 01.01.2023								
Quantias brutas escrituradas	12 239 216,51	51 345 544,40	89 690 243,72	267 037,29	12 679 533,19	3 501 407,39	3 189 826,35	172 912 808,85
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(35 930 771,74)	(37 704 376,08)	(140 092,90)	(11 411 061,53)	(3 034 206,84)	-	(88 220 509,08)
Quantias líquidas escrituradas	12 239 216,51	15 414 772,66	51 985 867,64	126 944,39	1 268 471,66	467 200,56	3 189 826,35	84 692 299,77
Adições	-	103 166,17	12 252 160,05	1 182,00	554 192,90	337 790,48	1 610 924,16	14 859 415,76
Transferências	-	-	1 281 883,66	-	90 732,57	48 480,81	(1 418 947,02)	2 150,02
Outras alterações								
Quantias brutas escrituradas	-	-	7 657 648,00	-	-	-	-	7 657 648,00
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	(1 660 860,00)	-	-	-	-	(1 660 860,00)
Alienações, sinistros e abates								
Quantias brutas escrituradas	-	(59 203,21)	(3 657 164,64)	-	(16 197,50)	(69 000,00)	-	(3 801 565,35)
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	1 391,20	2 622 110,38	-	16 009,94	69 000,00	-	2 708 511,52
Depreciações do exercício (Nota 21.9)	-	(1 881 446,56)	(9 178 511,37)	(20 391,12)	(499 079,57)	(223 759,06)	-	(11 803 187,68)
Valores em 31.12.2023								
Quantias brutas escrituradas	12 239 216,51	51 389 507,36	107 224 770,79	268 219,29	13 308 261,16	3 818 678,68	3 381 803,49	191 630 457,28
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(37 810 827,10)	(45 921 637,07)	(160 484,02)	(11 894 131,16)	(3 188 965,90)	-	(98 976 045,24)
Quantias líquidas escrituradas	12 239 216,51	13 578 680,26	61 303 133,72	107 735,27	1 414 130,00	629 712,79	3 381 803,49	92 654 412,04
Adições	-	95 538,89	8 693 798,14	2 590,00	504 115,71	253 365,07	990 254,26	10 539 662,07
Transferências	-	3 697,80	693 540,92	-	60 940,95	71 779,96	(829 959,63)	-
Outras alterações								-
Quantias brutas escrituradas	-	-	1 415 731,30	-	-	-	(2 000,00)	1 413 731,30
Alienações, sinistros e abates								1 415 731,30
Quantias brutas escrituradas	-	(829 523,65)	(7 912 103,65)	-	(6 960 704,40)	(1 291 830,48)	-	(16 994 162,18)
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	829 523,65	6 511 559,58	-	6 958 751,95	1 266 788,43	-	15 566 623,61
Depreciações do exercício (Nota 21.9)	-	(1 838 252,12)	(8 953 186,90)	(19 360,18)	(558 870,57)	(172 428,16)	-	(11 542 097,93)
Outras regularizações	-	-	-	-	-	-	(125 742,27)	(125 742,27)
Valores em 31.12.2024								
Quantias brutas escrituradas	12 239 216,51	50 659 220,40	110 115 737,50	270 809,29	6 912 613,42	2 851 993,23	3 414 355,85	186 463 946,20
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(38 819 555,57)	(48 363 264,39)	(179 844,20)	(5 494 249,78)	(2 094 605,63)	-	(94 951 519,56)
Quantias líquidas escrituradas	12 239 216,51	11 839 664,83	61 752 473,11	90 965,09	1 418 363,64	757 387,61	3 414 355,85	91 512 426,64

As principais adições ocorridas em 2024 e 2023 respeitam à aquisição de equipamentos informáticos, estanterias, viaturas, e diversos equipamentos para os centro logísticos em Guadalajara e Centralidad.

As principais transferências em 2024 e em 2023 correspondem a viaturas e a equipamentos para o centro logístico de Guadalajara.

As alienações ocorridas em 2024 e 2023 respeitam, essencialmente, à alienação de viaturas.

Em 31 de dezembro de 2024, os imóveis do Carregado e de Gaia 2 mantêm-se dados como garantia a terceiros. Não existem outros ativos fixos tangíveis dados como garantias de passivos, nem hipotecas sobre terrenos e os edifícios que sejam propriedade do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A quantia de dispêndios reconhecida no ativo fixo tangível em curso compõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-12-2024	31-12-2023
Terminal Azambuja	1 458 054,01	1 575 221,27
Obras em instalações	64 936,49	62 559,64
Painéis Fotovoltaicos	744 521,20	740 711,21
Carregadores elétricos	-	47 377,17
Outros	410 431,97	464 094,41
Viaturas em Preparação	736 412,18	491 839,78
	<u>3 414 355,85</u>	<u>3 381 803,48</u>

O ativo fixo tangível referente ao terminal da Azambuja diz respeito a dois terrenos, os quais irão ser utilizados pelo Grupo num futuro próximo, no âmbito da sua atividade.

No decorrer do exercício de 2021 foi obtida uma avaliação para o imóvel, a qual é superior ao seu valor contabilístico. A avaliação tem por base projetos de licenciamento, que se encontram a aguardar aprovação final da Câmara Municipal da Azambuja, e que se esperam vir a ser obtidos no futuro próximo, de acordo com os compromissos estabelecidos entre a Câmara e a Empresa. Estes licenciamentos visam o desenvolvimento de um projeto logístico, o qual será desenvolvido pela Empresa futuramente. O Conselho de Administração entende que em 2023 não existiram alterações no mercado imobiliário que impactem o valor de mercado, pelo que na presente data não existem indícios de imparidade para o imóvel.

No decorrer do ano de 2020 foi publicado em Diário da República o Plano de Pormenor da Frente Urbana da Azambuja (PPFUA).

Verificou-se que, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, alguns subprojetos que estavam em curso e cujo valor ascendia a 125 742,27 Euros não iriam ser concretizados pelo que os mesmos foram reconhecidos como gastos do exercício.

9. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Os futuros pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro 2024 e 2023, são detalhados conforme se segue:

Na ótica do Locador:

2024

	Rendimento do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Locações de viaturas	6 595 138,24	4 502 552,16	879 411,08	-
	6 595 138,24	4 502 552,16	879 411,08	-

2023

	Rendimento do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Locações de viaturas	5 434 311,00	3 245 989,84	3 062 092,74	-
	5 434 311,00	3 245 989,84	3 062 092,74	-

Na ótica do Locatário:

	31-12-2024			
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano a 5 anos	A mais de 5 anos
Locações de imóveis	16 203 585,05	16 195 967,91	44 960 847,35	25 029 039,73
Locações de viaturas ligeiras	1 627 511,73	953 700,01	2 266 580,98	-
Locações de viaturas pesadas	2 711 927,95	2 303 290,45	4 258 988,02	161 849,97
Locações de empilhadores	3 327 658,28	1 462 356,31	1 108 684,00	48 111,00
	23 870 683,01	20 915 314,68	52 595 100,35	25 239 000,70

	31-12-2023			
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano a 5 anos	A mais de 5 anos
Locações de imóveis	15 544 245,73	16 253 496,79	47 979 295,41	32 398 142,94
Locações de viaturas ligeiras	765 185,55	901 327,40	2 675 818,45	7 566,84
Locações de viaturas pesadas	3 660 292,47	2 231 466,05	1 251 571,05	-
Locações de empilhadores	3 101 068,69	3 375 586,08	552 226,34	-
	23 070 792,44	22 761 876,32	52 458 911,25	32 405 709,78

Locações financeiras

Os futuros pagamentos mínimos não canceláveis das locações financeiras, em 31 de dezembro 2024 e 2023, são detalhados conforme se segue:

31-12-2024			
	Pagamentos mínimos da locação		
	Até 1 ano	1 ano a 5 anos	A mais de 5 anos
Locações de viaturas pesadas	1 240 939,68	3 238 352,32	-
	1 240 939,68	3 238 352,32	-
31-12-2023			
	Pagamentos mínimos da locação		
	Até 1 ano	1 ano a 5 anos	A mais de 5 anos
Locações de viaturas pesadas	961 480,57	4 492 962,12	-
	961 480,57	4 492 962,12	-

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo era parte em contratos relativos ao aluguer operacional de semirreboques no qual se encontra prevista a obrigatoriedade da aquisição dos referidos equipamentos pelo Grupo no final dos contratos.

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios não afetos à atividade do Grupo e apresentam a seguinte evolução:

	31-12-2024	31-12-2023
A 1 de janeiro		
Valor bruto	1 238 340,30	1 238 340,30
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(219 956,76)	(419 500,92)
Depreciações acumuladas	(164 537,45)	(154 460,89)
Perdas por imparidade acumuladas	(55 419,31)	(265 040,03)
Valor líquido	1 018 383,53	818 839,37
Depreciações do exercício (Nota 21.9)	(10 076,56)	(10 076,56)
Reversões de perdas por imparidade	2 016,38	209 620,72
A 31 de dezembro		
Valor bruto	1 238 340,30	1 238 340,30
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(228 016,94)	(219 956,76)
Depreciações acumuladas	(174 614,01)	(164 537,45)
Perdas por imparidade acumuladas	(53 402,93)	(55 419,31)
Valor líquido	1 010 323,35	1 018 383,53

As propriedades de investimento têm como finalidade a cedência de exploração a entidades externas.

O justo valor dos ativos à data do balanço é superior aos valores apresentados nas demonstrações financeiras do Grupo na data a que se referem as demonstrações financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento nas perdas por imparidade acumuladas detalha-se como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	55 419,31	265 040,03
Aumentos		
Reversões	(2 016,38)	(209 620,72)
Saldo final	53 402,93	55 419,31

Durante o exercício de 2023, o Grupo procedeu à avaliação das propriedades de investimento, tendo atualizado em conformidade as perdas por imparidade acumuladas registadas.

Em 31 de dezembro de 2024 não existiam propriedades de investimento apresentadas como garantias a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2024 não existiam obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento.

O Grupo reconheceu na demonstração de resultados por naturezas consolidadas, na rubrica “Outros rendimentos”, o montante de 24 792,39 Euros (31 924,03 Euros Euros em 2023) relativo a rendas de Propriedades de Investimento (Nota 21.7).

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

	2024	2023
Mercadorias		
Montante bruto	1 853 351,98	1 574 222,36
Perdas por imparidade	(206 727,13)	(199 524,49)
	<u>1 646 624,85</u>	<u>1 374 697,87</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Montante bruto	365 446,31	402 672,15
Perdas por imparidade	(26 646,49)	(26 646,49)
	<u>338 799,82</u>	<u>376 025,66</u>
	<u>1 985 424,67</u>	<u>1 750 723,53</u>

Os inventários indicados no quadro acima correspondem a terrenos, peças adquiridas para reparações e manutenção de viaturas, semirreboques para venda e combustível para utilização nas viaturas próprias e cedência a subcontratados.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quantias de inventários reconhecidas como gasto foram as seguintes:

	Mercadorias	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários em 1 de janeiro de 2023	1 539 819,49	488 599,55	2 028 419,04
Compras	4 974 117,53	5 604 079,09	10 578 196,62
Regularizações de inventários	-	(560 585,78)	(560 585,78)
Inventários em 31 de dezembro de 2023	1 773 746,85	402 672,15	2 176 419,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 740 190,17	5 129 420,71	9 869 610,88
Inventários em 1 de janeiro de 2024	1 773 746,85	402 672,15	2 176 419,00
Compras	4 932 138,88	3 810 888,71	8 743 027,59
Regularizações de inventários	-	(386 562,49)	(386 562,49)
Inventários em 31 de dezembro de 2024	2 060 079,11	365 446,31	2 425 525,42
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 645 806,62	3 461 552,06	8 107 358,68

Os montantes acima apresentados, relativos ao Custo das mercadorias vendidas, incluem 1 577 349,37 Euros (2 207 595,06 Euros em 2023) referentes ao custo com combustíveis vendidos a subcontratados.

A rubrica de “Regularizações de inventários” inclui, respetivamente em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os montantes de 359 652,17 Euros e 514 552,07 Euros referente ao reembolso de gásóleo profissional.

Durante os exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quantias reconhecidas como perdas de imparidades foram as seguintes:

	2024			2023		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	486 574,36	59 967,95	546 542,31	470 731,11	59 967,95	530 699,06
Reforço	49 586,54	-	49 586,54	29 484,86	13 378,54	42 863,40
Reversão	(42 383,90)	-	(42 383,90)	(300 691,48)	(46 700,00)	(347 391,48)
Saldo final	493 777,00	59 967,95	553 744,95	199 524,49	26 646,49	226 170,98

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram revertidas perdas por imparidade de 42 383,90 Euros e 347.391,48 Euros e registadas perdas líquidas de 49 586,54 Euros e 47 740,57 Euros, respetivamente, no âmbito de uma análise crítica à obsolescência e rotatividade das mercadorias, bem como decorrente das avaliações imobiliárias aos terrenos classificados como inventários concluídas em fevereiro de 2024.

12. RÉDITO

O rédito reconhecido pelo Grupo, em 2024 e 2023, é detalhado conforme se segue:

	2024	2023
Venda de mercadorias		
Mercadorias	5 815 929,57	6 091 454,62
Descontos e abatimentos	(6 823,39)	(21 166,04)
	5 809 106,18	6 070 288,58
Prestação de serviços		
Serviços	292 952 226,44	271 107 713,11
Descontos e abatimentos	(19 120,35)	(25 944,66)
	292 933 106,09	271 081 768,45
	298 742 212,27	277 152 057,03

A repartição do rédito apurado por negócio e por mercados geográficos é a seguinte:

	2024	2023
Logística	170 321 286,92	159 056 588,69
Transportes	109 800 763,14	100 988 676,01
Combustíveis	1 188 100,11	1 720 390,85
Outros	17 432 062,10	15 386 401,48
	<u>298 742 212,27</u>	<u>277 152 057,03</u>
	2024	2023
Mercado interno (Portugal)	122 376 542,89	130 775 916,88
Mercado externo	176 365 669,38	146 376 140,15
	<u>298 742 212,27</u>	<u>277 152 057,03</u>

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. PROVISÕES

Os valores registados na rubrica de provisões referem-se à melhor estimativa do Conselho de Administração para fazer face às perdas estimadas como prováveis relativamente aos processos judiciais em curso.

O movimento ocorrido na rubrica de provisões, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para processos judiciais em curso
A 1 de janeiro de 2023	327 395,22
Utilizações no ano	(255 007,34)
Reversões do ano	(6 859,31)
Reforços do ano	109 930,27
A 31 de dezembro de 2023	175 458,84
A 1 de janeiro de 2024	175 458,84
Utilizações no ano	(79 406,94)
Reversões do ano	(52 399,58)
Reforços do ano	365 563,02
A 31 de dezembro de 2024	409 215,34

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo registou gastos no montante de 313 163,44 Euros e de 103 070,96 Euros, respetivamente.

13.2. PASSIVOS CONTINGENTES

Existem dois processos em tribunal contra o Grupo em que são peticionadas indemnizações, para os quais não foi possível estimar o valor do eventual encargo a incorrer. A contingência máxima destes processos ascende a 1 245 412,00, que corresponde ao valor máximo das indemnizações peticionadas.

O Conselho de Administração, com base na opinião dos seus consultores legais, entende que o risco de perda é reduzido, não tendo registado qualquer provisão para este efeito.

13.3. ATIVOS CONTINGENTES

As subsidiárias Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Portugal) e Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Espanha) procederam à reclamação do “Impuesto sobre las Ventas Minoristas de Determinados Hidrocarburos” (IVMDH), tanto às Comunidades Autónomas como à Agência Estatal de Administração Tributária (AEAT), referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2012.

O IVMDH incumpe a normativa comunitária harmonizadora dos Impostos Especiais e em concreto o artigo 3, número 2 da Diretiva 92/12/CEE do Conselho, de 25 de fevereiro de 1992, relativa ao regime geral, mandato, circulação e controlo dos produtos objeto de Impostos Especiais. Com data de 27 de fevereiro de 2014, o tribunal de justiça da União Europeia declarou que o IVMDH é contrário à Diretiva sobre os Impostos Especiais, o que permite que as empresas possam reclamar o valor às respetivas administrações públicas.

Durante os exercícios de 2024 e de 2023 não foi recebida qualquer importância. Não se encontram registados contabilisticamente à data de fecho, os valores reclamados cujo montante ascende a 513 615,29 Euros acrescido dos respetivos juros de mora, os quais serão registados na medida da confirmação por parte da Administração Fiscal espanhola que os montantes serão devolvidos.

O montante indicado no parágrafo anterior, tem procedimentos que já estão concluídos com resoluções administrativas deferidas e indeferidas, continuando com o procedimento por via da responsabilidade patrimonial “*Responsabilidad Patrimonial del Estado* (español)”.

As subsidiárias Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Portugal) e Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Espanha) têm em curso um processo de reclamação judicial contra o designado “Cartel dos Camiões” correspondente a cerca de 115 viaturas, não sendo possível estimar o montante de indemnizações a receber.

14. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritos no quadro seguinte:

	2024	2023
Subsídios do estado		
Incentivos ao emprego	21 083,20	3 731,32
Incentivo transporte rodoviário mercadorias Espanha	-	467 255,47
Incentivo FUNDAE	58 564,82	25 076,21
Ayuda Estatal DANA ⁽¹⁾	150 000,00	-
Outros	-	1 091,37
	<u>229 648,02</u>	<u>497 154,37</u>

⁽¹⁾ Ajuda Estatal do Governo de Espanha para fazer face aos prejuízos provocados pelas inundações (DANA) ocorridas em 30 de outubro de 2024 na região de Valência (Espanha).

O Grupo, em 2024 e 2023, não beneficiou diretamente de quaisquer outras formas de apoio do Governo.

15. ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram reconhecidos rendimentos e gastos relativos a diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis.

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não se registaram outros eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2024 que pela sua relevância e materialidade requeiram ajustamento ou divulgação, conforme descrito na Nota 3.21..

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo, em Portugal, encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “IRC”, à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando uma taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%. Em Espanha, o Grupo encontra-se sujeito a Imposto de sociedades, à taxa de 25%.

Adicionalmente, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os lucros tributáveis que excedam os 1 500 000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1 500 000 a 7 500 000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7 500 000 a 35 000 000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35 000 000.

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Algumas empresas do Grupo, subsidiárias em Portugal encontram-se englobadas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), nos termos do artigo 69º e seguintes do CIRC, liderado pela acionista LS - Luís Simões, SGPS, S.A., pelo que os impostos apurados individualmente estão refletidos no saldo da acionista incluído na rubrica de Acionistas/Sócios. A subsidiária estrangeira é tributada de acordo com as regras fiscais vigentes no respetivo país de origem.

As empresas incluídas no “RETGS” são apresentadas no quadro seguinte:

Empresa	Data de início
LS - Luís Simões, SGPS, S.A.	01/01/2007
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	01/01/2007
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	01/01/2007
Diagonal - Corretores de Seguros, S.A.	01/01/2007
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, S.A.	01/01/2011
LS Frota, Lda.	01/01/2016
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	01/01/2017
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, S.A.	01/01/2019

A LS - Luís Simões, SGPS, S.A., como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos

prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada uma das sociedades dominadas pertencentes ao “RETGS”.

O encargo do ano com imposto a pagar é contabilizado em cada uma das empresas que fazem parte do Grupo em função do respetivo lucro tributável. O eventual ganho ou perda decorrente do “RETGS” é reconhecido em cada uma das empresas pertencentes ao Grupo Fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios de 2021 a 2024 poderão vir ainda a estar sujeitas a revisão e correção. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terá um efeito limitativo nas demonstrações financeiras em análise.

A dedução dos “PFR” não tem qualquer limite temporal.

A dedução dos prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”), em Portugal está limitada a 65% do lucro tributável (70% até 2022), sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, exceto no caso dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021, caso em que o limite é elevado em 10% do lucro tributável. Em Espanha está limitada a 25% do lucro tributável, a partir do mínimo estabelecido de um milhão de euros.

17.1. DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

O Gasto (rendimento) por impostos é o indicado no quadro seguinte:

	2024	2023
Imposto corrente		
IRC do ano	2 736 980,23	1 123 074,56
Imposto diferido		
Originados e objeto de reversão por diferenças temporárias	(514 701,34)	(391 329,13)
	<u>2 222 278,89</u>	<u>731 745,43</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias encontra-se evidenciada nos quadros seguintes:

Ativos por impostos diferidos

	Base			31-12-2024
	31-12-2023	Aumentos	Diminuições	
Imparidade de ativos:				
Perdas por imparidade em inventários	303 507,46	206 727,13	(199 524,49)	310 710,10
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 10.3)	45 704,30	214 903,14	(149 686,91)	110 920,53
Limitação dedução de depreciações e amortizações 2013 e 2014	112 398,84	-	(112 398,84)	-
Perdas por imparidade em Propriedades de investimento (Nota 6)	55 419,31	-	(2 016,38)	53 402,93
Outros ajustamentos:				
Benefícios Fiscais-RCCS/ICE	1 134 505,67	436 619,05	(297 419,04)	1 273 705,68
Outras diferenças temporárias	31 000,00	258 366,44	(31 000,00)	258 366,44
Prejuízos fiscais	10 789 423,25	3 552 450,61	(2 337 358,54)	12 004 515,32
	12 471 958,83	4 669 066,37	(3 129 404,20)	14 011 621,00
Ajustamentos de consolidação	333 867,72	-	-	333 867,72
Total da base	12 805 826,54	4 669 066,37	(3 129 404,20)	14 345 488,71
Benefícios fiscais	-	52 943,43	(39 140,16)	13 803,27
Ativos por impostos diferidos	3 154 818,49	1 135 605,94	(766 065,51)	3 524 358,92

Ativos por impostos diferidos

	Base			
	31-12-2022	Aumentos	Diminuições	31-12-2023
Imparidade de ativos:				
Perdas por imparidade em inventários	136 512,85	199 524,49	(32 529,88)	303 507,46
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 18.1)	120 063,38	149 686,91	(224 045,99)	45 704,30
Limitação dedução de depreciações e amortizações 2013 e 2014	224 797,70	-	(112 398,86)	112 398,84
Perdas por imparidade em Propriedades de investimento (Nota 10)	265 040,03	-	(209 620,72)	55 419,31
Outros ajustamentos:				
Benefícios Fiscais-RCCS/ICE	-	1 134 505,67	-	1 134 505,67
Outras diferenças temporárias	56 500,00	31 000,00	(56 500,00)	31 000,00
Prejuízos fiscais	10 793 255,95	1 077 860,27	(1 081 692,97)	10 789 423,25
	11 596 169,91	2 592 577,33	(1 716 788,41)	12 471 958,83
Ajustamentos de consolidação	333 867,72	-	-	333 867,72
Total da base	11 930 037,62	2 592 577,33	(1 716 788,41)	12 805 826,54
Benefícios fiscais	28 618,62	-	(28 618,62)	-
Ativos por impostos diferidos	2 985 992,76	567 162,00	(398 336,27)	3 154 818,49

Passivos por impostos diferidos

	Base		
	31-12-2023	Aumentos	Diminuições
Diferenças entre a base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis:			
Revalorização de ativos - custo considerado (Nota 14.4)	3 046 475,32	-	(727 390,82)
	3 046 475,32	-	(727 390,82)
Diferenças entre a base contabilística e base fiscal de capitais próprios:			
Subsídios atribuídos pela Administração Pública (Nota 21.2)	4 062 644,21	-	(340 530,58)
	4 062 644,21	-	(340 530,58)
Passivos por impostos diferidos	1 690 673,03	-	(283 237,02)

Passivos por impostos diferidos

	Base		
	31-12-2022	Aumentos	Diminuições
Diferenças entre a base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis:			
Revalorização de ativos	4 037 135,13	-	(990 659,81)
	4 037 135,13	-	(990 659,81)
Diferenças entre a base contabilística e base fiscal de capitais próprios:			
Subsídios atribuídos pela Administração Pública (Nota 21.2)	4 362 142,49	-	(299 498,28)
	4 362 142,49	-	(299 498,28)
Passivos por impostos diferidos	1 988 051,00	-	(297 377,97)

Os prejuízos fiscais relativamente aos quais foram reconhecidos Ativos por impostos diferidos detalham-se de acordo com o quadro seguinte:

	Valor	AID	Data limite
Luís Simoes Logística Integrada, S.A. (Espanha)			
Prejuízos fiscais 2017	366 940,07	91 735,02	Ilimitado
Prejuízos fiscais 2018	5 422 483,18	1 355 620,80	Ilimitado
Prejuízos fiscais 2019	3 303 912,66	825 978,17	Ilimitado
Prejuízos fiscais 2020	672 115,81	168 028,95	Ilimitado
Prejuízos fiscais 2021	1 916 132,52	479 033,10	Ilimitado
Prejuízos fiscais 2023	322 931,08	80 732,77	Ilimitado
Total	12 004 515,32	3 001 128,81	

A recuperabilidade dos prejuízos fiscais reportáveis não tem limite temporal. Estes prejuízos fiscais não podem ser utilizados pelo Grupo Fiscal, no “RETGS”, uma vez que esta empresa não está incluída no mesmo, tendo o Grupo preparado projeções que suportam a sua expectativa e recuperação daqueles montantes.

No exercício de 2024 não ocorreu alteração de taxa de tributação, pelo que não foi registada qualquer quantia relacionada com tal facto.

Em Portugal, no exercício de 2025 a taxa nominal de IRC será de 20%.

17.2. RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO:

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes de impostos	12 842 508,11	6 512 047,92		
Rendimentos não tributáveis				
Reversão de perdas por imparidade tributadas em anos anteriores	351 227,78	466 196,63		
Mais valias contabilísticas	1 253 358,11	2 347 565,07		
Benefícios fiscais (a)	1 236 030,25	1 332 216,93		
Outros rendimentos não tributáveis	258 828,54	304 877,52		
	3 099 444,67	4 450 856,15		
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Depreciações e amortizações não aceites	528 066,89	551 082,51		
Mais valias fiscais	639 293,23	1 268 925,36		
Registo de perdas por imparidade (Nota 17.1)	421 630,27	349 211,40		
Outros gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	618 572,05	429 065,50		
	2 207 562,45	2 598 284,76		
Prejuízos fiscais do exercício não compensados no Grupo	-	(366 718,16)		
Utilização de prejuízos fiscais	1 000 000,00	147 668,06		
Lucro tributável	10 950 625,88	4 878 526,64		
Taxa de imposto sobre o rendimento	21,00%	21,00%		
Taxa da Derrama Municipal	1,50%	1,50%		
IRC calculado	2 299 631,44	1 024 490,59	17,91%	15,73%
Derrama municipal	152 979,17	83 170,43		
Derrama estadual	174 696,34	63 038,68		
Tributações autónomas	91 057,49	104 743,49		
Benefícios fiscais utilizados (b)	(44 760,10)	(152 368,63)		
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes das em vigor em Portugal	63 375,88	-		
Imposto do exercício	2 736 980,23	1 123 074,56	21,31%	17,25%
Impostos diferidos (Nota 17.1)	(514 701,34)	(391 329,13)	(4,01%)	(6,01%)
Imposto sobre o rendimento do período	2 222 278,89	731 745,43	17,30%	11,24%

(a) Os Benefícios fiscais respeitam essencialmente a: i) Majoração de donativos; ii) Majoração de quotizações; iii) Majoração do Gasóleo profissional; iv) Majoração Incentivos Valorização Salarial; e v) Remuneração Convencional do Capital Social/Incentivo Capitalização Empresas.

Nos exercícios em análise o Grupo encontra-se a utilizar o incentivo fiscal da Remuneração Convencional do Capital Social, substituído a partir do exercício de 2023 pelo Incentivo à Capitalização das Empresas, previsto no artigo 41º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este benefício consistia na dedução ao lucro tributável de uma parte das entradas de capital efetuadas pelos sócios às sociedades, e, a partir do exercício de 2023, no aumento líquido dos capitais próprios.

No presente exercício o Grupo utilizou um benefício fiscal de 354 277,46 Euros (211 891,74 Euros em 2023). O montante total deste benefício fiscal que se prevê utilizar nos próximos exercícios ascende a 396 760,39 Euros.

- (b) Os benefícios fiscais utilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 respeitam essencialmente a Inovação Tecnológica (IT). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 respeitam ao benefício associado à contribuição para o fundo de investimento Lince Capital, Lince Innovation III, (Nota 18.1) destinado a financiar empresas dedicadas a I&D, no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresariais II (SIFIDE II). Este benefício fiscal, no montante de 123 750 Euros, está enquadrado nos Artigos 35º a 42º do Código Fiscal do Investimento.

17.3. EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR;

Entre os exercícios de 2024 e 2023 não se verificou qualquer alteração da taxa de IRC. Em Portugal, no exercício de 2025 a taxa nominal de IRC será de 20%.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são os indicados no quadro seguinte:

	31-12-2024	31-12-2023
Não Corrente		
Outros investimentos financeiros		
Participações de capital em empresas não cotadas	3 795,86	3 795,86
Fundo Compensação Trabalho (FCT)	236 268,24	238 163,72
Up's em Fundos	975 000,00	975 000,00
	<u>1 215 064,10</u>	<u>1 216 959,58</u>
Créditos a receber		
Cauções	2 662 275,49	2 642 721,65
	<u>2 662 275,49</u>	<u>2 642 721,65</u>
Corrente		
Cientes c/c	62 829 445,82	59 619 179,66
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimo de rendimentos	4 408 184,02	2 969 390,29
Adiantamentos a fornecedores	17 912,43	14 274,01
Pessoal	57 404,81	32 216,58
Outros devedores - atividade mediação de seguros	77 353,35	120 777,80
Outros devedores - alienação de ativos fixos tangíveis	489 836,22	427 753,04
Outros devedores - impostos por conta cliente (a)	1 512 149,38	1 507 430,43
Outros devedores	1 241 907,91	1 241 356,24
	<u>7 804 748,12</u>	<u>6 313 198,39</u>
Outros ativos financeiros		
Depósitos a prazo	400 000,00	-
	<u>400 000,00</u>	<u>-</u>
Caixa	1 670,00	1 670,00
Outros depósitos bancários	9 531 775,74	5 827 152,57
	<u>9 533 445,74</u>	<u>5 828 822,57</u>
	<u>84 444 979,27</u>	<u>75 620 881,85</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo respeita a Impostos Especiais de Consumo a receber de clientes e a pagar ao Estado, conforme indicado na Nota 21.4.

Os Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais foi reconhecida imparidade encontram-se descritos no quadro seguinte:

	31-12-2024	31-12-2023
Cientes		
Quantia bruta	65 635 506,40	62 273 683,59
Imparidade acumulada	(2 806 060,58)	(2 654 503,93)
Quantia escriturada líquida	62 829 445,82	59 619 179,66
Outros devedores - atividade mediação de seguros		
Quantia bruta	81 587,15	128 276,11
Imparidade acumulada	(4 233,80)	(7 498,31)
Quantia escriturada líquida	77 353,35	120 777,80
	62 906 799,17	59 739 957,46

A quantia de perdas por imparidade reconhecidas em cada uma das classes de ativos financeiros é a indicada nos quadros seguintes:

Ano de 2024	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade					
Clientes c/c	2 662 001,76	278 776,66	(98 063,45)	(29 156,56)	2 813 558,41
Outros devedores	-	-	-	(3 264,51)	(3 264,51)
	<u>2 662 001,76</u>	<u>278 776,66</u>	<u>(98 063,45)</u>	<u>(32 421,07)</u>	<u>2 810 293,90</u>

Ano de 2023	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade					
Clientes c/c	2 680 763,52	195 880,47	(195 857,64)	(26 282,90)	2 654 503,45
Outros devedores	273,79	7 224,52	-	-	7 498,31
	<u>2 681 037,31</u>	<u>203 104,99</u>	<u>(195 857,64)</u>	<u>(26 282,90)</u>	<u>2 662 001,76</u>

O efeito em resultados das perdas por imparidade líquidas no exercício de 2024 e 2023 foi de 246 355,59 Euros e 176 822,09 Euros, respetivamente.

18.2. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são os indicados no quadro seguinte:

	31-12-2024	31-12-2023
Não Correntes		
Financiamentos		
Empréstimos bancários	18 942 304,68	23 072 964,29
Participantes de capital (Nota 6.3)	19 318 727,04	17 043 727,04
	<u>38 261 031,72</u>	<u>40 116 691,33</u>
Outras dívidas a pagar		
Fornecedores de investimento	4 654 113,62	4 492 962,00
Outros acréscimos de gastos (a)	6 128 031,73	7 138 027,21
	<u>10 782 145,35</u>	<u>11 630 989,21</u>
Correntes		
Fornecedores	30 046 297,74	29 826 018,10
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários	5 838 871,26	8 044 978,87
Descobertos bancários (Nota 4)	6 244 694,79	2 693 697,56
	<u>12 083 566,05</u>	<u>10 738 676,43</u>
Outras dívidas a pagar		
Fornecedores de investimentos	1 977 317,75	2 606 208,23
Credores por acréscimos de gastos		
Acréscimo para férias e sub. férias	5 489 971,40	5 846 628,34
Prémios e ajudas de custo	1 376 842,40	1 282 880,48
Acréscimos de subcontratação	5 412 879,60	4 945 534,97
Outros acréscimos de gastos - partes relacionadas (Nota 6.3)	250 905,31	188 100,17
Outros acréscimos de gastos	5 516 832,90	4 785 278,45
Pessoal	44 680,29	48 133,60
Outros credores - atividade mediação de seguros	164 126,26	121 571,96
Outros credores	465 135,29	426 974,97
	<u>20 698 691,20</u>	<u>20 251 311,17</u>
	<u>110 455 970,76</u>	<u>112 563 686,23</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a componente não corrente da rubrica de outros acréscimos de gastos refere-se à linearização do reconhecimento dos gastos de contratos de locações operacionais de longo prazo.

A maturidade da componente não corrente dos financiamentos obtidos é a seguinte:

a) Empréstimos bancários:

	2024	2023
Empréstimos bancários		
Entre 1 ano a 5 anos	13 854 447,59	16 698 848,13
A mais de 5 anos	5 087 857,09	6 374 116,16
	18 942 304,68	23 072 964,29

No primeiro trimestre de 2020, o Grupo obteve um empréstimo do Novo Banco no valor de 20.000.000,00 Euros com maturidade até 21 de fevereiro de 2033, o qual está sujeito ao cumprimento de determinados rácios financeiros, os quais estão a ser cumpridos em 31 de dezembro de 2024. A classificação dos financiamentos é efetuada de acordo com grau de cumprimento desses rácios.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a identificação dos Financiamentos obtidos e respetivas maturidades é a seguinte:

Subscritor	Data de emissão	Maturidade	Valor nominal 2024		Valor de balanço 2024	
			Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Novo Banco	21/02/2020	21/02/2033	13 015 679,62	1 433 668,52	12 439 364,76	2 126 009,19
BPI	06/09/2022	30/09/2032	4 500 000,00	500 000,00	3 384 678,63	629 890,35
CGD	10/03/2023	10/03/2028	2 800 000,00	800 000,00	1 928 068,84	900 781,13
Caixa Bank	28/09/2023	30/09/2028	3 750 000,00	1 250 000,00	1 190 192,45	2 182 190,59
Total			24 065 679,62	3 983 668,52	18 942 304,68	5 838 871,26

Subscritor	Data de emissão	Maturidade	Valor nominal 2023		Valor de balanço 2023	
			Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
BPI	16/07/2019	16/07/2024	-	1 039 629,38	-	1 039 629,38
BPI	17/12/2018	17/12/2024	-	841 981,84	-	841 981,84
Novo Banco	21/02/2020	21/02/2033	14 449 348,14	1 433 668,52	13 747 178,65	2 278 850,13
BPI	06/09/2022	30/09/2032	4 500 000,00	500 000,00	3 864 294,67	648 069,57
CGD	10/03/2023	10/03/2028	2 800 000,00	800 000,00	2 696 066,77	937 241,19
Caixa Bank	28/09/2023	30/09/2028	3 750 000,00	1 250 000,00	2 765 424,20	2 299 206,76
Total			25 499 348,14	5 865 279,74	23 072 964,29	8 044 978,87

b) Participantes de capital:

	2025	2026	2027	2028	2029	2032	2033	2034	2045	2047	Total
Participantes de capital	400 000,00	605 000,00	4 961 137,67	950 000,00	1 750 000,00	300 000,00	100 000,00	525 000,00	9 000 000,00	727 589,37	19 318 727,04

No final do exercício de 2024, o valor das linhas de crédito contratadas era de 57 500 000,00 Euros (55 000 000,00 Euros em 2023), estando disponíveis no valor de 51 205 669,84 Euros (52 318 157,68 Euros em 2023).

As linhas de crédito com movimento até 1 ano são renováveis de forma automática de acordo com o definido contratualmente com as entidades de crédito.

Os juros pagos pelo Grupo nos exercícios de 2024 e 2023, referentes a empréstimos e linhas de crédito contratadas e aprovadas com instituições de crédito, encontram-se principalmente referenciados à Euribor, acrescida de diferencial de mercado.

18.3. GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2024		2023	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Ativos financeiros ao custo amortizado:				
Juros (Nota 21.11)	150 701,04	-	17 499,67	-
Perdas por imparidade (Nota 18.1)	-	278 776,66	-	203 104,99
Reversões de Perdas por Imparidade (Nota 18.1)	32 421,07	-	26 282,90	-
	183 122,11	278 776,66	43 782,57	203 104,99
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Juros suportados (Nota 21.10)	-	3 535 593,93	-	3 581 178,33
Desconto pronto pagamento obtidos (Nota 21.7)	1 031 564,18	-	1 049 823,89	-
	1 031 564,18	3 535 593,93	1 049 823,89	3 581 178,33
	1 214 686,29	3 814 370,59	1 093 606,46	3 784 283,32

18.4. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

A quantia escriturada do capital social emitido pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2024 e em 2023, é detalhada conforme se segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Capital		
Valor nominal	30.000.000,00	30.000.000,00
	30.000.000,00	30.000.000,00

O número de ações representativas do capital social são as indicadas no quadro seguinte:

	Valor	Quantidade
Ações emitidas		
Ações ordinárias a 5 Euros cada	30.000.000,00	6.000.000
	30.000.000,00	6.000.000

19. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2024	2023
Remunerações do pessoal	64 765 426,25	61 527 106,76
Indemnizações	613 821,04	401 000,84
Encargos sobre remunerações	17 540 369,53	16 804 188,43
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	566 602,81	529 773,44
Gastos de ação social	69 623,10	69 091,30
Outros	1 486 820,27	825 994,43
	85 042 663,00	80 157 155,20

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo no ano de 2024 foi de 2 473 (em 2023 foi de 2 453).

20. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- I. Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que o Grupo não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- II. Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2024, não foram efetuados quaisquer negócios entre o Grupo e membros dos seus órgãos sociais;
- III. Em obediência ao disposto no n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que o Grupo não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2025, nos prazos legais.
- IV. Os membros do Conselho de Administração a seguir indicados, detêm as seguintes ações da Empresa:

José Luís Soares Simões:	300
Jorge Manuel Soares Simões:	300
Leonel Fernando Soares Simões:	300

Conforme exigido legalmente, o Conselho de Administração declara que o Grupo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação do Grupo perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2024	2023
Diferimentos ativos		
Gastos diferidos - seguros	107 838,60	127 847,62
Gastos diferidos - fornecimentos e serviços externos	1 823 312,70	1 885 210,63
	<u>1 931 151,30</u>	<u>2 013 058,25</u>
Diferimentos passivos		
Outros Rendimentos diferidos	475 247,03	429 100,53
	<u>475 247,03</u>	<u>429 100,53</u>

21.2. RESERVAS, RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIOAplicação dos resultados

Os movimentos ocorridos nas reservas e outras rubricas de capital próprio em 31 de dezembro de 2024 e 2023 resultantes de aplicação de resultados foram:

Exercício de 2024

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de abril de 2024, o resultado líquido consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 5 605 633,49 Euros teve a seguinte aplicação:

- Outras reservas:	2 894,31
- Reserva Legal:	280 136,96
- Distribuição de Dividendos:	2 080 347,30
- Resultados Transitados:	3 242 254,92

Exercício de 2023

Por deliberação da Assembleia Geral de 17 de abril de 2023, o resultado líquido consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 6 929 950,95 Euros teve a seguinte aplicação:

- Outras reservas:	2 894,30
- Reserva Legal:	346 352,83
- Distribuição de Dividendos:	1 711 848,56
- Resultados Transitados:	4 868 855,26

A diferença entre o montante dos dividendos aprovados face ao montante de dividendos líquidos pagos conforme indicado na Demonstração dos Fluxos de Caixa refere-se às Retenções na Fonte de IRS.

Reserva legal

A reserva legal não está disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. De acordo com a lei, a reserva legal é reforçada anualmente em pelo menos 5% do resultado líquido, até que seja atingido o mínimo de 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a reserva legal ascendia a 1 487 626,62 Euros e a 1 207 489,66 Euros, respetivamente.

Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio

Nos exercícios de 2024 e 2023, o saldo de ajustamentos em ativos financeiros registou a seguinte evolução:

Projeto	Saldo em 31.12.2023	Reforço de subsídios	Reconhecimento em resultados (Nota 21.7)	Realização de impostos diferidos	Saldo em 31.12.2024
Guadalajara	3 315 397,56	-	(340 530,62)	85 132,68	3 059 999,62

Projeto	Saldo em 31.12.2022	Reforço de subsídios	Reconhecimento em resultados (Nota 21.7)	Realização de impostos diferidos	Saldo em 31.12.2023
Guadalajara	3 540 021,28	36 897,85	(348 695,43)	87 173,86	3 315 397,56

No decorrer do exercício de 2023 foi recebido o subsídio ao investimento relativo ao projeto Guadalajara concedido pela Junta de Castilla la Mancha à empresa do Grupo Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Sociedad Unipersonal) - Espanha, no montante de 5 076 970,45 Euros

Outras reservas

A rubrica de “Outras Reservas” corresponde a reservas livres.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Outras Reservas” ascendia a 4 135 025,78 Euros e 4 132 131,47 Euros, respetivamente.

21.3. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Nos exercícios de 2024 e 2023, o saldo de interesses que não controlam registou a seguinte evolução:

	2024	2023
Saldo em 1 de janeiro	370 884,28	306 843,66
Lucro do período	207 476,71	174 669,00
Dividendos atribuídos	(174 669,00)	(110 628,38)
Saldo em 31 de dezembro	403 691,99	370 884,28

A rubrica de interesses que não controlam, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhada de acordo com o seguinte:

	2024	2023
Espaçotrans - Gestão Entrepósitos Aduaneiros, Lda.	403 691,99	370 884,28
	403 691,99	370 884,28

21.4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2024		31-12-2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto obre o Rendimento das Pessoas Coletivas				
Pagamentos por conta	2 149,05	(1 086 201,00)	1 509 521,64	(129 387,00)
Estimativa de imposto	131 772,12	2 385 641,08	(947 114,52)	175 960,04
Retenção na Fonte	-	(31 318,16)	38 738,78	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	13 148,00	744 510,74	110 461,95	753 339,85
Imposto sobre o Valor Acrescentado				
IVA a recuperar - Portugal	102 177,12	-	443 968,21	-
IVA a recuperar - Espanha	450 337,07	-	529 432,12	-
IVA a recuperar - outros países	-	-	-	-
IVA reembolsos pedidos - Espanha	121 430,19	-	-	-
IVA reembolsos pedidos - outros países	-	-	-	-
IVA a pagar - Portugal	-	1 011 336,43	-	1 207 972,83
Contribuições para a Segurança Social	-	1 762 380,02	-	1 723 391,71
Imposto Especial sobre o Consumo	-	2 287 692,94	-	2 263 092,86
Reembolso gasóleo profissional Portugal	58 083,26	-	137 887,24	-
Reembolso gasóleo profissional Espanha	37 167,63	-	38 360,55	-
Outros impostos	-	7 843,75	-	15 325,07
	916 264,44	7 081 885,80	1 861 255,97	6 009 695,36

21.5. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2024	2023
Trabalhos para a própria entidade		
Ativos fixos tangíveis	40 978,78	47 489,90
Ativos intangíveis	753 621,43	212 814,64
	794 600,21	260 304,54

Os valores registados nesta rubrica respeitam a reparações de viaturas adquiridas pelo Grupo em estado de uso efetuadas nas oficinas próprias, aquando da sua aquisição e preparação para utilização, e a desenvolvimentos para o projecto GOLD. De acordo com o referido na nota 7, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, a Empresa iniciou um projeto de implementação de dois novos softwares para suporte Gestão de armazéns e distribuição. Este projeto foi denominado de projeto GOLD (Gestão Otimizada de Logística e Distribuição) e visa dotar a Empresa de ferramentas de gestão modernizadas tendo em vista a simplificação de processos, melhoria de eficiência e criar de valor na cadeia de abastecimento.

21.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 2023, é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Subcontratos	121 397 340,49	112 836 401,41
Rendas e Alugueres	25 033 504,92	25 472 815,44
Combustíveis	7 871 448,52	7 003 089,25
Conservação e Reparação	7 594 123,20	5 338 593,22
Trabalhos especializados	4 592 233,38	3 788 994,08
Consumíveis de armazém	3 718 245,60	3 299 514,83
Limpeza, higiene e conforto	2 546 504,79	2 494 077,08
Seguros	1 616 509,48	1 516 596,65
Eletricidade	1 499 484,09	1 341 165,15
Vigilância e Segurança	1 334 351,63	1 378 390,24
Portagens	996 999,62	1 027 045,25
Comissões	871 235,88	728 623,71
Comunicação	457 381,54	455 793,71
Deslocações e Estadas	391 218,79	320 375,39
Publicidade e Propaganda	117 613,43	104 065,54
Outros	2 623 711,81	2 338 055,68
	<u>182 661 907,17</u>	<u>169 443 596,63</u>

Os dispêndios reconhecidos como gastos de caráter ambiental estão incluídos na rubrica de “Limpeza, higiene e conforto” e ascenderam a 599 116,64 Euros em 2024 (574 390,74 Euros em 2023).

21.7. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Rendimentos suplementares:		
Resíduos valorizados	92 736,01	54 642,83
Conservação e reparação de viaturas	499 434,29	338 019,90
Venda de combustível	172 313,29	204 826,85
Cedência de pessoal	51 892,65	11 259,34
Serviços de segurança e vigilância	22 210,60	24 381,92
Cedência de equipamentos	186 350,41	187 515,28
Cedência de exploração	56 937,44	50 314,97
Seguros	11 234,16	-
Serviço de Documentação	190,00	
Outros rendimentos suplementares	466 230,79	321 936,19
Ganhos em ativos fixos tangíveis	1 397 323,83	2 363 936,97
Descontos de pronto pagamento obtidos (Nota 18.3)	1 031 564,18	1 049 823,89
Subsídios para investimento (Nota 21.2)	340 530,58	348 695,42
Taxa de início de contrato de pneus	185 973,58	211 021,16
Sobras	135 553,87	139 618,36
Indemnizações de sinistros	155 894,80	280 809,58
Ganhos em outros instrumentos financeiros	615,81	4 034,36
Rendas propriedades de investimento (Nota 10)	24 792,39	31 924,03
Outros juros obtidos	2 402,65	315,25
Recuperação de dívidas a receber	-	988,68
Restituição de impostos (Nota 13.3)	-	99 173,91
Diferenças câmbio favoráveis	25,27	
Outros	2 610 897,70	193 429,44
	<u>7 445 104,30</u>	<u>5 916 668,33</u>

A rubrica “Outros” inclui uma indemnização extrajudicial no montante de 2 490 022,48 Euros referente ao Cartel dos Camiões.

21.8. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Sinistros	1 025 687,25	714 137,70
Impostos e Taxas	853 168,32	793 522,19
Donativos	203 234,06	107 550,30
Multas	124 632,85	96 276,19
Perdas em inventários	81 270,73	117 368,15
Perdas em ativos fixos tangíveis	41 049,39	-
Quotizações	26 993,39	6 855,81
Insuficiência estimativa de imposto	6 094,62	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	2 040,30	13 069,48
Outros	37 272,29	33 447,53
	2 401 443,20	1 882 227,35

21.9. DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é conforme se segue:

	2024	2023
Ativos Intangíveis (Nota 7)	653 911,97	818 859,14
Ativos fixos tangíveis (Nota 8)	11 542 097,93	11 803 187,68
Propriedades de investimento (Nota 10) (a)	8 060,18	(199 544,16)
	<u>12 204 070,08</u>	<u>12 422 502,66</u>

(a) O montante inclui o efeito da reversão efetuada durante o exercício de 2023 decorrente da avaliação às propriedades de investimento que o Grupo efetuou, tendo atualizado em conformidade as perdas por imparidade acumuladas registadas.

21.10. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	1 394 316,08	1 387 010,32
De financiamentos obtidos - Outras Entidades Relacionadas (Nota 6.3)	1 120 326,10	1 026 154,06
De descobertos bancários	248 870,77	293 070,28
De confirming	771 038,11	874 274,09
Outros	1 042,87	100,99
	<u>3 535 593,93</u>	<u>3 581 178,33</u>

21.11. JUROS E PROVEITOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica de “Juros e Proveitos Similares Obtidos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Juros obtidos		
De depósitos	150 701,04	17 499,67
	<u>150 701,04</u>	<u>17 499,67</u>

21.12. GARANTIAS PRESTADAS E OBRIGAÇÕES FUTURAS

A responsabilidade por garantias prestadas das empresas incluídas na consolidação é de 4 079 594,56 Euros (6 008 746,76 Euros em 2023) e refere-se, essencialmente, a garantias bancárias.

Adicionalmente, o Grupo apresenta livranças a terceiros como garantias de pagamento de dívidas que, a 31 de dezembro de 2024, ascendem a 30 826 207,45 Euros (33 542 566,03 Euros a 31 de dezembro de 2023).

Alguns financiamentos obtidos encontram-se sujeitos ao cumprimento de determinados “covenants”, sendo classificados em corrente ou não corrente, em função do seu cumprimento. Em 31 de dezembro de 2024, todos os “covenants” se encontravam a ser cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo era parte num contrato relativo ao aluguer operacional de 130 semirreboques no qual se encontra previsto o direito de preferência para aquisição dos referidos equipamentos pelo Grupo no final da duração do contrato entre 2025 e 2026, cujo valor global de aquisição ascende a aproximadamente 1 300 000 Euros. O exercício do referido direito de preferência será uma decisão a tomar pelo Conselho de Administração nas referidas datas.

21.13. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi determinado conforme se segue:

	2024	2023
Resultados:		
Resultado líquido do período atribuído aos acionistas da empresa-mãe	10 412 752,51	5 605 633,49
Número de ações		
Número médio ponderado de ações (Nota 18.4)	6 000 000,00	6 000 000,00
Resultado por ação básico	1,74	1,15

O Contabilista Certificado:	Assinatura
Vítor José Caetano de Sousa	
A Administração:	
José Luís Soares Simões - Presidente	
Leonel Fernando Soares Simões - Vogal	
Jorge Manuel Soares Simões - Vogal	
Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal	
Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal	
Rui Miguel Marcos Simões - Vogal	
Miguel Roquette Rocha Martins - Vogal	

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da LS – Luís Simões, SGPS, S.A. (“a Entidade”) e suas subsidiárias (“o Grupo”), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 188.590.115 Euros e um total de capital próprio consolidado de 67.344.599 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas da Entidade de 10.412.753 Euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da LS – Luís Simões, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como bem para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão consolidado

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 1 de abril de 2025

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Pedro de Freitas Roldão, ROC
Registo na OROC n.º 1716
Registo na CMVM n.º 20161326



**Levamos
o amanhã
mais longe.**

Relatório de Sustentabilidade
e Contas 2024